

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

EXILADOS DA FOME: SECA E MIGRAÇÃO NO CEARÁ
OITOCENTISTA

JANILLE CAMPOS MAIA

Seropédica, RJ

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

EXILADOS DA FOME: SECA E MIGRAÇÃO NO CEARÁ OITOCENTISTA

JANILLE CAMPOS MAIA

Sob orientação do professor

Hector Alimonda

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção
do grau de **Mestre em**
Ciências, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Seropédica, RJ

Abril de 2015.

304.808131	Maia, Janille Campos.
M217e	Exilados da fome: seca e migração no Ceará oitocentista / Janille Campos Maia, 2015.
T	163 f.
	Orientador: Hector Alberto Alimonda.
	Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
	Bibliografia: f. 153-163.
	1. Seca - Teses. 2. Migração – Teses. 3. Ceará – Teses. 4. Século XIX – Teses. I. Alimonda, Hector Alberto. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

A tio Divino, que não migrou...

*“Rio aberto, barco solto
Pau d’arco florindo a porta
Sob o qual ainda há pouco
Eu enterrei a filha morta
Aqui os mortos são bons,
Pois não atrapalham nada
Pois não comem o pão dos vivos
Nem ocupam lugar na estrada”
(Belchior - Aguapé)*

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos não poderiam começar sem citar uma pessoa fundamental para o interesse pela temática trabalhada aqui na dissertação. Minha vó Terezinha foi a grande responsável por atrair meu olhar para a questão migratória. Depois de anos morando em Fortaleza, bastava um retrato da casa do interior para ela vir contando várias histórias. Era só chegar em sua antiga casa que largava a muleta e virava bicho solto. Sua vida foi assim, cuidando dos filhos, plantando e criando os animais. Muito além de dramas ou vitimização, o Nordeste que minha vó me apresentou era rico! E foi assim que percebi tamanha pluralidade de um Nordeste do semi-árido e do litoral, da abundância e da fome, da miséria e da riqueza!

Mas a vida é cigana, é caravana. É pedra de gelo no sol. E infelizmente no meio da construção desta pesquisa minha vó partiu... E mais do que a ausência, a dissertação de certa forma me ajudou a lembrar da presença dela.

Igualmente não poderia deixar de agradecer aqui a toda minha família. Minha mãe que tanto me ajudou nesse processo de elaboração da pesquisa. À você dona Alice tenho eterna gratidão por ouvir tanto desabafo, por cada comida quentinha, por cada abraço! A meu irmão Diogo agradeço por me ouvir, porque sei que mesmo distante ele está presente. À minha irmã Mariana obrigada pelas muitas palavras de conforto! Isso me foi de muito valor durante a construção da dissertação. Obrigada a meu pai João por todo amor e por me apresentar esse mundo apaixonante também!

À toda Família Maia (ou seria Mororó?) que com suas histórias me fizeram me apaixonar ainda mais pelo Ceará. Rai com seus dramas, Neta e Odete por todo carinho, Salete e suas fotos, Fafá e suas informações pluviométricas, Careca e sua história do ataque da piranha, Cesar por suas informações atualizadas do sertão e Ricardo pelas discussões sobre o famoso Rodolfo Teófilo. À primarada Juju, Michele, Mila, Cíntia, Pri, Biel por todas as risadas compartilhadas em tantos causos.

Agradeço também a você, Ailton. Às vezes me pergunto se sem o seu ânimo eu teria alcançado tudo isto. Sem as nossas conversas eu certamente não estaria nem na metade do caminho. Obrigada por ter lido meu projeto de mestrado, por elogiá-lo, por criticá-lo quando

necessário e por ter me dado tanta força nessa estrada. Obrigada por ouvir meus desesperos, minha tensões e por ser sempre esse companheiro leal.

Não poderia deixar de incluir nesta lista amigas, que de forma especial, me ajudaram a amadurecer as ideias que tive. Obrigada Rafane e Bia pela atenção, talvez nem tenham noção do quanto me auxiliaram em muitas conversas. Agradeço também a Julia e Taiane por terem me acompanhado no bar todas as vezes que precisei relaxar a tensão da vida acadêmica. Agradeço à Thais, Thaíse, Luana por tantos momentos divertidos. Sem vocês este processo seria muito mais estressante!

Após este suporte que tive com familiares e amigos, agradeço infinitamente ao professor Hector por toda paciência que teve comigo. Obrigada pela orientação, pelos empurrões quando necessário, pelas leituras e perguntas que sempre me quebravam e me faziam refletir. Agradeço também a professora Verónica que me orientou na graduação. Obrigada pelo apoio, livros, leitura de projetos e incentivo durante o processo de seleção de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Certamente a sua ajuda marcou muito além do fim da graduação e o início de uma nova etapa na minha vida.

Não poderia deixar de demonstrar minha gratidão aos professores Luis Flávio, Susana, Eli e Carlos Gabriel. Luís Flávio por toda a sua doçura, Susana por tantas indicações, Eli por me despertar para tantas questões que eu nem vislumbrava e Carlos Gabriel que em sua disciplina ministrada na UFF me ajudou a visualizar diversos fatores econômicos que poderiam estar imbricados no fluxo migratório.

Agradeço muito também à minha turma do CPDA, especialmente Cris, Leda, Luz, Renata por todo desespero compartilhado. Nossas conversas tinham uma pitada de tragédia cômica, o que deu leveza a todo este processo intenso que passamos. Obrigada também a seu Manoel, do elevador, que tantas vezes me encheu de alegria com seu bom dia. À Marcos, da secretaria, que sempre tinha um sorriso e uma solução pra gente.

Agradeço à Capes por me proporcionar a oportunidade de concluir o mestrado de forma mais tranquila. Sem a bolsa certamente a pesquisa não teria caminhado da mesma maneira.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

EXILADOS DA FOME: SECA E MIGRAÇÃO NO CEARÁ OITOCENTISTA

JANILLE CAMPOS MAIA

Resumo: Na tentativa de compreender as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos sertanejos na seca que assolou o Ceará nos anos 1877-79, o cerne deste trabalho é verificar as dinâmicas de vida desses cearenses, em uma perspectiva que leve em consideração a relação destes com seu ambiente. Entendendo que o contexto social antes e depois de uma seca são reveladores, pretende-se considerar toda uma conjuntura histórica, e não analisar somente o desastre natural como fator isolado. A partir da utilização de um referencial teórico da História Ambiental e dos estudos sobre migração, território e espaço, busca-se perceber de que forma este fluxo migratório está relacionado com os desastres naturais que enfrentavam estes cearenses. Torna-se fundamental, portanto, analisar a tentativa de direcionamento dessas migrações, uma vez que as indicações do Governo Provincial guiavam o deslocamento desses retirantes para fora do Ceará. Entende-se a migração como um movimento de resistência, onde nem sempre a elite local conseguiu persuadir e direcionar os destinos destes migrantes. Nesse sentido, a seca servirá como um fio condutor para tentar desvendar todo um contexto muito mais amplo, considerando os fatores políticos, ambientais, socioculturais e econômicos.

Palavras-chave: História ambiental; seca; migração; Ceará; século XIX.

Seropédica, RJ

2015

ABSTRACT

Trying to understand the survival strategies used by country people in drought in the Ceará in the years 1877-79, the core of this work is to verify the dynamics of life of Ceará, in a perspective that takes into account the relationship of these with their environment. Understanding the social context before and after a dry reveal, we intend to consider a whole historical context, not only analyze the natural disaster as an isolated factor. From the use of a theoretical framework of Environmental History and studies on migration, territory and space, we seek to understand how this migration is related to natural disasters facing these Ceará. It is essential, therefore, to analyze the attempted targeting of these migrations, since the directions of the Provincial Government drove the displacement of these refugees out of Ceará. It is understood migration as a resistance movement, where not always the local elite was able to persuade and direct the destinies of these migrants. In this sense, the drought will serve as a thread to try to unravel all a much broader context, considering the political, environmental, socio-cultural and economic factors.

Key-words: Environmental History; drought; migration; Ceará; nineteenth century.

Sumário:

Introdução	10
 Capítulo I - A seca e a terra	 16
1.1 – Caracterização ambiental da província do Ceará	17
1.2 – Organização socioeconômica dos sertanejos	33
1.3 –Seca e vulnerabilidade: alterações na situação socioeconômica e ambiental	47
 Capítulo II – A seca e o sertanejo	 54
2.1 – Por uma definição de sertanejo	55
2.2 – O cotidiano cearense segundo viajantes	68
2.3 – Rodolfo Teófilo e a representação do sertanejo em período de seca	76
2.4 – O “cearensismo”: imaginário nômade construído culturalmente	81
 Capítulo III – A seca e a migração	 87
3.1 – Contexto político da migração de 1877	88
3.2 – “Horrores da fome”: os retirantes retratados nos jornais	97
3.3 – O cortejo das moléstias	109
3.4 - Os deslocamentos	121
 Considerações Finais	 149
 Referências Bibliográficas	 151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Média das temperaturas na capital Fortaleza	18
Tabela 1.2 – Média mensal de chuvas	20
Tabela 1.3 – Média das chuvas na capital Fortaleza	21
Tabela 1.4 - Precipitações registradas em Fortaleza-CE pelo Senador Pompeu de 1861 a 1880, com destaque para os três anos da Grande Seca de 1877-1879.....	22
Tabela 1.5 – População do Ceará em 1777	31
Tabela 1.6 – População da Província do Ceará em 1860	32
Tabela 1.7 – Exportação de gêneros produzidos na província	39
Tabela 1.8 – Exportação de algodão	40
Tabela 1.9 – Produção de gado vacum	42
Tabela 1.10 – Dízimo do gado grosso	43
Tabela 3.1 – Obituário registrado na capital Fortaleza (1876 - 79)	115
Tabela 3.2 – Abarracamento do 2º Distrito – Pajehu, Alto da Pimenta, São Luiz, Mecejana e Estrada do Major Thomaz - Joaquim Nogueira de Holanda Lima (1877)	131
Tabela 3.3 – Abarracamento do 3º Distrito – São Sebastião Antônio dos Santos Neves / Calçamento – Dr. Metton de França Allencar (1877)	132
Tabela 3.4 – Abarracamento do 4º Distrito – Tijubana e Morro do Moinho João Sampaio (1877)	133
Tabela 3.5 – Número de abarracados em novembro de 1878	140
Tabela 3.6 - Batizados, casamentos e óbitos por freguesia (1878)	142
Tabela 3.7 - Batizados, casamentos e óbitos por freguesia (1879)	143

LISTA DE GRÁFICOS, MAPAS E IMAGENS

Gráfico 1.1 – Exportação de algodão (Kg) pelo porto de Fortaleza	41
Gráfico 1.2 – Dízimo do gado	
Gráfico 1.3 – Indústria criadora ou pastoril	45
Gráfico 1.4 – Exportação de algodão e couro (Kg) pelos portos do Ceará	46
Gráfico 3.1 – Famílias de migrantes do 2º Distrito por origem	136
Gráfico 3.2 – Famílias de migrantes do 3º Distrito por origem	136
Mapa 1.1 – Carta Corográfica da Província do Ceará	25
Mapa 1.2 – Carta topográfica e administrativa da Província do Ceará	30
Mapa 1.3 – Vias de comunicação da Província do Ceará	39
Mapa 1.4 – Distribuição da produção do Ceará no século XIX	47
Mapa 3.1 – Principais regiões de onde as famílias eram oriundas	138
Imagem 3.1 – Vítimas da Grande Seca	105
Imagem 3.2 – Cenas e aspectos do Ceará	107
Imagem 3.2 – Cenas e aspectos do Ceará	148

INTRODUÇÃO

*"E se dizem que temos pobreza
E atribuem à natureza, contra isso, eu digo não.
Na verdade temos fartura do petróleo ao algodão.
Isso prova que temos riqueza embaixo e em cima do chão.
Procure por aí a fora "Cabra" que
acorda antes da aurora e da enxada lança mão.
Procure mulher com dez filhos que quando a palma não alimenta
Bebem leite de jumenta E nenhum dá pra ladrão
Procure por aí a fora quem melhor que a gente canta,
Quem melhor que a gente dança xote, xaxado e baião.
Procure no mundo uma cidade com a beleza e a claridade
Do luar do meu sertão"*

(Luiz Gonzaga)

O drama das secas no nordeste brasileiro tem uma longa história: segundo Marco Antonio Villa¹, o primeiro registro da ocorrência de seca nos documentos portugueses é de 1552. Durante o século XVIII foram registradas sete grandes estiagens que atingiram todo o Nordeste e provocaram o deslocamento das populações para áreas menos afetadas. Embora a seca fosse frequente, não existia até o período imperial um investimento público para diminuir os seus efeitos e, conforme havia o crescimento populacional, aumentavam as dimensões do desastre.

A década de 1870 foi marcada por uma crise climática em escala mundial. Uma das consequências foi a fome gerada em países de diferentes continentes: Índia, China, norte da África e Nordeste do Brasil sofreram um período de grande seca que devastou parte de suas populações. Considerando a gravidade da Grande Seca de 1876-79 no mundo, torna-se fundamental entender a seca enquanto um fenômeno climático que produz impactos culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido, os dados relatados por Mike Davis² revelam que as catástrofes ambientais da década de 1870 atingiram um número de vítimas considerável nos países assolados pela estiagem. No Brasil, a preocupação maior era no Ceará, onde a colheita do ano anterior, depois da escassez de chuvas do inverno, também foi insuficiente.

¹VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

²DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

É preciso compreender a catástrofe como produto de um fenômeno natural, e para tanto, é fundamental perceber o contexto histórico no qual determinada sociedade está inserida e de que maneira a calamidade encontrou espaço para se instalar em determinada região. Em geral, todos estes eventos de calamidades naturais apontam para problemas que são latentes na sociedade. Nesse sentido, é preciso perceber de que forma a sociedade tenta driblar os problemas oriundos de um fenômeno natural. É necessário visualizar que medidas foram tomadas para controlar ou evitar um desastre. Assim, a seca na verdade é apenas o estopim para compreender um panorama muito mais complexo que está imbricado nas relações políticas, econômicas e sociais das regiões atingidas.

No Ceará houve um grande esforço político de transformar a seca de 1877 em uma “grande seca”. Este foi o marco divisório entre as duas regiões do país, no que concerne ao território e a organização política. Com isso, os interesses locais e imediatos se sobrepuseram aos interesses nacionais. Dessa maneira, a seca ficou no imaginário: se referir ao Nordeste como problema virou lugar comum principalmente a partir de 1877. No entanto, é preciso problematizar essa visão de que foi somente neste momento que a catástrofe natural se tornou de fato um empecilho. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior³, existia naquele momento toda uma conjuntura de disputas políticas onde tornar a seca um obstáculo a ser vencido surgia como alternativa para angariar recursos e conquistar benefícios políticos.

Os anos 1870 representaram um “importante divisor de águas”⁴ no que diz respeito às divisões regionais. Anteriormente, só existiam duas regiões oficiais no Brasil: Norte e Sul. As diferenciações regionais passam a ser notadas a partir de denúncias da centralização monárquica que absorvia os recursos do Norte. Albuquerque Junior busca em seu trabalho as origens históricas da formação deste “discurso da seca”, percebendo-o como produto dos diversos discursos das elites nordestinas. Torna-se, portanto, fundamental questionar como a região Nordeste surgiu a partir de um problema, entendendo como as práticas discursivas auxiliaram no processo de criação desta imagem⁵.

Pensando na questão regional nordestina, Frederico de Castro Neves propõe a ideia de que o Nordeste se constrói a partir do estabelecimento de uma memória regional dominante, e

³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino (1877 – 1922)**. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1988.

⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império: 1871-1889**. São Paulo: Topbooks, 1999.

⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O Engenho Anti Moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. Tese de doutorado em História, Campinas, 1994.

que é preciso estar atento aos momentos de estiagem porque neles é que se “renovam compromissos, articulam-se alianças, reivindicam-se verbas e programas especiais, rearticulando as redes de dominação no semi-árido”⁶.

Ao se tornar um assunto oficial, a seca cria todo um aparato burocrático que permite a administração de seus recursos por determinados grupos políticos. Este conjunto de fatores corrobora para a diferenciação territorial entre Norte e Sul. De acordo com José Weyne Freitas de Souza⁷, essa situação causa também o “esfacelamento” da organização familiar na sociedade cearense, pois conforme a seca atingia a Província do Ceará nos 1877, as famílias migravam e ficavam submetidas a uma nova chefia: os comissários de socorros.

É importante reiterar que a seca não atua somente sobre os recursos naturais, mas influencia todo um conjunto de organização socioeconômica onde estes sertanejos estavam inseridos. Voltando o olhar especificamente para a seca de 1877, nos interessa perceber toda uma conjuntura política e econômica do Ceará em meio a uma catástrofe natural. Nesse sentido, é importante rever uma abordagem que naturaliza o “nomadismo” dos cearenses. Segundo Viviane Moraes⁸, a migração para fora da Província do Ceará era uma forma encontrada pelos retirantes para negociarem suas condições de vida e de trabalho. Através dessas articulações durante o deslocamento, este homem livre pobre demarcou seu lugar na sociedade do século XIX.

É importante ressaltar que a elite do Ceará condicionou o progresso econômico da região ao combate às secas. Na tentativa de amenizar as desvantagens da região, as lideranças liberais passaram a ver na seca um caminho para a conquista de financiamento para a construção de açudes e estradas. Em meio a esse turbilhão de disputas políticas, a grande massa da população sofria os efeitos da grande estiagem. O flagelo os fazia dispersar e procurar novos abrigos, geralmente próximos ao litoral. As “classes desvalidas”, como eram chamadas pelo então Presidente da Província Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, foram utilizadas como meio de angariar recursos para um projeto político liberal.

Antes de ser uma afirmação, a própria migração se constitui como objeto de investigação, uma vez que muitas fontes apontam para o fluxo migratório como uma confirmação da seca. No

⁶ NEVES, Frederico de Castro. **A memória do espaço e o espaço da memória: a seca na construção imaginária do Nordeste**. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 1992.

⁷ SOUSA, José Weyne Freitas de. **Política e seca no Ceará: Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2009.

⁸ MORAIS, Viviane Lima de. **As Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2003.

entanto, a questão geral que norteia este trabalho se baseia na busca pela compreensão de uma conjuntura mais complexa que envolve o problema: como a seca interferiu na conjuntura socioeconômica do interior da Província do Ceará nos anos 1877-79? Além disso, algumas perguntas secundárias atravessaram a análise deste trabalho: de que forma a seca alterou as dinâmicas populacionais do semiárido cearense? A migração para fora da Província do Ceará e para a capital crescia somente devido à fatores naturais ou havia outros elementos que cooperaram para o desespero da população? Todas essas questões estão relacionadas entre si. O interesse para a investigação e as respostas encontradas variou de acordo com os dados que cada uma pôde fornecer aos diferentes objetivos da pesquisa aqui proposta.

Nesse sentido, a seca de 1877 evidenciou na Província do Ceará a fragilidade de uma região que era frequentemente assolada pela estiagem. A conjuntura socioeconômica foi diretamente afetada pelo evento e essa vulnerabilidade revela como, em meio à intensa disputa política, as soluções encontradas não visavam diminuir o impacto da seca para as populações do interior, mas primeiramente interessava superar este obstáculo que impedia o progresso da Província.

O descaso político com as regiões mais distantes da capital Fortaleza contribuiu para o agravamento da catástrofe natural, ocasionando alterações nas dinâmicas populacionais do interior cearense. Observou-se que na maioria das vezes os habitantes das regiões mais afetadas na Província encontraram na migração uma forma de sobreviver aos percalços da seca. Dessa maneira, a migração aumentou durante os anos 1877-79 devido à incidência de fatores como as catástrofes naturais e o intenso jogo de disputa política que estava sobreposto a tentativa de amenizar o impacto da seca.

É importante salientar que, embora tenha havido um intenso jogo de interesses políticos, a população não pode ser vista como massa de manobra. É preciso ter em mente que a própria migração pode ser vista como um movimento de resistência, uma vez que o direcionamento dos destinos desses retirantes nem sempre era seguido. Nesse sentido, nem sempre as elites locais conseguiram persuadir a população sertaneja. A escolha pela migração interna no Ceará é entendida, portanto, como um meio que esses indivíduos encontraram para permanecer na Província de origem, uma vez que na maioria dos casos este tipo de deslocamento era com fins temporários, almejando o retorno. Nesse caso, se retirar da província poderia retardar ou impossibilitar este processo.

No primeiro capítulo da dissertação houve a pretensão de mostrar as características ambientais da região em períodos em que a seca não era presente. Foi utilizado, portanto, o Ensaio Estatístico de Thomas Pompeu de Souza Brasil (1863) e a Corografia do Ceará (1890) a fim de descrever os aspectos físicos, geográficos, índice pluviométrico e temperatura de acordo com as diferentes regiões da província. O relevo e a formação geográfica específica do sertão são fundamentais para entender a natureza em que esse sertanejo estava inserido. A organização econômica dos habitantes do interior do Ceará representou igualmente uma preocupação a ser estudada nas fontes mencionadas acima. Como vivia essa população sertaneja, o que produzia e como a seca interferiu nas atividades desses homens livres pobres são alguns dos aspectos que o capítulo pretendeu se debruçar. O objetivo do capítulo foi justamente perceber o ambiente e a vida econômica desses sertanejos fora dos períodos de estiagem para compreender possíveis fatores que os levam a migrar a partir da instalação de uma seca. Ao entender o conceito de refugiado ambiental e vulnerabilidade, pretendeu-se refletir sobre o impacto da chegada de uma seca e até que ponto este fator ambiental interferiu na vida deste sertanejo.

O segundo capítulo consiste em uma abordagem mais voltada a entender o cotidiano destes sertanejos. Interessou aqui considerar a relação destes indivíduos com a terra, seus costumes e sua cultura local. À princípio, foi realizado um balanço historiográfico sobre quem é este sertanejo de que se fala e como ele é percebido pela história. Identificar o sujeito é fundamental para entender o motivo que o levou a se deslocar. Como fontes para análise foram utilizados alguns escritos de memória e romances de Rodolfo Teófilo, além dos relatos de viagem da Comissão Científica de Exploração (1861). Por fim, pretendeu-se problematizar a classificação dada ao cearense desde o século XIX, onde foi naturalizado um comportamento migratório. Questionar essa visão cristalizada de um possível “nomadismo” é interessante porque nos conduz a refletir sobre preconceitos que ainda se fazem presentes em nossa sociedade. Rotular toda uma população é também minimizar seu poder de agente.

O terceiro e último capítulo buscou compreender como ocorreu a migração no interior da Província do Ceará. Na tentativa de rastrear esses deslocamentos foram utilizados jornais locais do período da seca. “O cearense” e “O retirante” são algumas das fontes para perceber os “horrores” publicados nesses veículos de informação. De forma semelhante, pretendeu-se entender a postura adotada pelo Estado Imperial e pelas autoridades provinciais que em meio ao caos instalado com a seca, muitas vezes buscaram medidas para acelerar o fluxo migratório na

região. O que foi possível perceber é que com a fome e a mortalidade crescente, um dos grandes fatores que elevava o número dos obituários eram as pestes. Nesse sentido, o desenvolvimento das doenças com a migração também foi abordado neste capítulo. De forma geral, o objetivo foi mapear de onde essas pessoas estavam migrando e os motivos que as levaram a tomar essa decisão. Muito além de ser significado como um ato naturalizado, o deslocamento temporário ou definitivo representou também uma tática de sobrevivência desses homens pobres do interior cearense.

Capítulo I – A seca e a terra

*"Mas o lindo pra mim é céu cinzento
Com clarão entoando o seu refrão
Prenúncio que vem trazendo alento
Da chegada das chuvas no sertão
Ver a terra rachada amolecendo
A terra antes pobre enriquecendo
O milho pro céu apontando
O feijão pelo chão enramando"*
(Gonzaguinha)

O presente capítulo busca identificar quais são as características naturais da província do Ceará em períodos fora da estiagem para que possamos entender de que forma a chegada de uma seca altera uma relação socioeconômica já existente. Neste tópico serão abordadas especificamente as características ambientais da região em períodos ditos comuns, onde há a presença de chuva. Para tanto, serão utilizadas duas fontes principais: o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* e a *Chorographia do Ceará*.

O *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* é resultado de uma pesquisa realizada por Thomaz Pompeo de Souza Brasil cujo objetivo era fazer um levantamento do Ceará, considerando fatores climáticos, quantidade de chuva, aspectos físicos e políticos. Existe em todo texto um discurso de extrema preocupação com o futuro, com a preservação da mata nativa e com os efeitos do cultivo de um único produto (o algodão) sobre o clima da província.

A *Chorographia do Ceará*, por sua vez, foi escrita por José Pompeu de A. Cavalcanti e foi publicada pela Imprensa Nacional no ano de 1888. Sua estrutura se assemelha em parte ao *Ensaio Estatístico* escrito por Pompeo de Souza Brasil. A princípio são descritas as características físicas da Província do Ceará: nesse momento rios, bacias, lagoas, aspectos físicos, minerais, flora, fauna e temperatura são estudadas. Posteriormente, Cavalcanti trata de um aspecto mais político da Província, abordando a divisão política, população e o que é produzido pela indústria pastoril, agrícola e extrativista.

De uma maneira geral, o foco do capítulo é tratar ambas as fontes, sem esquecer alguns relatos da Comissão Científica de Exploração, procurando em seus conteúdos os aspectos onde a natureza e todo aquele ambiente em que habitavam os sertanejos são descritos. O objetivo é justamente fazer um balanço de como era a região sem as alterações de uma seca.

No entanto, entende-se que estas fontes foram produzidas em momentos históricos precisos. Logo, tanto as descrições de Pompeo de Souza Brasil quanto de Cavalcanti e da Comissão Científica de Exploração estão carregadas de uma intencionalidade: o primeiro buscava retratar a natureza para mostrar o quanto a mesma estava sendo devastada pelo desmatamento e como isso poderia ocasionar o prejuízo ambiental da região, ao gerar mais problemas como as secas; Cavalcanti, por sua vez, seguiu muito dos passos de Pompeo de Souza Brasil. As análises de Cavalcanti, os relatos da Comissão Científica de Exploração e o ensaio estatístico de Pompeo em muito se assemelham, com a diferença de considerar períodos diferentes.

As intenções de classificação e sistematização dos dados coletados era uma urgência de todo lugar desejoso por progresso. O Ceará, até meados do XIX, não contava com quadros estatísticos sobre diversos assuntos, necessários tanto à administração política quanto ao próprio desejo de muitos intelectuais. Ao analisar as formas pelas quais a natureza aparece em diversos documentos sobre o século XIX, nota-se a ocorrência de diferentes leituras a respeito do ambiente natural presente nos espaços de debate e divulgação de pensamento do Ceará.

Nesse sentido, todas estas fontes nos ajudarão a entender um cenário ambiental e produtivo em momento anterior e posterior a seca de 1877, considerando que são diferentes produções de sentidos em torno das leituras da natureza cearense. Nota-se também que há uma grande diferença naquilo que se compreendia como natureza na época aqui trabalhada. Estudar, portanto, a natureza que se via, se queria e se defendia, era estudar as diferentes produções de sentidos dos intelectuais desejosos de legitimarem seus lugares na sociedade em que viviam.

1.1 – Caracterização ambiental da província do Ceará

O sertão do Nordeste é ambientalmente caracterizado como de solos rasos e pedregosos e chuvas escassas e mal distribuídas, com vegetação de caatinga. Esta é uma visão comum e utilizada na maioria das vezes quando se questiona o que é este sertão nordestino. Contudo, nos

interessa perceber como era este cenário no século XIX a fim de que possamos capturar de que maneira as pessoas estão relacionadas a este ambiente em que viviam. O recorte espacial utilizado para esta dissertação é a província do Ceará e sua caracterização realizada pela literatura científica do século XIX.

O capítulo aqui apresentado pretende perceber as dinâmicas territoriais e ambientais da Província do Ceará durante o século XIX, fora do período de estiagem. Em tempos onde há a presença de chuvas, o Ceará é descrito tanto no *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1863) quanto na *Chorographia do Ceará* (1888) como um lugar quente e úmido no litoral e nas serras e muito mais quente no sertão. O calor relatado pelos dois autores não é tão absurdo quanto se afirma: ambos informam que existia grande brisa do mar, com noites muito frescas e agradáveis, inclusive no sertão. Nos períodos de estação chuvosa, o ar seco do sertão é descrito nas obras como mais úmido e os meses mais quentes seriam de outubro a fevereiro, quando não havia a frequência de chuvas na região. Ao tratar das temperaturas, Thomaz Pompeo de Souza Brasil faz uma média registrada nos termômetros em quatro anos:

Tabela 1.1 – Média das temperaturas na capital Fortaleza

ANNOS.	MAXIMO.			MINIMO.			MEDIO.			Medio annual.
	7h. da m.	12 horas.	6 h. da t.	7 h. da m.	12 horas.	6 h. da t.	7 h. da m.	12 horas.	6 h. da t.	
1851—6 mezes.....	28,5	30,5	28	24	26	25	26,5	28,25	26,5	27
1858.....	28,5	30,5	28	24	25	24,5	26,5	27,85	26,25	26,8
1859.....	28	30,5	28	23	25	25	25,5	27,75	26,5	26,4
1860.....	27,5	30,2	28	21,4	24	24	24,45	27,1	26	26,4
Medio annual dos 4 annos.....	28,15	30,42	28	23,1	25	24,6	25,7	27,7	26,3	26,6

Fonte: BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863. p. 69.

A média das temperaturas marcadas na cidade de Fortaleza mostra que a variação térmica girava em torno de 21,4°C pela manhã, seguida de 30,5° nos horários mais quentes. É interessante notar a preocupação de Pompeo de Souza Brasil ao buscar compreender de que maneira essas temperaturas interferem no clima da região e consequentemente como este fator está associado ao próprio progresso da província em questão. O estudo das características

ambientais da região era, para Pompeo de Souza Brasil, uma maneira de comprovar como através dessas pesquisas a seca poderia ser contornada e chegaria a tão esperada modernização para a província.

A procura pelo conhecimento dos aspectos físicos que influenciou os estudos de Pompeo teve início no Brasil durante o século XIX com a grande gama de informações climáticas deixadas pelos viajantes naturalistas europeus. Além de registros escritos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, onde todo o conhecimento foi sendo acumulado e guardado na memória social, houve também uma abertura ao estudo do clima brasileiro dentro de uma investigação histórica. Nesse sentido, as informações eram colhidas nos registros das atas das câmaras municipais, nos relatos dos viajantes, e até mesmo na literatura e o nos arquivos de jornais e publicações periódicas.

Ao considerar que as primeiras observações meteorológicas quantitativas de elementos climáticos brasileiros foram armazenadas nos arquivos do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro a partir de 1844, percebe-se que a preocupação de Pompeo de Souza Brasil, José Cavalcanti e da Comissão Científica de Exploração foi inovadora no sentido de gerar um banco de dados meteorológicos específicos para a província do Ceará.

Ao fim do século XIX praticamente todos os estados brasileiros já tinham organizado seus respectivos serviços de meteorologia e climatologia em estações e postos instalados, que propiciaram muitas séries temporais. Contudo, é preciso salientar que a maior parte destes pontos de coleta de dados se encontrava em órgãos governamentais que não eram específicos para as ciências atmosféricas. Pertencentes a departamentos de obras públicas ou repartições voltadas para o setor agrícola, estes dados provocavam informações díspares e o uso de instrumentos e normas distintas que muitas vezes ocasionava problemas de ajustes dos dados.

Dessa maneira, o século XIX foi marcado pelas condições iniciais para o desenvolvimento da climatologia no Brasil. Nesse período já haviam sido criadas as primeiras instituições compostas por um grupo de pesquisadores competentes embasados em informações e metodologias provenientes dos centros de estudos climáticos da época.

Em uma tentativa de descrever a província do Ceará, Pompeo de Souza Brasil procura entender como o clima da região era marcado pela presença de duas estações durante todo ano: chuvosa e seca. Em geral, as chuvas se iniciavam depois do solstício de dezembro, e em janeiro era certo o começo da estação chuvosa. Segundo Pompeo:

Quando o anno é inverno, começam as chuvas em dezembro e duram até junho sem notável interrupção; quando é menos abundante, começam em janeiro, suspendem em fevereiro, e reaparecem em março para findarem em maio, quando porém é escasso só começam verdadeiramente depois do equinócio e as vezes não duram três meses. Mas quando depois do equinócio não chove, então há o que se chama secca, triste calamidade, que por vezes tem assolado a província. Nos grandes invernos as chuvas cahem em torrentes diluviais: os campos se alagam, embrejam; os rios tomam dimensões fabulosas.⁹

A quantidade de chuvas era um fator determinante para um ano ser considerado bom e produtivo. É possível perceber que nos anos secos a chuva poderia ainda estar presente. Ao pensar em uma média mensal das chuvas, percebe-se que os números variam entre 11 e 372 milímetros¹⁰ para o período que corresponde entre os anos 1849 e 1876 na província do Ceará. Thomaz Pompeo de Souza Brasil mostra a média mensal dos anos 1849 a 1861 para a capital Fortaleza:

Tabela 1.2 – Média mensal de chuvas

MESES.	Em polegadas.	Em milímetros.	Dias de chuva.
	P. L.		
Janeiro.....	2—3	60	5,6
Fevereiro...	8—9,8	238,2	10,8
Março.....	9—7	255,2	14,6
Abril.....	46	431	17
Maio.....	10—4	271	15,3
Junho.....	5—8	153	12,3
Julho.....	1—6	46	5,4
Agosto.....	0—6	13,7	2,3
Setembro...	0—5	11,8	3
Outubro....	0—3	17,4	3
Novembro..	0—4	20,2	2,3
Dezembro...	1—2	1,4	5,4
Medio.....	4—7	127,7	8,8

Fonte: BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863.p. 105.

Importante reiterar que a quantidade de chuvas variava de acordo com a área compreendida: o gráfico, por exemplo, representa os números de uma cidade litorânea que possui uma característica climática diferente do sertão e das serras. A diferenciação da gravidade de uma seca poderia ser constatada através de alguns fatores reveladores: se havia uma chuva

⁹BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863. pp.100-101.

¹⁰CAVALCANTI, José Pompeu de A.. **Chorographia da Província do Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p.93.

final que ainda alcançasse o pasto e possibilitasse a plantação de legumes não havia tanto motivo para alarde. No entanto, se esta chuva diminuísse ainda mais, e consequentemente as plantações e rios fossem atingidos, a preocupação já começava a rondar a região. Em seu *Ensaio Estatístico*, Pompeo de Souza Brasil faz um balanço das chuvas na região:

Tabela 1.3 – Média das chuvas na capital Fortaleza

ANOS.	Chuva média de cada dia em milímetros.	Chuva média de cada mês em milímetros.	Chuva de cada ano em milímetros.	Chuva anual em polegadas.	Dias de chuva em cada ano.	Chuvas diluções.
1849	5,2	159	1907	P. 70—2 L.	112	12
1850	2,77	85,1	1022	30—7	72	6
1851	5,4	164	1967	32—4	103	12
1852	4,1	126	1514	55—11	102	15
1853	2,7	83,8	1005	37—1	64	9
1854	4,29	130,6	1568	57—10	100	10
1855	3,5	106,3	1276	47—1	66	13
1856	4,8	147,3	1770	65—4	119	15
1857	4,7	145,3	1746	64—6	88	11
1858	3,5	108	1295	47—5	87	11
1859	3,5	108,4	1301	48	101	10
1860	4,8	146	1753	64—8	137	9
1861	3,9	118	1425	54—4	116	6

Fonte: BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863. p.106.

Nota-se que, no período compreendido na tabela acima, o índice de chuvas variava entre 64 e 137 dias chuvosos por ano para capital Fortaleza. A quantidade de chuva também revela que não houve grandes quantidades de períodos secos na província do Ceará entre os anos 1849 e 1861. A média anual de chuvas entre 1005 e 1967 milímetros representa que pelo menos neste momento a província não foi assolada por grandes estiagens, apresentando apenas períodos secos e chuvosos, entendido por Pompeo como anos de chuvas regulares.

Os índices calculados no estudo de Pompeo mostram que havia certa estabilidade na capital em determinados períodos. Em geral, as informações demonstram que a chuva ocorria em grande quantidade no litoral e nas serras, sendo menos frequente no sertão. Os locais onde houve menor presença de chuva no período mencionado foram Aracatyassu, Canindé e Riacho do

Sangue ¹¹. Baturité, Ybiapaba, Aratanha e Maranguape ¹² eram lugares próximos que foram mais bem abastecidos pelas águas das chuvas devido ao seu terreno elevado e coberto de árvores.

Igualmente preocupado em entender os fenômenos climáticos da região, Rodolfo Teófilo faz um balanço de como foi o cenário de chuvas desde os anos 1860 até 1880, passando pelos anos de seca:

Tabela 1.4 - Precipitações registradas em Fortaleza-CE pelo Senador Pompeu de 1861 a 1880, com destaque para os três anos da Grande Seca de 1877-1879.

Anos	Dias de chuva	Mm/ano	Anos	Dias de chuva	Mm/ano
1861	111	1426	1871	106	1442
1862	114	1466	1872	167	2290
1863	131	1430	1873	124	2042
1864	82	1097	1874	73	855
1865	110	1233	1875	121	1614
1866	117	2453	1876	114	1637
1867	84	853	1877	64	473
1868	139	1390	1878	40	580
1869	118	1534	1879	71	596
1870	111	1614	1880	133	1539

Fonte: THEÓFILO, Rodolpho. **História da seca do Ceará (1877 e 1880)**. Fortaleza: Typ. Do Libertador, 1883.

O quadro revela como a quantidade de chuvas na capital Fortaleza variava e de que forma a seca foi se instalando na região, com uma grande diminuição no índice pluviométrico. Os números são alarmantes: enquanto nos anos comuns a quantidade de dias chuvosos girava em torno de 100 dias, nos três anos de seca a província do Ceará não presenciou mais que 175 dias de chuva, sendo que no ano de 1878 foram apenas 40 e em 1877 não ultrapassou os 473 milímetros.

Apesar de se constituir em uma porção regional receptora de chuvas em áreas distintas do semiárido nordestino, a província do Ceará, mesmo em anos considerados normais do ponto de vista pluviométrico, recebia de 80% a 90% das precipitações concentradas durante a chamada

¹¹BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Op. cit.** p. 112.

¹²Ibidem. p.113.

estação chuvosa. Para o sertanejo o período de chuvas correspondia ao momento entre o verão e o outono (dezembro a junho). Entretanto, havia regiões que poderiam passar de seis a nove meses sem chuvas, e quando havia o retorno das precipitações, estas ainda eram insuficientes para as demandas socioeconômicas. O que se percebe é como todos estes fatores contribuíam para a construção de um imaginário cearense de um tempo de chuva e um tempo seco, incluindo a preocupação com a demora da chegada das chuvas.

Outra característica ambiental importante da região são os rios de grande extensão, sendo formados por duas bacias principais: Jaguaribe e Acaraú. Os diferentes cursos de água que correm destes rios têm características próprias, sendo que alguns deles só mantêm seu regime fluvial durante o período de chuvas. A bacia do Jaguaribe nasce nas serras de Mombaça, Joanninha e Ibiapaba. Percorre cerca de 760 quilômetros até alcançar o oceano. De acordo com Cavalcanti, seus principais afluentes são: Pihú, Jucá, Conceição, Bastiões, Salgado, Figueiredo, Banabuyú, Queixeramobim, Palhano, Pirangy, Choró, Pacoty e Cocó. A outra importante bacia da província possui 370 quilômetros de percurso e possui os seguintes afluentes: Jatobá, Juré, Jaibara, Feitosa, Macaco, Jacurutú, Gurahiras, Aracaty-assú, Mundahú e Curú.¹³

A vegetação, por sua vez, é caracterizada nas fontes do século XIX de formas diferentes no sertão, nas serras e no litoral:

No littoral, o terreno affecta a fôrma arenosa, cuja monotonia é quebrada, de longe em longe, pelas dunas e pelos manguezaes, que nascem nas proximidades do mar, nas margens dos estuários, ate onde alcança a agua salgada.

Sahindo da orla marítima, encontram-setaboleiros e carrascos mais ou menos densos, onde crescem arvores de construcção como jetahy, de cerne amarello, (ou quirini-pininga, pao-ferro, de cerne rôxo, tambem conhecido em outra parte por itu.

Do terreno arenoso do littoral se passa a zona do sertão, caracterisada especialmente pela intermittencia da vegetação. A fôrma peculiar é a de catinga, denominação que abrange os extensos bosques, baixos, cheios de arbustos, espinheiros e moitas trançadas.¹⁴

Interessante observar que a época de floração e frutificação está também ligada às estações chuvosas e secas. Na serra, havia dois tipos de floração que só existiriam no sertão quando houvesse um ano chuvoso com rica quantidade de chuvas. Dentre as plantas de maior utilidade para a província, merece destaque a carnaúba por ser utilizada de diversas maneiras. Freire Alemão descreve em seu diário a importância da carnaúba para a região:

¹³CAVALCANTI, José Pompeu de A.. **Op. cit.** p. 20.

¹⁴ Ibidem, p. 76.

A indústria que tem por matéria-prima os produtos da carnaúba é importante. Da haste de carnaúba se faz todo o madeirame da casa, mais esteios ou forquilhas, fazem-se bicas, ripas, etc. O lenho ou madeira externa é meio duro e pesado, de cor parda escura, fazem dele bengalas etc. como se faz do airós (sic). Da raiz se fazem cestas e cestinhas de costura e dela se servem como da salsa, do grelo se faz a farinha e excelente tapioca, das folhas novas se fazem tucum ou fios do dorso da folha como nós tiramos das do tucum, que é excelente em força e duração; as formas de suspender redes são essas. Da mesma folha se fazem bons chapéus, cestinhas, peneiras, etc., a fruta é o sustento para o homem e para o gado, da amêndoa torrada fazem café. Enfim da carnaúba se extrai grande porção de cera. Estas palmeiras são infinitas, por toda esta província é lugar em que se não vê outra coisa e por léguas de extensão, todos os lugares baixos e úmidos, vales e margens de rios, tudo está inteiramente coberto desta palmeira.¹⁵

Além da compatibilidade com o tipo de solo de toda a região, a carnaúba tinha sua raiz utilizada para fins medicinais, seu tronco servia para as obras, construção de telhados, e de seu palmito era produzida farinha, gomas alimentícias e aguardente, além da cera extraída de sua palha¹⁶.

A divisão física do território cearense era marcada por três diferentes tipos terrenos que já foram abordados no presente capítulo. É importante salientar as características de cada um para que possamos entender a dinâmica de ocupação e produção da província em questão. Um dos terrenos mencionados é o que possui maiores informações estatísticas de chuva e temperatura: o litoral. De acordo com Pompeo, todo terreno do litoral é “terreno agrícola próprio para a cultura de mandioca, de legumes e de canna”¹⁷.

Oposto ao litoral, o sertão é caracterizado no Ensaio Estatístico como todo terreno do interior que não é serra. Formado por terrenos secos e pedregosos, o sertão é banhado por vários rios que correm apenas nas estações chuvosas. Quando o tempo é úmido, o terreno serve para a plantação de legumes, milho, arroz, feijão e mandioca. Com a construção de açudes, havia a possibilidade de plantar a cana-de-açúcar e algumas árvores frutíferas.

A parte do território que corresponde às serras é dividida em alguns serrotes secos, onde não é possível plantar; as serras cultiváveis¹⁸; e as serras frescas onde há a plantação de cana¹⁹. A parte que corresponde a serra grande e seca é conhecida como Ibiapaba. Dentre as serras frescas,

¹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006. pp. 76-77.

¹⁶ Ibidem, p.82.

¹⁷ BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Op. cit.** p. 135.

¹⁸ Segundo Pompeo de Souza Brasil, as serras cultiváveis estão localizadas no coração do sertão.

¹⁹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Op. cit.** p. 140.

Pompeo dá destaque para: Maranguape, Araripe, Baturité, Uruburetama, Santa Rita e Ybiapaba. Toda essa formação geográfica incluindo rios e serras podem ser apreciadas no seguinte mapa:

Mapa 1.1 – Carta Corográfica da Província do Ceará



Fonte: THEBERGE, Pedro. **Cartachorographica da província do Ceará**. 1861. Acervo: Biblioteca Nacional, objeto digital cart249878, localização original ARC, 004,05,008.

Pode-se notar que praticamente todo o limite da Província do Ceará é marcado pela presença de grandes serras: na divisa com a província do Piauí há a Serra de Ibiapaba; a chapada da Serra do Araripe na separação com a província de Pernambuco, próximo à região do Cariri; e a serra do Apodi nas proximidades da província do Rio Grande do Norte. Na parte central do Ceará é possível perceber as serras da Meruoca, Telha, Uruburetama e Baturité. Toda essa formação geográfica revelada no mapa é fundamental para visualizar o que foi descrito por Thomaz Pompeo de Souza Brasil e José Cavalcanti.

Em todo este primeiro momento do capítulo, o objetivo tem sido utilizar as fontes do século XIX para descrever ambientalmente a região onde estes sertanejos estão instalados. No entanto, torna-se necessário fazer algumas ponderações no que se refere aos conceitos de espaço e lugar, diversas vezes mencionados ao longo do capítulo.

Entende-se que espaço é “a matéria por excelência”, a “segunda natureza” (com base em Marx), natureza humanizada ou artificial²⁰. É a relação do homem com a natureza (ou do homem com o espaço) mediada pelo trabalho e a produção de mercadorias. Ou, de acordo com Marx, é através do trabalho que se estabelece o intercâmbio entre o homem e a natureza, através do qual o homem transforma a natureza, adequando-a a sua satisfação e necessidades. Ao transformar a natureza, o homem também transforma a si mesmo e o seu ambiente.

Segundo Raffestin, o espaço se diferencia do território à medida que se constitui, em sentido figurado, a “matéria-prima” para a produção do território, ou seja, o território é a apropriação do espaço. O espaço é anterior ao território, uma vez que este se forma a partir do espaço. O território é o resultado de uma ação conduzida por um agente. Somente quando um indivíduo se apropria de um espaço é que este se torna “territorializado”. De acordo com uma visão marxista, o espaço não tem valor de troca, antes é o seu valor de uso que o caracteriza. Nesse sentido, o espaço será sempre anterior, é o lugar das possibilidades, “é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.”²¹.

Utiliza-se igualmente nesta dissertação o conceito de lugar derivado do conceito de região, onde lugar é entendido como o “espaço do singular, espaço de convergência e

²⁰ RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

²¹ Ibidem.p. 144.

divergências dos vetores da modernidade, espaço funcional do todo, mas também espaço de criação de novas formas de vida e de novas práticas socioespaciais.”²². Segundo Milton Santos:

(...) a palavra lugar é, como outras do vocabulário geográfico, preñhe de ambiguidades, já que a região é, também, um lugar a própria expressão região serve para designar extensões diferentes. Sabemos a priori que a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo, mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno. Ainda que um método laboriosamente estabelecido pudesse permitir, a posteriori, reconhecer esse tempo interno mais pequeno, tal constatação não seria absoluta.²³

Nota-se que Santos entende o lugar como algo interferido por tempos externos variados, e a partir desse tempo do mundo se configura o tempo do lugar. Dessa forma, o lugar é também um espaço, um recorte do mundo em movimento, e somente por essa inserção é que se pode compreender a dinâmica de determinado local. É através do lugar que o movimento do mundo é percebido e significado.

Para Bourdieu²⁴, os elementos simbólicos participam das divisões sociais e dos traçados de fronteiras estipulados pelos grupos sociais, os quais constroem limites entre interior e exterior; dentro e fora; reino do sagrado e reino do profano; território nacional e estrangeiro. E, assim, fixam regras para legitimar as separações do mundo social, sancionando-as de modo arbitrário para naturalizá-las.

Nesse sentido, o território acolhe em si a ideia de construção de divisões, cujas frações territorializadas pelas pessoas, grupos, classes são construídas por meio de elementos ou interesses em comum, como identidade, cooperação ou objetivos econômicos. Nesse processo, geram-se noções de diferenciação das identidades, mediante a constituição de redes de significados, os quais dão certa unidade às diferentes partes que compõem a vida social. Logo, no curso de tal divisão do espaço, se produzem os territórios.

Segundo Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva²⁵, a formação desse território no século XIX em um país de fronteira agrícola aberta²⁶, teve intensos movimentos internos de população e um rápido processo de urbanização e industrialização, onde o caráter

²² SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

²³ Ibidem.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 113.

²⁵ LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História Agrária e Região**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1995. p.17-26.

²⁶ É necessário relativizar o uso do conceito de fronteira aberta e esse processo de expansão e ocupação de terras livre. Ver TURNER, 2004; VELHO, 1979.

fixo das microrregiões se constituía em um obstáculo a uma visão regional mais ampla. Linhares e Silva ressaltam as dificuldades de se compreender essas regiões no século XIX: “cabia, então, ao pesquisador estabelecer, no interior de uma vasta freguesia, as áreas realmente organizadas pelas relações sociais dominantes”²⁷.

De acordo com Fania Fridman²⁸, no século XIX os programas territoriais eram definidos a partir da política oficial de povoamento vinculada a interesses particulares e tiveram profundas repercussões no aspecto e nas condições de vida de algumas das mais importantes áreas do Brasil. A freguesia era um território submetido à jurisdição espiritual de um cura que também exercia a administração civil. Para a autora, a licença para as edificações religiosas estava condicionada à sua localização à medida que a população crescia e as paróquias se constituíam em locais de encontro onde ocorria uma boa parte da vida social, ou seja, representavam a concentração religiosa, jurídica e econômica. Como tais aglomerações formavam um mercado local com suas atividades rurais, Fridman supõe que não seria exagerado afirmar que esses locais concretizassem uma política urbanizadora expressando preceitos de base patrimonial e eclesiástica.

Nesse sentido, entende-se que o presente trabalho está imbuído de uma visão semelhante à elaborada por Linhares, Silva e Fridman, ao entender as dificuldades de desenhar as fronteiras físicas do Ceará no século XIX. Acredita-se que no conjunto da região Norte, a formação territorial do Ceará teve como vínculo político, econômico e cultural inseparável as províncias da Paraíba, do Piauí, do Rio Grande do Norte e principalmente de Pernambuco.

No entanto, para uma melhor compreensão do que era o Ceará no século XIX, opta-se por utilizar neste trabalho uma separação mais real para tentar compreender o território cearense naquele momento: tendo em vista que a administração pública no século XIX estava completamente atrelada à estrutura administrativa da Igreja, o que se tomará como espaço a ser pesquisado são toda a Província do Ceará e suas unidades básicas de administração pública, ou seja, as comarcas que abarcavam as freguesias ou paróquias para controle de fins jurídicos.

É interessante ressaltar que as comarcas tinham em sua jurisdição um conjunto de freguesias, logo, se tratava de um controle de toda a província por regiões. Nesse contexto, algumas freguesias tinham uma maior influência sobre a comarca, e conseqüentemente,

²⁷ LINHARES; SILVA. **Op. cit.** p. 21.

²⁸ FRIDMAN, Fania. **Cartografia fluminense no Brasil Imperial**. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e poder. Paraty, RJ, 2010.

acabavam determinando os conjuntos territoriais de toda província do Ceará. Segue mapa com as principais comarcas no ano de 1849:

Mapa 1.2 – Carta topográfica e administrativa da Província do Ceará



Fonte: ADAM, Villiers de l'Île. **Carta Topographica e administrativa da província do Ceara**. Rio de Janeiro, 1849. Acervo: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br> . Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

Interessante notar que o mapa acima mostra a divisão da Província do Ceará em 9 comarcas, 4 cidades, 19 vilas, 36 freguesias, cerca de 60 capelas e 180 povoados diversos. Ao confrontar esses números com os dados emitidos pelo Ensaio Estatístico de Pompeo, percebe-se que na década de 1860 esse cenário já havia sido alterado, aumentando para 14 a quantidade de comarcas na Província. O que se entende é que o aumento e o uso do espaço estão atrelados também aos fluxos econômicos das estruturas produtivas, vide tabelas seguintes:

Tabela 1.5 – População do Ceará em 1777

Vilas	Habitantes
Vila de Aquiraz	4.766
Vila de Arronches	1.059
Vila do Crato	3.146
Monte-Mor Velho	348
Arneiroz	612
Vila de Viçosa	7.171
Vila de Fortaleza	2.874
Russas	7.359
Quixeramobim	2.622
Vila do Icó	8.564
Cariris Novos	4.078
Amontada	1.337
Inhamuns	4.210
Sobral	6.207
Granja	2.478
Almofala	198
S. Gonçalo – Serra dos Cocos	3.577
Total	61.408

Fonte: Waldery Uchoa. Anuário do Ceará 1955-1956 ano V; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1956. Realizado pelo Capitão – General José César de Menezes.

Tabela 1.6 – População da Província do Ceará em 1860

Comarca	Habitantes
Ipú	18.055
Sobral	40.203
Imperatriz	31.702
Baturité	34.738
Quixeramobim	23.323
Inhamun	32.929
Viçosa	14.821
Granja	24.049
Fortaleza	78.872
Aracaty	38.840
Icó	60.800
Saboeiro	25.948
Crato	44.045
Jardim	35.189
Total	503.514

Fonte:BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863.

No trabalho realizado pelo Capitão-General José César de Menezes, no ano de 1777, a população do Ceará atingia o número de 61.408 habitantes, destacando-se a Vila de Aquiraz com 4.766 habitantes, Sobral com 6.207 habitantes, a Vila de Viçosa com 7.171 habitantes, Russas com 7.359 habitantes e a Vila de Icó com 8.564 habitantes. O recenseamento realizado por Pompeo, por sua vez, revela que esse número foi ampliado no século seguinte (1860), chegando a marcar 43.950 habitantes nas freguesias de Aracaty e Fortaleza; 18.634 em Russas; 40.203 em Sobral; e 14.821 em Viçosa ²⁹. Thomaz Pompeo de S. Brasil indica que eram essas as regiões de destaque na pecuária e no comércio de charques.

Esse processo de ocupação do território cearense se deu por meio das concessões de sesmarias e da chegada da Igreja no território. É importante frisar que um dos meios fundamentais utilizados para esse domínio do território, sobretudo sobre as margens dos rios

²⁹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Op. cit.**

Jaguaribe e Acaraú³⁰, foi a pecuária e a forte relação desta atividade com os elementos ambientais que de certa forma impuseram as formas de ocupação e organização da sociedade naquele contexto. Segundo Girão³¹, os rios Jaguaribe e Acaraú, foram os dois primeiros pontos essenciais de colonização e ao mesmo tempo serviam de estradas onde se desenvolvia a marcha de ocupação da Capitania e de escoadouro das manadas de corte para os mercados consumidores. Há relatos de que muitos padres que chegavam para estabelecer as paróquias acabaram adquirindo fazendas e se tornando grandes proprietários de rebanhos ao chegar a terras cearenses.

De uma forma geral, o conhecimento sobre o espaço habitado pelos sertanejos e como os condicionantes ambientais influenciaram no desenvolvimento da ocupação do território cearense são fundamentais para compreender o processo de deslocamento destes indivíduos. O que se apreende é que estes fatores climáticos, como as temperaturas registradas e os tempos de chuva e seca, estavam enlaçados a um imaginário e uma expectativa desses sertanejos. Interessante observar que, mesclada a essa literatura científica do século XIX, havia a fé deste cearense que aguardava a chegada do inverno na região, quando sua esperança sertaneja florescia. O próprio caso do dia de São José era (e ainda é) marcado por uma característica tipicamente nascida na experiência ambiental, onde os sertanejos baseados na fé aguardavam ansiosos por uma resposta dos céus a fim de decidir o que seria de suas vidas. O sonho de uma existência menos árida e miserável se esboçava no horizonte e durava até as chuvas cessarem e a seca retornar implacável.

Igualmente fundamental salientar que toda pesquisa sobre os índices pluviométricos e a escolha dos locais para a pecuária e a produção de cana ou, posteriormente, o algodão, não se deram de maneira aleatória. Ao contrário, havia uma racionalidade e uma intenção de contornar os empecilhos para o desenvolvimento do Ceará na segunda metade do século XIX. As terras cearenses pareciam pouco aproveitadas para os cientistas do século XIX. Freire Alemão dizia que as características do solo e do clima possibilitavam muitos cultivos e, como já enunciado no trabalho aqui apresentado, não seriam essas as causas principais do pouco proveito das terras no Ceará, pois “quando não falta a chuva, tudo o que quiserem vem com muito vigor”³².

O olhar desses naturalistas sob o Ceará estava marcado pelos ideais de conformação do Brasil na lógica da cultura tida como civilizada, elaborados pelos agentes culturais (intelectuais,

³⁰CAVALCANTI, José Pompeu de A.. **Op. Cit.**

³¹GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Casa José Alencar Programa Editorial, 2000.

³²ALEMÃO, Francisco Freire. **Op. cit.** p. 100.

cientistas e literatos) da época em sintonia com o projeto do Estado imperial. Como nos diz Simon Schama:

“paisagem é cultura antes de ser natureza, um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário”³³.

Logo, toda a realidade experimentada por esses estudiosos no espaço natural cearense é fruto da memória e das sensações vivenciadas e como tal, é seletivo, parcial, sensorial. As viagens e este olhar do naturalista viajante que vem de fora apontavam para as potencialidades, assim como indicava os caminhos a serem seguidos para se chegar ao progresso e a civilização.

1.2 – Organização socioeconômica dos sertanejos

O processo de ocupação do Ceará aconteceu através da inserção de algumas famílias que passaram a consolidar a formação dos primeiros núcleos familiares dentro de uma lógica de organização social voltada para a atividade da pecuária na capitania do Ceará. A conquista da região a partir do século XVII ocorreu pela doação de sesmarias na capitania para diversos representantes da Coroa Portuguesa.

O contexto no qual ocorreu a concessão de terras e o processo de povoamento progressivo na capitania foi marcado pelo extermínio das populações indígenas por determinação do poder administrativo da capitania que ficou marcado na história do Ceará como a “guerra dos bárbaros”³⁴. Segundo Almir Leal de Oliveira,

Durante a conquista e colonização, a expansão dos interesses metropolitanos seguiu assim o desenvolvimento da atividade pastoril: abriram-se os caminhos pelo sertão, pelas ribeiras dos rios, gerando o povoamento rarefeito e formando as fazendas de criar. Desta forma, se formaram as principais rotas de boiadas, sendo que a principal se iniciava na foz do Jaguaribe e penetrava o sertão pela ribeira deste rio até o Cariri, onde se integrava com outros caminhos coloniais.³⁵

³³ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁴ A Guerra dos Bárbaros foram os conflitos, rebeliões e confrontos envolvendo os colonizadores portugueses e várias etnias indígenas tapuias que aconteceram nas capitanias do Nordeste do Brasil durante o século XVII. Ver MEDEIROS, 2005.

³⁵ OLIVEIRA, Almir Leal de. **A dimensão atlântica da empresa comercial do charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783)**. In: Anais do I Encontro Nordestino de História Colonial: Territorialidades,

A organização da atividade pastoril intensificava gradativamente o interesse maior por parte dos grandes proprietários na aquisição de mais terras para a criação de gado nas dependências da capitania. De acordo com Francisco José Pinheiro, a formação social do Ceará foi “predominantemente agrária, o acesso a terra se transformou em importante elemento de poder”³⁶.

É interessante notar que a estrutura fundiária do Ceará foi sendo desenhada a partir do tripé terra, família e poder. Assim a posse da terra era um elemento primordial dentro deste processo de ocupação, e a consolidação dos primeiros núcleos familiares foi marcada pelos elementos representativos de domínio dos poderes locais. Para Francisco José Pinheiro, a doação das cartas de sesmarias e o avanço da pecuária contribuíram decisivamente na organização da capitania: “das 2.472 cartas/datas solicitadas, num período de mais de um século e meio, 91% tinham como justificativa a necessidade de terra para ocupá-la com a pecuária”³⁷.

O desenvolvimento da atividade pastoril no sertão cearense não apenas contribuiu no processo de ocupação da região, como também definiu a forma que o governo metropolitano exerceu na prática seu poder de ocupação ao observar detalhadamente a doação de terras:

Ao passo que os Missionários iam estendendo suas missões para o interior da capitania, os colonos iam também se apoderando das terras próprias para a criação do gado, e solicitavam dos Monarcas portugueses doações ou datas de sesmaria delas. Esta penetração para o centro sempre se fazia seguindo o curso dos rios. O Jaguaribe e o Acaraú foram os que se prestaram primeiramente à estas povoações; por isto é difícilimo adquirir-se hoje documentos destas concessões feitas pelos Reis.³⁸

Essa particularidade do povoamento dominante europeu e da ocupação do Ceará com a atividade pecuária e com a agricultura de subsistência é baseada em um aproveitamento do tipo específico de território encontrado no interior da Província, que se diferenciava das características ambientais da região costeira. A princípio, os fluxos de povoamento estavam direcionados a esses locais à beira de rios e no litoral, no entanto, após o fim da Guerra dos Bárbaros há uma modificação nessa configuração espacial. Com o consequente aumento da

Poder e Identidades na América Portuguesa – séculos XVI a XVIII. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006, p. 2.

³⁶ PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008, p. 122.

³⁷ Ibidem, p. 24.

³⁸ THEBERGE, Pedro. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Edição fac-sim (1895). – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 86.

procura e de doações de sesmarias, principalmente próximo à Sobral e à bacia do Jaguaribe, há uma significativa expansão do gado para o sertão cearense.

Toda uma conjuntura contribuiu para essa expansão da pecuária: o próprio aumento da emigração portuguesa é visto como um dos importantes fatores que acarretaram na necessidade de procura de novos territórios para esta prática econômica. Soma-se igualmente às causas da expansão da pecuária em solos cearenses, o largo crescimento dos engenhos de açúcar no Recôncavo baiano e na Zona da Mata de Pernambuco.

No entanto, os amplos domínios da pecuária não se constituíam uniformemente sob a forma de uma única exploração. Os grandes domínios eram arrendados ou estavam divididos em inúmeros currais, sendo comum um só fazendeiro possuir vários currais. O caso do Ceará, ainda mais específico, não era de imensos domínios contínuos ou fazendas de muitas léguas. Nesses locais a média das propriedades era menor do que normalmente consta em uma certa visão do sertão: “(...) não se encontra na capitania uma fazenda que produza anualmente mil bezerros; as maiores, muito raras, são de quatrocentos, e as há até, de trinta”³⁹.

Dessa maneira, o sertão foi sendo aos poucos ocupado e se tornando um imenso pasto, onde a população conseguia driblar os efeitos das legislações que impunham um regime de terras baseado na apropriação individual e privada da terra. Importante ressaltar que embora o senhor da grande sesmaria pudesse cobrar direitos (foro e alguns outros), a área não era diretamente explorada na sua totalidade.

Ao descrever a pecuária, Manuel de Andrade⁴⁰ ressalta que enquanto a criação de gado se espalhava pelo interior da província, a charqueada se instalava principalmente nas áreas próximas ao litoral, e em locais de confluência da produção. Essa escolha não se deu de forma aleatória: as condições climáticas eram favoráveis a essa opção feita pelos fazendeiros, uma vez que no litoral havia a presença do sal e rios propícios ao comércio por cabotagem.

A lógica que regia a expansão das fazendas de gados estava voltada para o que havia de mais precioso no Ceará: a água. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva:

A terra era, sem dúvida, o elemento básico. A existência, contudo, de outros recursos adequados à criação é que tornava uma terra apta, ou não, para a pecuária. A presença permanente de água, como rios, lagoas perenes, poços ou

³⁹ANONIMO apud SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, abril 1997: 119-156. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8.htm>. Acesso em 05 de março de 2014.

⁴⁰ ANDRADE, Manuel de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

cacimbas, bem como os famosos lambedouros, jazidas de sal, qualificavam as terras e permitiam o estabelecimento de uma unidade de exploração.⁴¹

A proximidade aos recursos naturais era fundamental para a criação do gado, sendo a chegada de uma estiagem um fator de grande prejuízo. Freire Alemão classifica três tipos de pastos encontrados no Ceará: mimoso, que correspondia ao mais apreciado pelo gado “e o engordava mais e o lavava mais redio; sendo no entanto seu sustento mais fraco, mas por isso mesmo era consumido mais depressa, e que muito resistia menos à seca.”; o panasco, que “não era tão procurado pelo gado; mas que comiam bem na falta do outro e que resistia melhor às secas e que era um sustento mais forte.”; por fim o agreste, que era raro no Ceará; sendo mais comum no Piauí, “este pasto tem a vantagem de se queimar e reverdecer prontamente, dando assim sempre pasto fresco ao gado.”⁴².

A atividade da pecuária no sertão cearense sofreu algumas modificações após a chegada da seca de 1777. Segundo Josué de Castro, a situação das fazendas de gado era alarmante: após a seca de 1777 a pecuária do Ceará sofre uma queda considerável e “a indústria de carnes no Brasil emigra do Ceará e firma-se definitivamente, a partir de 1780 no Rio Grande do Sul.”⁴³. A partir desse quadro de “crise” que se estabeleceu na região, o algodão aparece como um dos principais produtos de exportação da Província.

Durante o período de maior produtividade econômica das charqueadas cearenses, Fortaleza não possuía um papel protagonista na economia da Província. Embora fosse a capital administrativa da Província, sua relativa distância dos principais portos (Aracati e Acaraú) impedia que desempenhasse suas funções como centro administrativo, atividade realizada até fins do século XVIII pela vila de Aquiraz. Essa situação apenas é alterada com a mudança econômica da produção do algodão.

No entanto, o surgimento do algodão como uma alternativa econômica após um declínio da atividade pecuária não acontece sem uma lógica fundamentada: um conjunto de fatores internos e externos à província do Ceará impulsionou a cultura do algodão, levando o produto a substituir momentaneamente o gado e seus derivados no volume de exportações cearenses e assumindo papel de destaque na sua economia.

⁴¹SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Op. cit.** p. 125.

⁴²ALEMÃO, Francisco Freire. **Op. cit.**

⁴³CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Contudo, é errôneo atribuir exclusivamente ao avanço da cotonicultura, e às secas o declínio da pecuária cearense. Foi antes um conjunto de fatores econômicos e políticos que decretaram, a substituição da pecuária, atual motor da economia cearense em fins do século XVIII, pelo algodão. A cultura do algodão já era conhecida e cultivada pelos indígenas do Ceará, juntamente com as demais culturas de subsistência. Inexpressiva até fins do século XVIII, a atividade era desenvolvida praticamente apenas pelos índios aldeados, principalmente nas aldeias localizadas próximas à vila de Fortaleza. A maior parte da produção deste algodão era destinada ao consumo interno da província.

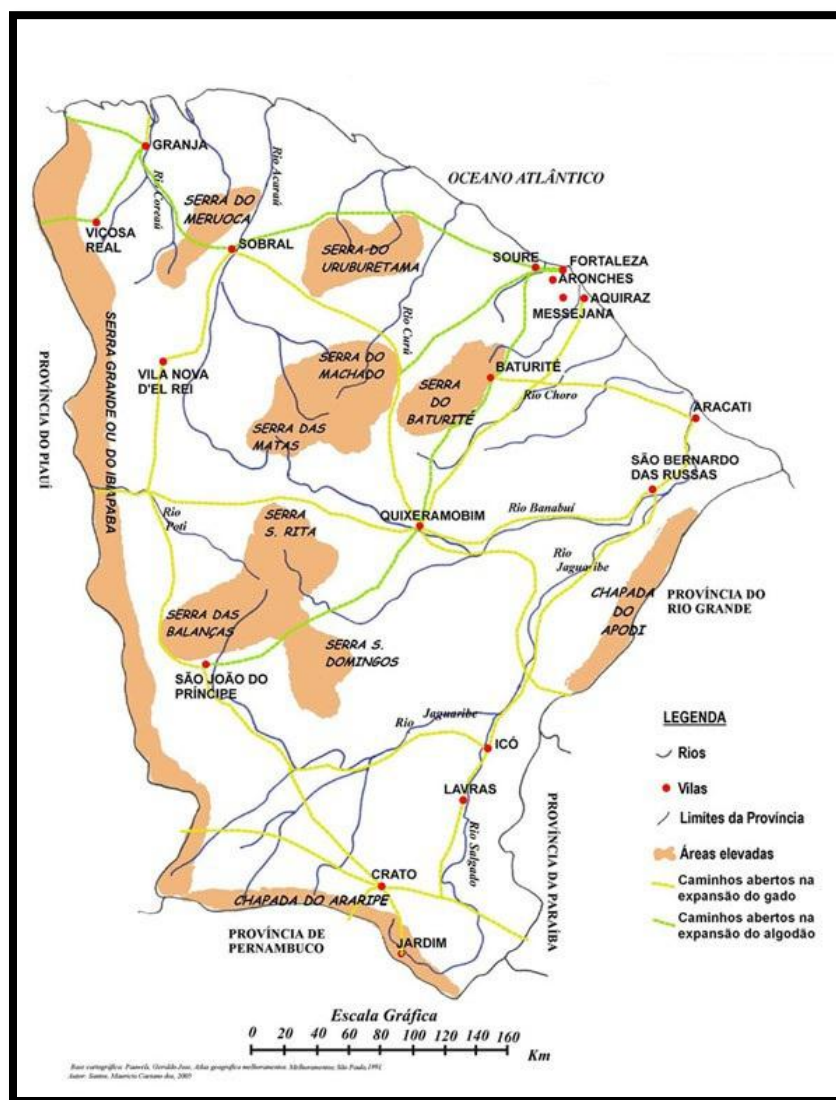
O repentino interesse da Coroa Portuguesa pela cotonicultura surge através da elevação do preço do algodão no mercado internacional. A produção algodoeira se espalha no interior do Ceará por um incentivo da própria Coroa Portuguesa que vê nas terras cearenses uma possibilidade de inserção na atividade. Por este motivo, a comercialização do algodão foi tardia, sendo iniciada somente no final do século XVIII e impulsionada por fatores internacionais como a Revolução Industrial, onde a Inglaterra passou a necessitar de quantidades maiores dessa matéria-prima; e a Guerra da Independência dos EUA, responsável pela diminuição da produção de algodão norte-americana, na época principal fornecedor para a Europa.

Para João Fragoso⁴⁴, existia na economia colonial uma produção de alimentos mais complexa, utilizando muitas vezes mão-de-obra escrava; não totalmente dissociada das grandes lavouras de exportação, em especial do algodão. É possível perceber que o que ocorre no Ceará é próximo ao descrito por Fragoso: uma produção de alimentos esparsa no período onde há o predomínio da pecuária e uma alteração na produção de subsistência a partir da expansão da produção algodoeira. Isto ocorre porque o cultivo do algodão se dava concomitante a outras culturas, e é no período em que o algodão se expande que há um considerável aumento da área e da distribuição do cultivo de alimentos no interior da província. Não mais dependendo somente da produção indígena, o abastecimento passou a ser feito também por pequenos agricultores instalados nas diversas serras úmidas do Ceará.

⁴⁴ FRAGOSO, João. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio.** História (São Paulo) v.31, n.2, 2012. pp. 106-145.

Ao trabalhar com o processo de ocupação e a construção de estradas para as redes de comércio, Maurício Caetano dos Santos ⁴⁵ elabora um mapa que demonstra o balanço das vias baseado em fontes do século XVIII e início do século XIX. O autor apresenta dois caminhos abertos em momentos diferentes: um marcado pela expansão da pecuária e outro pelo crescimento da plantação de algodão:

Mapa 1.3 – Vias de comunicação da Província do Ceará



Fonte: SANTOS, Maurício. **Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil**. 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. São Paulo, 2010.

⁴⁵SANTOS, Maurício Caetano dos. **Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil**. 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. São Paulo, 2010.

O mapa acima é uma aproximação de dados coletados por Santos para revelar que a principal rede (conhecida como caminho dos gados) ligava a província do Ceará à Pernambuco, Paraíba e Piauí. A via algodoeira estava mais voltada ao litoral da província, não possuindo tantas ramificações. A princípio, a ocupação se mostrava mais concentrada no interior, nas proximidades da bacia do Jaguaribe e do Acaraú. Com os problemas ocasionados na produção do charque e no comércio de carnes, Fortaleza passa a adquirir uma posição mais central neste eixo econômico com a produção do algodão. Outros locais como Sobral, Baturité e serra do Ibiapaba também foram beneficiados pelo aparecimento da produção de algodão.

A partir da ascensão do algodão, no início do séc. XIX ocorrem mudanças estruturais, econômicas e administrativas no interior da província, isto se reflete também na produção interna dos pequenos lavradores. As atividades de subsistência eram geralmente situadas nas proximidades das serras da Ibiapaba e Baturité e chapadas como a do Araripe, dentre outras localidades. Thomaz Pompeo de Souza Brasil faz um balanço da exportação de milho, feijão e arroz saídos pelo porto da capital na década de 1850:

Tabela 1.7 – Exportação de gêneros produzidos na província

Anos	Milho (alqueire)	Feijão (alqueire)	Arroz (alqueire)
1850 – 51	876	2	746
1851 – 52	1.307	37	527
1852 – 53	551	34	153
1853 – 54	584	0	2.176
1854 – 55	665	141	0
1855 – 56	7.085	0	7
1856 – 57	1.329	0	0
1857 – 58	253	3	4
1858 – 59	4.052	24	94
1859 – 60	683	8,5	658
Média dos 10 anos	1.738	25	436

Fonte: BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863.p. 370.

Os números revelam que a exportação desses gêneros alimentícios era praticamente irrisória em meados do século XIX, o que nos leva a crer que esse tipo de agricultura era voltado

para o abastecimento interno da Província. José Cavalcanti nos confirma esta ideia ao dizer que “o solo da província é todo apropriado à cultura desses generos, e a produção quasi toda consumida internamente” ⁴⁶. Para Freire Alemão o cultivo das hortaliças era negligenciado, limitava-se “a plantar no chão ou em jiraus cebolas, alhos, tomates, coentros, alguma couve, quiabos, maxixe e pimenta, eis aí tudo.” ⁴⁷.

De acordo com Guillermo Palacios ⁴⁸, esses homens livres pobres sobreviviam praticando uma agricultura de subsistência baseada na mandioca, no milho e alguma variedade de legumes. Com o incentivo ao plantio de algodão, este grupo de indivíduos acabou deixando de lado uma agricultura voltada para o abastecimento do mercado interno, o que teria gerado uma crise em âmbito regional. Ao fazer uma média do plantio de algodão para o século XIX, Thomaz Pompeo de Souza Brasil revela os números relativos à exportação do algodão no Ceará:

Tabela 1.8 – Exportação de algodão

Ano	Algodão (arrobas)	Ano	Algodão (arrobas)
1845	8.495	1853	50.859
1846	3.158	1854	48.367
1847	16.996	1855	65.655
1848	34.218	1856	61.578
1849	25.072	1857	76.820
1850	48.442	1858	74.314
1851	42.921	1859	78.257
1852	67.523		

Fonte: BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863.p. 354.

Ao considerar que o consumo interno de algodão possuía uma média de 10 mil arrobas e a exportação uma média de 120 mil arrobas no período que corresponde a meados do século XIX, nota-se um vertiginoso crescimento no setor de exportação do algodão no Ceará, chegando a alcançar o número de 78.257 arrobas comercializadas em 1859. Já na década de 1880, após a

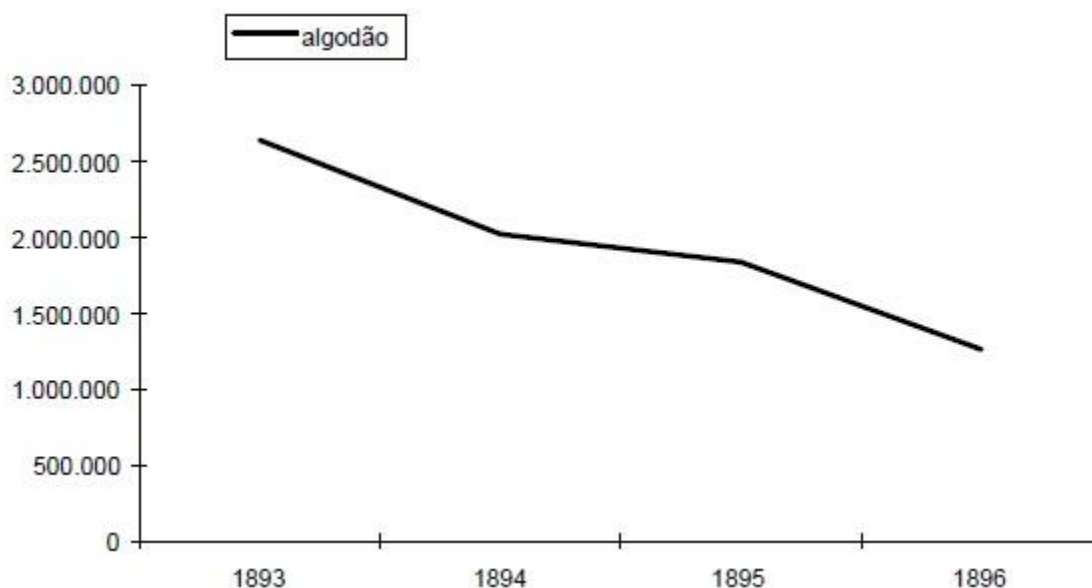
⁴⁶CAVALCANTI, José Pompeu de A.. **Op. cit.**, p. 160.

⁴⁷ALEMÃO, Francisco Freire. **Op. cit.** p. 32.

⁴⁸PALACIOS, Guillermo. **La agricultura campesina em el Nordeste Oriental del Brasil y las sequías de finales Del siglo XVIII**. In: ACOSTA, Virginia García. Historia y desastres em America Latina. Vol1. México: La RedCiesas, 1996.

seca de 1877, esses dados caem consideravelmente, atingindo a produção de 4.345,702 quilogramas⁴⁹ de algodão, o que corresponderia a apenas 0, 295 arrobas produzidas.

Gráfico 1.1 – Exportação de algodão (Kg) pelo porto de Fortaleza



Fonte: Relatório de Presidente da Província de 1897, p.30.

Após a seca de 1877, a produção algodoeira continua a cair e a agroexportação cearense entra em declínio com a diminuição de exportação de algodão e outros gêneros. Isso ocorre não apenas por causa da seca, mas principalmente porque há uma política provincial de incentivo à atividade manufatureira, deixando a cotonicultura de lado durante certo período.

Em relação a outros produtos da região, a Comissão Científica de Exploração dá destaque para duas principais atividades como fonte de riqueza da província do Ceará: “1º Gado vacum, ovelhum e cavalar. 2º Produtos de culturas, tais como algodão, café açúcar, goma elástica, farinha, etc.”⁵⁰. Os produtos de notáveis exportações da década de 1850 são o café – 160 mil arrobas/ano – e os produtos derivados da cana – média de 250 mil arrobas/ano⁵¹.

⁴⁹ Após a mudança nas unidades de medidas, o sistema métrico passou a utilizar o quilograma como medida oficial. Nesse sentido, 78.257 arrobas corresponderiam a aproximadamente 1.149.517 kg (1.149 toneladas). Sobre as transformações no sistema de medidas do Império ver SECRETO, 2011.

⁵⁰GABAGLIA, Giacomo Raja. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

⁵¹BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Op. cit.** p. 363.

Embora tenha se destacado na produção algodoeira, a província do Ceará continuava com a criação de gado como uma das principais atividades econômicas. Os dados mostram como era a produção durante o século XIX:

Tabela 1.9 – Produção de gado vacum

Ano	Dízimo	Produção (cabeça)	Ano	Dízimo	Produção (cabeça)
1827	4.130	50.000	1849	4.857	77.712
1828	5.196	62.352	1850	4.400	70.400
1829	5.667	68.004	1851	4.960	79.360
1830	5.114	61.368	1852	7.612	117.106
1831	5.953	71.436	1853	6.087	93.647
1832	6.534	78.408	1854	6.760	104.007
1833	6.080	72.960	1855	6.100	97.600
1834	6.912	82.944	1856	7.360	117.760
1844	2.400	34.000	1857	10.504	160.064
1845	710	11.360	1858	9.984	159.744
1846	572	9.152	1859	7.355	116.680
1847	3.483	55.728	1860	9.241	120.000
1848	3.575	57.216			

Fonte: BRASIL, Thomaz Pompeo de Souza. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1863.p. 383.

Tabela 1.10 – Dízimo do gado grosso

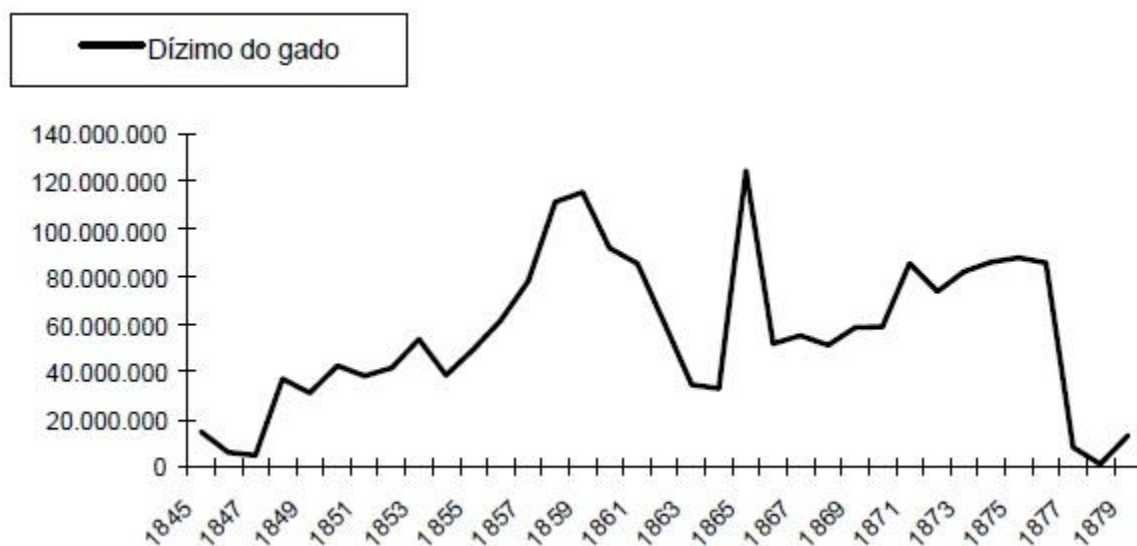
Ano	Dízimo	Ano	Dízimo
1866	51.965\$277	1874	86.174\$063
1867	55.372\$450	1875	88.161\$916
1868	51.420\$350	1876	85.771\$315
1869	58.720\$230	1877	8.232\$126
1870	58.949\$004	1878	1.199\$800
1871	85.477\$418	1879	13.301\$370

1872	73.793\$970	1880	24.107\$600
1873	82.525\$086	1881	29.362\$500

Fonte: CAVALCANTI, José Pompeu de A. **Chorographia da Província do Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p.151.

Percebe-se na tabela 1.9 que os índices eram crescentes na produção de gado em terras cearenses. Esse considerável aumento é apenas interrompido durante os anos 1845 – 46, mas logo os números tornam a subir novamente. Os números na tabela 1.9 são calculados a partir da quantidade de cabeças, e o dízimo neste período correspondia a 8%. Ao considerar que a partir da década de 1860 (Tabela 1.10) o valor do dízimo representava aproximadamente 4% da produção total, é possível concluir que o ano de 1875 – 76 (anterior a seca de 1877) foi o auge da pecuária no século XIX, chegando a produção a atingir o valor de 2.144:282\$877. Os anos de seca, por sua vez, demonstram uma queda brusca, sendo 1878 o pior ano com um dízimo de apenas 1:199\$800:

Gráfico 1.2 – Dízimo do gado

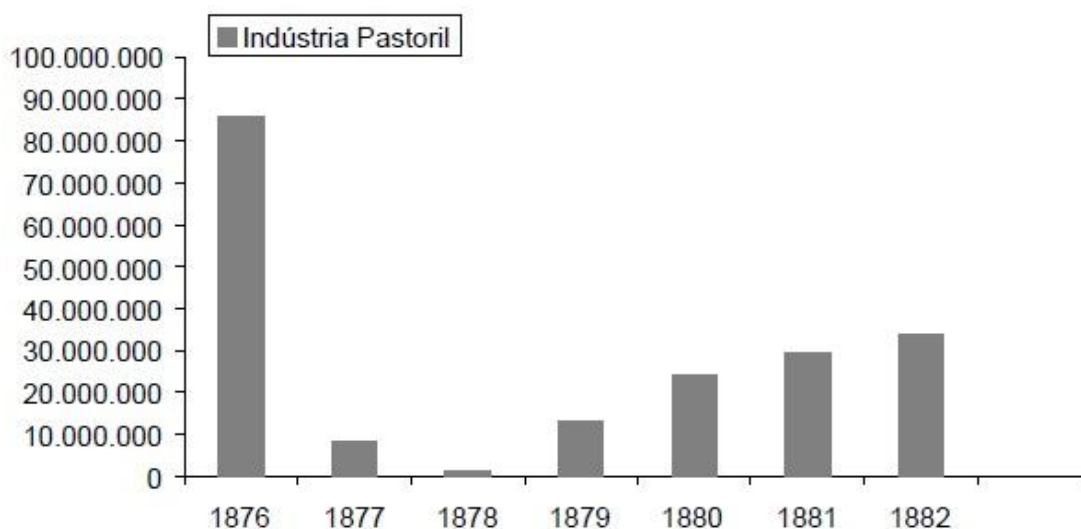


Fonte: TEÓFILO, Rodolfo. **História das Secas no Ceará (1877 – 79)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

Pode-se notar no gráfico 1.2 que a pecuária cearense apresentou variações bruscas na sua produtividade. No entanto, nem sempre isso aconteceu devido às secas, antes a própria falta de cuidados e doenças muitas vezes ocasionaram a morte desses animais. A seca de 1877 atingiu a

atividade pastoril não exatamente pela falta de água, mas especificamente pela escassez de pasto para o gado.

Gráfico 1.3 – Indústria criadora ou pastoril



POMPEU, Antônio. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 73.

Apesar da queda na produção em 1877 e 1878, a agropecuária cearense apresentou uma recuperação no terceiro ano de seca (Gráfico 1.3), alcançando um aumento da produção conseqüente nos anos seguintes. Ao notar a relevância que tinha a pecuária na região, Freire Alemão chama atenção de alguns cuidados que não eram tomados na região. Para o autor se fazia necessário rever algumas práticas que impediam o crescimento ou até mesmo a manutenção da importância da pecuária:

É pois necessário que os criadores vão quanto antes cuidando em reformar a maneira bruta de criar, tratando de melhorar os pastos, de preservar do mato; de os descobrir, destruindo as árvores, e arbustos, que impedem o crescimento do capim; deixando-os somente de um lado e outro das cercas, para terem melhorias para cercados, e seus reparos etc.⁵²

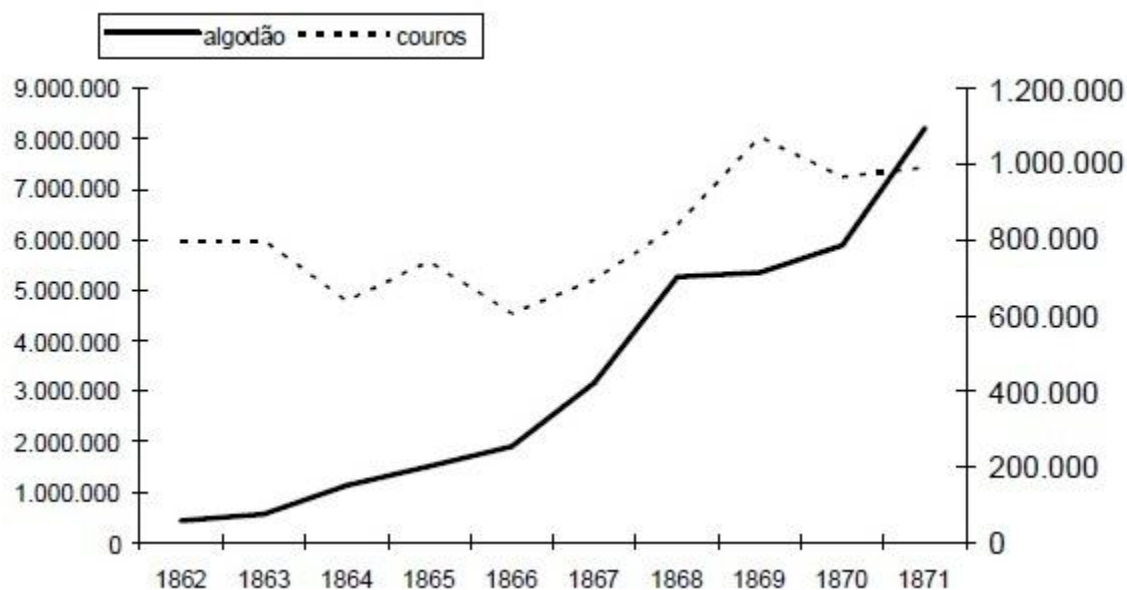
Ao tratar principalmente como a atividade pecuarista moldava determinadas relações sociais, econômicas e naturais no espaço cearense, Freire Alemão procurou mostrar em seus escritos a experiência de suas andanças. Suas observações ressaltam que o desenvolvimento da pecuária nessas terras estava atrelado às condições climáticas e vegetais da região e, dependendo

⁵² ALEMÃO, Freire. **Op. cit.** p. 61.

das características naturais do lugar, tinha grande proveito e fartura ou desperdício e prejuízos: “o gado aqui é sem comparação superior ao da capital, onde via sempre bois pequenos, magros, raquíticos puxando carros, e cavalientes da mesma aparência carregando vários gêneros. Aqui (Aracati) tem o gado uma bela aparência, são de boa estatura e redios.”⁵³.

No Gráfico 1.4 podemos perceber o vertiginoso crescimento da produção de algodão, que ultrapassa a exportação de couros principalmente a partir da década de 1870:

Gráfico 1.4 – Exportação de algodão e couro (Kg) pelos portos do Ceará

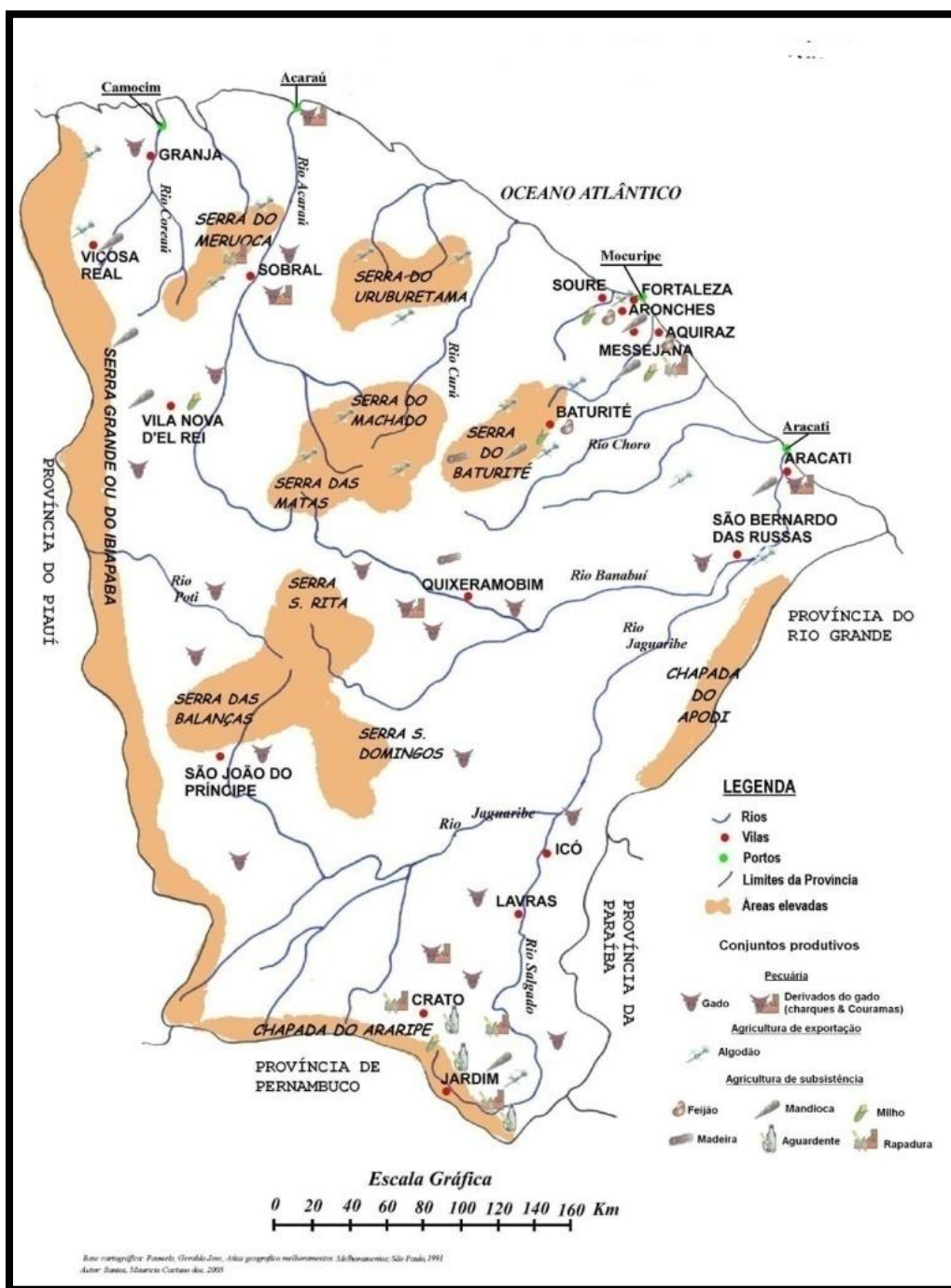


Fonte: Relatório de Presidente da Província, 20 de outubro de 1872. p. 13.

De uma forma geral, foi possível perceber que a organização socioeconômica do Ceará no século XIX estava voltada para a criação de gado, uma pequena plantação de subsistência e a plantação de algodão. Cada um dos conjuntos teve um crescimento temporal e espacial distintos, o que não significa que ocorreram de formas isoladas, afinal todos estavam dentro da lógica econômica colonial. A distribuição espacial pode ser percebida através do seguinte mapa:

⁵³ Ibidem. p. 69. Grifo meu.

Mapa 1.4 – Distribuição da produção do Ceará no século XIX



Fonte: SANTOS, Mauricio. **Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil**. 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. São Paulo, 2010.

A coexistência de vários modelos de indústria – seja extrativista, agrícola ou pecuária – ocorria de acordo com o momento histórico e a própria relação e flutuações de mercado do

período compreendido. Os pequenos roçados eram feitos pelo próprio vaqueiro com a sua família ou agregados e como nos diz Andrade, “após o período do rush Algodoeiro, passaram os agricultores sertanejos a regular a sua vida amanhando a terra, ajudando-se uns aos outros e procurando obter tanto o produto comercial por excelência – o algodão –, como os produtos alimentícios.”⁵⁴

Em toda pesquisa aqui desenvolvida foi possível observar que praticamente todos os autores citados – seja de fontes primárias ou secundárias – são unânimes em considerar a seca como fator desarticulador da economia das carnes secas do Ceará e responsável pela ascensão do algodão a partir do final do século XVIII. A elevação do preço do algodão no mercado internacional desperta a ambição da Coroa portuguesa e possibilita a inserção do sertão na economia colonial de exportação.

Dessa forma, as secas somadas a toda uma conjuntura política e econômica podem ter contribuído para a expropriação e concentração da população livre pobre no litoral em finais do século XVIII e início do XIX. Esses fatores teriam gerado também a consequente formação social específica do Nordeste, principalmente no que diz respeito à província do Ceará, diferenciando aquele estrato social das outras regiões do país.

1.3 – Seca e vulnerabilidade: alterações na situação socioeconômica e ambiental

Ao se considerar as variáveis histórico-sociais, é preciso perceber as conjunturas históricas e não analisar somente o desastre natural como fator isolado, mas suas implicações sociais, culturais, econômicas e políticas. O contexto social antes e depois do desastre podem ser reveladores.

Marcadas no tempo e no espaço, as calamidades ambientais indicam situações críticas anteriores ao acontecimento. Ao entender o desastre como produto de um fenômeno natural, é fundamental perceber o contexto histórico no qual determinada sociedade está inserida e como uma catástrofe natural pode ter se desenvolvido naquele local. Os desastres geralmente apontam para situações de fragilidade política e econômica, e é preciso considerar a administração de determinada região assolada em meio a essas situações. A sociedade não pode ser percebida

⁵⁴ ANDRADE, Manuel Correa de. **Op. cit.** p. 190.

como uma massa passiva que é surpreendida por um fenômeno natural. Há de se questionar quais são as estratégias, medidas e atitudes que determinado povo encontra para driblar os efeitos de um desastre.

A vulnerabilidade frente à chegada de uma catástrofe ambiental indica as fragilidades naturais e sociais de determinado local. É preciso salientar, portanto, o que se entende por vulnerabilidade neste trabalho. Por um lado, é necessário considerar a vulnerabilidade social, onde o conceito dentro do campo de debate ambiental está relacionado a uma exposição a riscos e pela propensão de determinados grupos sociais de preverem, enfrentarem ou sofrerem as consequências de algum tipo de perigo ambiental.

Segundo Henri Acselrad, há diversas vulnerabilidades, situações e condições que devem ser consideradas em diferentes momentos e localizações. Para o autor, a vulnerabilidade é uma noção relativa e é comumente atrelada à exposição de riscos e susceptibilidade das pessoas e/ou locais se tornarem menos vulneráveis. Acselrad destaca também que a condição de vulnerabilidade é socialmente construída, e necessariamente será definida de um ponto de vista, dependendo das expectativas de cada grupo social. O autor afirma que:

para se captar a dimensão societal da vulnerabilização, a pretensão de mensurar estoques de indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social deveria ser acompanhada de um esforço de contextualização e ser associada à caracterização dos processos de vulnerabilização relativa.⁵⁵

A investigação sobre as vulnerabilidades precisa considerar as relações entre sociedade e meio ambiente. A normalidade de um sistema socioambiental apenas pode ser alterada segundo três diferentes fatores: exposição ao risco, sensibilidade e capacidade adaptativa.⁵⁶ De acordo com o Painel Intergovernamental:

Vulnerabilidade é o grau segundo o qual um sistema é susceptível ou incapaz de suportar efeitos adversos das mudanças climáticas, incluindo variabilidade climática e seus extremos. Vulnerabilidade é uma função da característica, magnitude e grau da variação climática ao qual um sistema é exposto, sua sensibilidade e sua capacidade adaptativa.⁵⁷

⁵⁵ ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. p. 5.

⁵⁶ BROOKS, Nick apud CLARO, Carolina Batista. **Refugiados ambientais: mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável, UNB, 2012.

⁵⁷ INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. IPCC Third Assessment Report: Climate Change 2001. Glossary of Terms used in the IPCC Third Assessment Report. Geneva: IPCC, 2001.p.388.

Ao pensar em uma contextualização mais específica para a presente dissertação, é possível perceber que, no caso da crise ambiental no Ceará oitocentista, as vulnerabilidades da região não decorrem apenas do fenômeno clima, mas que foram socialmente construídas e ao longo do tempo, ajudaram na configuração de uma desestruturação socioambiental da região. A seca, nesse sentido, não atuou apenas destruindo lavouras e matando rebanhos, houve também um quadro de privações que este sertanejo muitas vezes se viu subjugado, como por exemplo, ao deixar sua terra em busca de refúgio.

Dessa forma, o que gera o deslocamento das áreas atingidas é a condição social de vulnerabilidade, sendo o desastre apenas uma espécie de estopim. Para o caso do Ceará no século XIX é possível perceber que estes migrantes não se diferem do que se entende como flagelados ambientais. A utilização do termo flagelados ao invés de refugiados se deve a uma diferenciação conceitual que acredito ser específica para o caso aqui estudado. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente define que

refugiados ambientais são pessoas que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente a zona tradicional onde vivem, devido ao visível declínio do ambiente (por razões naturais ou humanas) perturbando a sua existência e/ou a qualidade da mesma de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entra em perigo.⁵⁸

No entanto, os refugiados ambientais são todas as pessoas que se encontram forçadas a abandonar (transitória ou definitiva) seus territórios, devido a motivos gerados por fatores ambientais, com dimensões mundiais e transfronteiriços. Já o termo flagelados ambientais ressalta a circunstância em que as vítimas momentâneas de acontecimentos naturais (enchentes, secas, deslizamentos) são atingidas. Geralmente os eventos que atingem os flagelados ambientais tem proporções locais e há a previsão de retorno a seus antigos lares.

A partir do momento em que são considerados todos os aspectos produtivos e ambientais da província do Ceará ao longo do século XIX, nota-se que este conceito de flagelado ambiental se encontra diretamente ligado a uma ideia que esteve muito presente nos eventos migratórios do Ceará durante as secas. A decisão de migrar é um ato entendido como última alternativa encontrada por aqueles sertanejos que tentavam sobreviver aos percalços de uma seca, muitas vezes visualizando o retorno para sua antiga terra.

⁵⁸Environmental Refugees, PNUMA, 1985, (tradução).

No entanto, antes de entrar especificamente nas alterações ocorridas com a chegada de uma estiagem no Ceará, torna-se fundamental entender a seca como um fenômeno climático que produz impactos culturais, sociais, políticos e econômicos. Logo, é imprescindível buscar uma definição da seca em seu aspecto natural. A seca é definida como uma ausência parcial ou total de chuvas ou sua má distribuição durante o período em que as precipitações deveriam ocorrer. As secas podem atingir diferentes níveis: meteorológicas, edáficas, hidrológicas ou socioeconômicas.

A seca meteorológica é caracterizada por uma queda na precipitação normal durante um determinado período de tempo. Os critérios para que esta ausência de precipitação seja considerada seca variam de acordo com as características climáticas nas diversas regiões do mundo. A seca edáfica seria o estágio posterior à meteorológica: a falta de umidade afeta o desenvolvimento e a sobrevivência de culturas agrícolas, pastoris e florestais. Em um terceiro momento, após a ausência das chuvas e o esvaziamento de rios e lagos, ocorre a seca hidrológica, que corresponde às deficiências no suprimento de água superficial ou subterrânea. Por último, a seca atinge à economia local, ocasionando problemas de ordem socioeconômica.

Para Mike Davis⁵⁹, na seca meteorológica o volume de chuvas não é tão importante para a agricultura quanto o processo de distribuição de alimentos. A seca hidrológica, por sua vez, estaria ligada sempre a uma história social, uma vez que os sistemas precisam de constante manutenção, e a própria erosão do solo aumentaria os desastres naturais.

De acordo com Enrique Florescano⁶⁰, a definição de seca não deve considerar apenas a escassez de água, mas como este fato provoca desordem em determinadas sociedades. Para tanto, o historiador acredita ser necessário conhecer os fatores que alteram o clima da Terra para descobrir as causas da seca. Ao compreender os condicionantes naturais que geraram uma estiagem a médio e longo prazo, as sociedades atingidas poderiam encontrar alternativas para amenizar o impacto do fenômeno.

Logo, a seca deve ser definida como uma articulação entre estiagem e vulnerabilidade social, isto é, a incapacidade da população para enfrentar o fenômeno climático. Ela se caracteriza não pela simples insuficiência de chuva e água, mas quando, em concorrência com esse fator climático, há “a fome, desaparecimento de espécies de sementes, a perda de

⁵⁹ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

⁶⁰ FLORESCANO, Enrique. **Breve Historia de lasequía em Mexico**. Mexico: Editora Conaculta, 2000.

patrimônio, de rebanho, migração, a falta de perspectiva, doenças físicas e mentais e o desamparo”⁶¹.

Para o caso específico do Ceará, torna-se fundamental pensar na relação da seca e as atividades econômicas realizadas na região. Segundo alguns pesquisadores, o próprio desgaste do solo causado pela pecuária é um fator de contribuição para a desertificação da região. A desertificação é considerada como um conjunto de fenômenos que levam determinadas áreas a se transformarem em desertos ou a eles se assemelharem. Desta maneira, a mesma pode resultar de mudanças climáticas determinadas por causas naturais ou pela pressão das atividades humanas sobre ecossistemas frágeis. Neste processo de desertificação a vegetação é extinta ou diminui consideravelmente através do desmatamento que ocasiona a perda de propriedades do solo, tornando-o infértil e pouco profundo.

O desmatamento associado ao uso intensivo da terra pode ter auxiliado no fenômeno de desertificação, ou seja, o empobrecimento de ecossistemas semi-áridos. O próprio pisoteio do gado provoca compactação, o que pode ter também implicado em redução da capacidade de infiltração da água no solo e aumento da susceptibilidade à erosão⁶².

Toda esta dinâmica econômica de ocupação do sertão cearense pela pecuária no século XVII e posteriormente pelo incentivo ao plantio de algodão sempre esteve influenciada pelos condicionantes ambientais. O processo de uso e ocupação do Ceará foi devastador devido a esses ciclos econômicos implantados. Segundo Eduardo Galeano:

as plantações de monocultura constituíam uma rede para esvaziar a riqueza natural... Cada região, uma vez integrada ao mercado mundial, experimenta um ciclo dinâmico; logo depois decai pela competição dos produtos substitutos, pelo esgotamento da terra, ou pelo desenvolvimento de outras áreas onde as condições são melhores. O impulso produtivo inicial se desvanece com o passar dos anos e deriva em uma cultura de pobreza, subsistência econômica e letargia... Quanto mais se deseja um produto no mercado mundial, maior é a miséria que leva aos povos latino-americanos cujo sacrifício o geral.⁶³

Ao pensar sobre a monocultura, Galeano destaca como a atividade exclusivista é capaz de destruir um ambiente por um motivo econômico. O que se percebe é que em virtude da

⁶¹ DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. In: ZICARDI, Alicia (Comp.). Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

⁶² LUSTOSA, Jacqueline Pires. **A pecuária, o algodão e a desertificação nos sertões do médio Jaguaribe – CE**. Fortaleza: Mercator, v. 11, n. 25, 2012.

⁶³ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 55.

dedicação exclusiva aos ciclos econômicos e diante de uma condição ínfima de segurança alimentar (representada pela agricultura de subsistência), a população cearense esteve sempre sujeita a situações catastróficas assim que um ciclo econômico era interrompido. Dessa forma, as populações eram condenadas e gerava-se uma exploração da natureza guiada pelo novo sistema econômico vigente.

O que se percebe em todo século XIX é que essas atividades econômicas alteravam o ambiente e conseqüentemente podiam auxiliar neste processo de desertificação. Para Ab'Saber as secas no Nordeste não são um problema climático, antes são “incidências socialmente catastróficas de anos de grande secura”⁶⁴. Como destaca Souza: “a história cearense é assim, marcada por signos de nomadismo, do extrativismo, do oportunismo e da descontinuidade de crescimento econômico. História sem desenvolvimento. Progresso artificial, exógeno, burocrático.”⁶⁵. Assim, é possível notar que a incidência de secas estava ligada a um padrão climático; a desertificação, no entanto, dependia da ação humana.

Desta maneira, as secas no Ceará significavam um fator estrutural de crise e, conseqüentemente eliminavam um certo número de unidades produtivas (as consideradas mais frágeis e de recursos mais escassos) e, ciclicamente, atingiam o próprio coração do sistema produtivo, provocando desta forma mudanças inesperadas. Nestas condições, a capacidade de poupança, acumulação e reinvestimento no interior do sistema eram seriamente limitadas. Ao atingir os rebanhos cearenses, a seca de 1790 abriu espaço para a charqueada gaúcha se destacar ao haver uma interrupção da produção do charque de Aracati. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva:

A interveniência de secas, ou fortes invernos, poderia favorecer um dos núcleos produtores, eliminando provisória ou permanentemente várias unidades produtivas do núcleo concorrente. Sem este fator aleatório a concorrência se daria, muito provavelmente, em termos de qualidade e preços (vinculados aos custos e técnicas de manejo e transporte). Com as secas, a retirada temporária de núcleos atingidos poderia representar a perda permanente dos mercados tradicionais. No caso de Aracati e Parnaíba, em função do baixo nível técnico e a reduzida capitalização das fábricas não existia a possibilidade de uma retomada técnica do mercado (modernização, investimentos). Novamente a pecuária nordestina, no alvorecer do século XIX, restringir-se-á às carnes-verdes.⁶⁶

⁶⁴ AB'SABER, Aziz Nacib. **Floram Nordeste seco**. Revista Estudos Avançados. Ano 4, Volume 9. São Paulo, 1990. p. 149.

⁶⁵ SOUZA, Marcos José Nogueira de. **Diagnóstico ambiental do Ceará – Diagnóstico Socioeconômico – Volume 2**. Fortaleza, 1998. p. 20.

⁶⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Op. cit.** p. 4.

Nesse sentido, as flutuações de mercados somadas a seca formariam o conjunto básico de empecilhos para se manter em alta na pecuária nordestina, principalmente após a seca de 1790 com a ampla concorrência de outros centros econômicos. Contudo, cabe ressaltar que para um número significativo de unidades especializadas, em especial os produtores mais humildes, a seca representava simplesmente o desaparecimento enquanto agentes econômicos.

Para o conjunto de cientistas e letrados do século XIX, a importância de estudar estes fenômenos era para que enfim a província cearense alcançasse momentos de modernização e progresso:

Pois as secas oferecem uma face física e outra humana que se entrosam mais ou menos intimamente, produzindo efeitos de ordem social. Não podemos, à nossa vontade, no momento oportuno, engendrar uma ambiência meteorológica favorável aos nossos desígnios. Podemos, porém prever, esperar e prevenir os efeitos perniciosos da falta, da deficiência ou da irregularidade da queda pluvial.⁶⁷

O objetivo destas pesquisas científicas era justamente tentar driblar estes fenômenos naturais, conhecendo principalmente os motivos das eventuais secas. Afinal, como poderia uma capital que recebe uma média de 2000 milímetros de chuvas em tempos ditos normais ser assolada por uma seca? Fortaleza recebia um volume de chuvas enorme comparado à diversos lugares do mundo. Seria preciso, portanto, buscar entender a complexidade que cerca o mundo natural, principalmente quando as sociedades sofriam impactos diretos de fenômenos ditos naturais. Logo, fazia-se necessária a investigação de tais acontecimentos objetivando conhecê-los, e assim, evitá-los. O debate científico do século XIX voltava-se então para ideias de cultivo e preservação, economia e estabilidade. Nota-se assim que para um melhor aproveitamento da natureza cearense, os intelectuais cearenses entendiam que era preciso utilizar os recursos naturais com cuidado e rigores científicos, o progresso viria como consequência da utilização correta da natureza.

⁶⁷ TEÓFILO, Rodolfo Marcos. **Op. cit.** p. 3.

Capítulo II – A seca e o sertanejo

*“O nosso sertanejo disfarça, esconde,
mistifica sua culinária quando tem visitas.
Crê ficar desonrado servindo Coalhada com
carne-de-sol, costela de carneiro com pirão
de leite, paçoca com bananas, milho cozido,
feijão verde, o mungunzá que o africano
ensinou e a carne moqueada que ele
aprendeu com o indígena. (...) Nós devemos
ter orgulho de nossa alimentação
tradicional, formadora de rijos homens de
outrora, vencedores da indiada, lutando
com onças a facão e morrendo de velhos.”*

Câmara Cascudo

O segundo capítulo da presente dissertação consiste em considerar a relação destes indivíduos cearenses com a terra, seus costumes e sua cultura local. A partir do momento em que se compreende que identificar o sujeito do qual se fala é fundamental, podemos enfim entender o motivo que o levou a se deslocar em um período de calamidade.

À princípio, pretende-se entender no capítulo como o conceito de sertanejo foi sendo utilizado ao longo dos anos. O sertão e o sertanejo começam a ser valorizados como possíveis possuidores de uma autenticidade cultural somente a partir da obra de Euclides da Cunha. Essa definição cultural do sertanejo vai sendo percebida e delineada até o momento em que se encontra outro desafio: quem é propriamente este sertanejo que migra na seca de 1877? Torna-se preciso então refletir sobre o conceito de campesinato a fim de compreender quem é este sujeito que se vê obrigado a migrar do interior nordestino para a capital ou para fora da Província.

Além disso, objetivou-se trabalhar com alguns escritos de memória e romances de Rodolfo Teófilo, além dos relatos de viagem da Comissão Científica de Exploração (1861). A literatura de viagem e as obras de Teófilo são fundamentais para tentar entender um pouco desse cotidiano do interior cearense, muito embora não seja o uma fala do próprio indivíduo que migra, mas antes uma representação deste.

Por fim, pretendeu-se problematizar a classificação dada ao cearense desde o século XIX, onde foi naturalizado um comportamento migratório. Questionar essa visão cristalizada de um possível “nomadismo” é interessante porque nos conduz a refletir sobre preconceitos que

ainda se fazem presentes em nossa sociedade. Rotular toda uma população é também minimizar seu poder de agente.

2.1 – Por uma definição de sertanejo

O conceito de sertanejo tem sido visitado diversas vezes por uma produção científica a fim de entender essa figura emblemática. No entanto, antes de entender quem é este personagem e como ele foi visto por um debate teórico, o próprio local que o ambienta precisa ser delimitado e compreendido.

Segundo Janaína Amado, a palavra sertão começou a ser utilizada pelos portugueses no final da Idade Média, com o objetivo de referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distante de Lisboa. Dessa maneira, “a partir do século XV, usaram-na para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contínuos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam”⁶⁸. A palavra, portanto, tem uma origem medieval e na Renascença nomeava regiões fora do controle da Coroa portuguesa. Durante todo o período colonial, o termo foi amplamente utilizado pelas autoridades lusitanas na América para designar “áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios selvagens e animais bravios”⁶⁹.

A palavra sertão representa uma hierarquia, pois pressupõe uma autoridade capaz de delimitar seu início e seu fim, a sua significação e a quem ela se dirige. A etimologia da palavra revela um lugar afastado: *De-sertum* significa “o que sai da fileira”, e foi utilizado para identificar o lugar desconhecido. Dessa forma, o sertão apareceu sempre como um vocábulo que significou um local oposto e distante de onde se fala.

Explicado a partir do ponto de vista do mar, o sertão no século XIX cabia a tudo que não pertencia ao litoral. Quase sempre associado ao deserto, é visto como uma área inóspita, pronta para ser conquistada. Pode então ser compreendido pela lógica da colonização, onde o mundo civilizado e letrado possui a visão da totalidade, e é superior aquele mundo distante e desordenado.

⁶⁸ AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995.p. 4. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf. Acesso em 02 de julho de 2014.

⁶⁹ Ibidem. p. 6.

O imaginário do sertão foi construído por muitos cronistas, intelectuais e viajantes. Nesse sentido, tiveram destaque as expedições científicas na construção desta representação. Spix e Martius, dois viajantes alemães, contribuíram com seus relatos, onde a barbárie do sertão é então representada pelos viajantes:

Atravessamos o rio em porto dos angicos, que corri aqui sobre xisto quartzítico, e achamo-nos agora no sertão, como denominam os mineiros a vastidão deserta, na sua linguagem usual. Consideramos de bom agouro, à entrada do tão mal afamado território, o encontro com um francês das belas margens do Garona, um digno ancião, barqueiro da passagem, e que amavelmente nos deu hospedagem.⁷⁰

É evidente a tranquilidade e satisfação de ambos os viajantes ao se depararem com o francês. Este fragmento revela como a estrutura social e seus moradores aparecem também como um dos pilares da construção do sertão enquanto oposto à civilização. Dessa forma, o conceito de sertão mostra de um lado a civilização trazida durante a colonização, e do lado oposto, este lugar deserto.

Saint-Hilaire, viajante francês que desembarcou no Rio de Janeiro em 1816 e permaneceu no país durante seis anos esboça em seu livro o que é o sertão: “O nome de Sertão ou deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente pela escassez de população”⁷¹. Essa percepção de solidão representada pelo sertão está presente em grande parte dos relatos de viajantes durante suas viagens ao interior do Brasil.

Interessante observar também a imagem judaico-cristã do deserto nos relatos de alguns viajantes. Spix e Martius, por exemplo, se utilizaram de tradicionais imagens bíblicas quando atravessaram o interior mineiro: “encontrávamos freqüentemente nuvens de pó negro, em cuja base chispavam faíscas, fazendo-nos lembrar as colunas que precediam os israelitas no deserto, indicando-lhes o caminho”⁷². Essa descrição de deserto utilizada no relato nos faz lembrar do que Le Goff chama de “epopéia do deserto”⁷³: herdeiro de tradições mais antigas, o cristianismo medieval representa o deserto como um lugar maravilhoso, repleto de perigos e sujeito às tentações do demônio, no qual monges, cavaleiros e santos, em peregrinação, enfrentam provas e pagavam suas penitências.

⁷⁰ SPIX e MARTIUS, **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. p.53.

⁷¹ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem às nascentes do rio São Francisco (1847)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 309.

⁷² SPIX & MARTIUS. **Op. cit.** p. 50.

⁷³ LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985. p. 39.

A definição do sertão especificamente nordestino pode ser percebida através da obra de Euclides da Cunha e de toda uma discussão gerada em finais do século XIX e início do XX. É interessante observar que no debate científico da década de 1870 algumas questões vão sendo elucidadas sobre o sertanejo de uma maneira bem generalizada. É possível perceber que todas essas querelas do final do século XIX e início do XX foram marcadas pela esperança de um país civilizado nas trilhas do progresso. O desafio do pós-Independência era criar uma nacionalidade. No entanto, aquele homem do sertão estaria inserido nesse universo da cidadania?

Muitas eram as dúvidas sobre o futuro da Nação. A herança colonial precisava ser superada para a chegada da civilização. Havia a necessidade de se criar um povo com características comuns que se tornariam um Brasil algum dia. Em meio a todas estas questões, uma elite ilustrada brasileira se apropria de teorias raciais vindas da Europa e tenta adaptar as teorias evolutivas à realidade brasileira. Com um grande número de mestiços, alguns destes intelectuais viram no branqueamento a solução de um país tão heterogêneo.

No auge das discussões, surge a possibilidade de uma cultura matriz em um sertão diferente retratado por Euclides da Cunha. Outrora visto como território da barbárie, a ideia de sertão sintetizava a representação do outro indesejado e distante, símbolo daquilo que não se poderia conceber como nacional. Há uma mudança de cenário a partir de Cunha, onde o sertanejo passa a ser visto como possuidor de uma autenticidade cultural. O indivíduo arcaico de repente tornara-se a esperança de um futuro do Brasil.

A partir de uma literatura regionalista própria do Nordeste, a mestiçagem foi sendo valorizada e formando uma base para um modelo mais integrador de nação. Segundo Afrânio Garcia Junior,

A demonstração de que a mestiçagem se inscrevia na tradição imposta pela colonização portuguesa, de que todos compartilhavam de referências de três bases – européia, africana, ameríndia – deslocava o debate intelectual da questão da natureza biológica do povo para os modos de constituição histórica e cultural da coletividade nacional.⁷⁴

O regionalismo nordestino constituía, desta forma, um meio de transformar a desvantagem de viver em um ambiente sofrido, marcado por hierarquias sociais e segmentado

⁷⁴ GARCIA JUNIOR, Afrânio. **Meninos de Engenho. Tradições e dramas familiares feitos símbolo da brasilidade.** Revista Antropolítica, Revista do Departamento de Antropologia da UFF, Niterói, n.30, pp.21-47, 2011.p. 36.

pela “raça”. Afastado pelos costumes culturais tidos como referenciais, o regionalismo era uma tentativa de valorização de uma cultura perpassada por uma mistura:

O regionalismo é o pé-de-fogo da literatura... Mas a dor é universal porque é uma expressão de humanidade. E nossa ficção incipiente não pode competir com os temas cultivados por uma inteligência mais requintada: só interessará por suas revelações, pela originalidade de seus aspectos despercebidos.⁷⁵

É interessante notar que este homem do interior nordestino representava uma cultura bem específica. Essa formação híbrida do sertanejo revelava um pensamento que pairava naquele contexto: é a instabilidade da raça representada nessa figura de fronteira que atormenta.

Nestor Canclini refletindo sobre os resultados desse contato cultural entre europeus e o “novo” mundo, prefere chamar essa nova situação intercultural de hibridação em vez de sincretismo ou mestiçagem, “porque abrange diversas mesclas interculturais” - não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo mestiçagem—“e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que ‘sincretismo’, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais”.⁷⁶

Essa hibridação cultural implica em uma “recriação” cultural que pode ou não ser “reinscrita” em relações hegemônicas. As culturas híbridas não se referem às identidades fixas, ao contrário, ressalta a porosidade das fronteiras, onde culturas tradicionais são capazes de sobreviver e se adaptar na relação transformadora com a modernidade. A formação híbrida do sertanejo pode ser refletida nas impressões de um escritor em finais do século XIX e início do XX:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória

⁷⁵ ALMEIDA, José Américo. **A bagaceira (1928)**. São Paulo: Editora José Olympio, 2004.p. 36.

⁷⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2006.p. 19.

retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas”⁷⁷.

Esse trecho retrata este indivíduo híbrido visto por Euclides da Cunha. Embora os sertanejos fossem homens fortes, foi impossível resistir às medidas tomadas pelos seus oponentes. Ao final da obra, quando Euclides da Cunha retrata o fim da luta, o autor mostra que os soldados reconheciam a fragilidade dos sertanejos e até envergonhavam-se da vitória sobre adversários tão inferiores. Esse processo de hibridação cultural ressalta a existência do tradicional e do moderno. E nesse sentido, a identidade sertaneja foi se diluindo um pouco como uma população mestiça do interior, possuidora de uma cultura própria do sertão.

Nesse momento vale resgatar a partir da leitura de Norbert Elias, uma introdução sobre a própria gênese do conceito de cultura e civilização. O autor busca, para tanto, recuar por quase toda a extensão do século XVIII, enfatizando os processos de construção da cultura e do caráter nacional, tanto na França como na Alemanha.

Para o processo alemão, Elias trabalha com a idéia de oposição (dicotomia) entre os conceitos de Kultur e Zivilisation. O termo Kultur remete ao modo de agir, à construção de referenciais e à produção artística, além de ser representativo do próprio processo de formação da burguesia alemã. Condensa, por assim dizer, o espírito nacional alemão, ao passo que possibilita no plano simbólico a oposição entre pólos distintos, quer sejam, o modo de vida nacional alemão em contraste com o exótico (etiqueta francesa).

Por outro lado o conceito de Zivilisation, cunhado por esta mesma burguesia alemã, dialoga com os referenciais franceses, é um termo usado para descrever a sociedade de corte (aristocracia). Segundo essa classe média alemã, Zivilisation conota questões ligadas à superficialidade e a falsidade inerentes às relações cortesãs, em oposição ao modelo “moral” e “honesto” conformato na idéia de Kultur. Essa dicotomia se dá também a partir do próprio modelo lingüístico, enquanto a classe média (burguesia) é falante do idioma alemão (constantemente tido como língua bárbara), a corte fala uma língua estrangeira, o francês, tido como refinado.

Desse modo, Elias introduz a ideia de que a formação cultural de uma nação, ou mesmo região, se dá muito provavelmente na oposição com outras referências culturais. No caso alemão, essa distinção fica clara na atribuição de qualidades, tais como honestidade e moral ao povo

⁷⁷ CUNHA, Euclides da. **Os sertões (1902)**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1954, p. 207.

alemão em contraposição às depreciações formuladas à sociedade de corte seguidora do modelo francês. Cabe aqui mencionar uma passagem de Fontane, também citada por Elias, onde é ilustrada a situação acima, quer dizer, a oposição entre diferentes culturas na gênese de um espírito cultural nacional:

A Inglaterra e a Alemanha se relacionam da mesma maneira que forma e conteúdo, aparência e realidade. Ao contrario das coisas, que em nenhum outro país do mundo exibem a mesma solidez que na Inglaterra, as pessoas se distinguem pela forma, pela aparência mais visível. O indivíduo não precisa ser um cavalheiro, precisa apenas dos meios para parecer que é, e se torna tal. O indivíduo não precisa ter razão, precisa apenas colocar-se dentro das formas da razoabilidade, e terá razão... Por toda a parte, aparência. Em nenhum lugar inclina-se mais o homem a abandonar-se cegamente ao mero brilho de um nome. O alemão vive para viver, o inglês para representar. O alemão vive para si mesmo, o inglês vive para os outros.⁷⁸

Diferente do homem nascido no Rio de Janeiro, o homem do sertão não copiava um modelo cultural europeu, o que significaria para muitos intelectuais do Brasil uma possível esperança de representação da cultura brasileira genuína. Euclides da Cunha tem um papel fundamental na reabilitação deste sertanejo:

Quer dizer que neste composto indefinível — o brasileiro — encontrei alguma coisa que é estável, um ponto de resistência recordando a molécula integrante das cristalizações iniciadas. E era natural que, admitida a arrojada e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, eu visse naqueles rijos caboclos o núcleo de força da nossa constituição futura, a rocha viva da nossa raça.

Rocha viva... A locução sugere-me um símile eloquente.

De fato, a nossa formação como a do granito surge de três elementos principais. (...) A mestiçagem generalizada produz entretanto, ainda todas as variedades das dosagens díspares do cruzamento. Mas, à medida que prosseguimos, estas últimas se atenuam. Vai-se notando maior uniformidade de caracteres físicos e morais. Por fim, a rocha viva — o sertanejo.⁷⁹

Espaço da barbárie e do atraso cultural, os sertões surgiam como o lugar aonde iriam se desenvolver a verdadeira nacionalidade e o brasileiro do futuro, ao passo que o sertanejo ganhava estatuto de personagem promissor. Pensando na questão da mestiçagem e o olhar para o sertanejo enquanto possuidor de uma cultura autêntica, Berthold Zilly afirma:

O que, portanto, salva o sertanejo, aquele mestiço de três povos, da condenação pela ciência? Justamente a sua homogeneidade como tipo étnico, condicionada pela segregação e pela homogeneidade do meio. Graças ao seu “insulamento”

⁷⁸ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.p. 49.

⁷⁹ CUNHA, Euclides da. **Op. cit.** p. 232.

durante três séculos, a população inicialmente heterogênea do sertão, de três raças de origem, fundiu-se, através de um processo de múltiplos cruzamentos, para formar um povo relativamente unido, sem ser perturbado, diferentemente das populações litorâneas, por sucessivas levas de imigrantes e por influências civilizatórias extemporâneas.⁸⁰

Justamente estava no isolamento a sua redenção. O resultado de um longo processo de miscigenação revelou um sertão com um pouco de cada raça e uma possível matriz da nação. O sertão arcaico de repente era visto em uma situação vantajosa em relação ao resto do Brasil pelo simples fato de ter produzido uma raça forte e uma cultura própria. Do fruto do cruzamento de raças surge um tipo promissor: o homem do sertão. Era uma uniformidade cultural que dispensava a uniformidade racial.

Nesse sentido, a literatura regionalista possui um papel fundamental para a valorização deste sertanejo nordestino. A publicação de uma série de crônicas intitulada “Viajando o Sertão”, de Luis da Câmara Cascudo revela como este “Sertão” representava o local onde o tempo não passava e os segredos do Brasil se mantinham intocados, porém ameaçados por uma modernização que poderia destruir a originalidade da tradição. Para Cascudo,

o Sertão está morrendo engolido pelos açudes, pisado pelo Ford, cego pela lâmpada elétrica. A menina que eu vi reparando na gente pela frincha da porta, vive na capital, usa sapatinho vermelho e está ensinando o shimmy às primas da fazenda. A casa grande derribou-se. Agora inaugura-se o estilo bolo-de-noiva com requififes e pendurucalhos nas paredes. Vaqueiros? Sumiram-se. (...) Morre a vaquejada e com ela duzentos anos de alegria despreocupada e afoita.⁸¹

A percepção romântica do sertão de Câmara Cascudo revela a importante imagem que possuía o homem sertanejo na literatura do século XIX e XX. Percebido como mantenedor de uma cultura genuína e tradicional, os sertanejos possuíam para Câmara Cascudo uma “herança feudal”. E é justamente em meio a essa imagem tradicional construída pela literatura que a identidade do sertanejo vai sendo definida espacialmente no Nordeste, este descrito como sertão das secas. Para Erivaldo Fagundes Neves, o conceito de sertão abarca uma idéia espacial e social:

Generalizou-se o conceito de “sertão” para vasta área do interior brasileiro que expressa pluralidade geográfica, social, econômica, cultural, equiparando-se à

⁸⁰ ZILLY, Berthold. **Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha**. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 1999, n. 12, p. 22.

⁸¹ MELO, Veríssimo de (Org.). **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo**. Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991.p. 27.

idéia de “região”, exposta como especialização destacada num continente, país ou subunidade setorial de poder, caracterizada pelas relações sociais e de trabalho, condições materiais, recursos ambientais, natureza do que produz, espécies de bens comercializados, formação étnica, manifestações culturais. Como categoria analítica da divisão espacial, “sertão” exprime condições de território interior de uma região ou unidade administrativa interna – sertão nordestino, sertão da Bahia – ou de zoneamento dessas espacializações – Alto sertão da Bahia, sertão de Canudos, Sertão de São Francisco – ou ainda o sertão do Bandeirante, que inclui o interior de outras unidades da federação, fora do “polígono das secas”.⁸²

A associação com o clima e principalmente com a seca de 1877 passa a configurar como característico do sertão tudo que está relacionado às secas. Para Antônio Candido, os escritores regionalistas do Norte se fundamentavam no “senso da terra”, no “patriotismo regional” e na “preeminência do Norte”⁸³. Esse regionalismo brasileiro é responsável por criar um Nordeste enquanto região, fruto de uma crise entre norte e sul, que utilizava como critério um determinismo ligado aos hábitos, costumes e práticas sociais e às variações climáticas. Especialmente após a seca de 1877, houve a necessidade de diferenciar regionalmente o Norte das secas do Norte da Amazônia e a nova identidade do Nordeste exige a criação de um estereótipo que forjasse uma unidade.

Dessa forma, a literatura da seca ajuda na consolidação de uma imagem do sertão onde há a ausência da água e há a centralização dos temas na morte, na dor, na migração, e nas perdas humanas e naturais nos períodos de seca. Estes literatos reproduzem uma imagem de como os elementos materiais se apresentam no mundo sertanejo e traduzem essa relação do homem com o mundo natural. É, portanto, uma escrita que considera a terra como elemento fundamental de sua descrição.

A importância da literatura regionalista e da obra “Os Sertões” para a construção de um imaginário deste homem sertanejo é indiscutível. No entanto, cabe ressaltar que a identidade sertaneja do semiárido é originada a partir de uma generalização de especificidades. Torna-se fundamental reiterar que existe o Nordeste da cana-de-açúcar, do semi-árido, do litoral, da pecuária, da abundância e da fome, da miséria e da riqueza. O sertanejo de Euclides da Cunha

⁸² NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural**. Politéia: história e sociologia. Vitória da Conquista, v. 3, n.1, 2003. p. 157.

⁸³ CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6 ed. Vol 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

pode representar localmente este nordestino, no entanto, não abarca a variedade das identidades nordestinas.

Pensar quem é este indivíduo ambientado neste lugar distante (sertão) é fundamental para compreender a formação social específica do Ceará no século XIX. Mas afinal, quem seria este sertanejo nordestino que habitava essas terras cearenses? O sertanejo que migra seria um camponês? Torna-se útil remontar ao próprio significado da palavra camponês para tentar compreender este indivíduo do sertão cearense.

Para a sociologia rural, diversos autores tiveram grande influência no debate sobre o tema: recorreremos à análise de Alexander Chayanov⁸⁴ para compreender a lógica do campesinato a partir do comportamento deste camponês inserido na sociedade e não a partir do ponto de vista de sua inserção na divisão social do trabalho. Fatores utilizados nas análises da economia política como o mercado, disponibilidade de terras e padrão tecnológico são importantes na conformação do objetivo do camponês, mas não explicam por si só a conduta do agricultor. Apesar de Chayanov ter traçado um modelo geral para o comportamento do camponês, fica implícita em sua análise a necessidade de pesquisa para a compreensão das inúmeras faces do campesinato no mundo.

De maneira geral, para o autor russo, o campesinato teria as seguintes características baseadas na lei geral do “equilíbrio entre trabalho e consumo”: a) a renda familiar é um todo indivisível; b) existe uma auto-exploração da força de trabalho da família pela própria família; c) a intensidade do trabalho é limitada pela satisfação das necessidades básicas; d) relações patriarcais na organização social; e) aversão ao risco e à penosidade.

A definição de Chayanov nos é útil para pensar no que seria este camponês de uma maneira geral. No entanto, como o próprio autor ressalta, faz-se necessário compreender este indivíduo a partir de uma perspectiva mais específica. Nesse sentido, a utilização de certas categorias sociológicas referente à Europa para explicar situações locais dentro do Brasil é uma preocupação básica para Otávio Velho⁸⁵ no debate dos anos 1960. Para Velho, o termo camponês vinha sendo usado indiscriminadamente e de forma generalizada, sem abarcar as populações do interior do Brasil. O autor afirma que o modelo geral de utilização do termo camponês, onde não

⁸⁴ CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

⁸⁵ VELHO, Otávio. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro**. América Latina (Rio de Janeiro), v.12, n.1, 1969.

são consideradas as especificidades locais, servem como uma primeira aproximação para uma análise concreta.

Dessa forma, somente a análise na prática poderia revelar os casos intermediários, onde este camponês pode estar inserido em uma economia de mercado, sem necessariamente, excluir a possibilidade de ter uma economia de subsistência. O autor propõe que os camponeses e os operários não sejam tratados em termos de oposição, “mas como um continuum com dois casos-limite entre os quais teriam de ser colocadas todas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores, etc., podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia do trabalho”⁸⁶.

Maria Isaura de Queiroz⁸⁷, por sua vez, acredita que os sitiantes, pelo fato de viverem em uma economia de subsistência, não contribuem para o desenvolvimento econômico do país. Essa parte da economia brasileira representaria, assim, o Brasil arcaico, ao passo que a produção agrícola voltada para a exportação representaria o Brasil moderno. De uma maneira geral, Queiroz adota o cultivo direto da terra pela família, o uso de técnicas rústicas (por exemplo, a coivara), a mobilidade espacial e uma ligação vigorosa com seus meios de subsistência (a terra) como características que definem os pequenos lavradores e sitiantes, incluindo também os moradores, agregados, clientes.

Já Antonio Candido⁸⁸ analisa as formas de sociabilidade das comunidades na Região Sudeste, a partir de conceitos como “trabalho coletivo” no interior das comunidades de bairro ou, o conceito de “mutirão” na sociedade caipira. Para Candido, o caipira é o sujeito ou o homem do campo que tem, em sua lida diária, o trabalho produtivo com a terra e na criação de animais em seu contexto socioespacial. Nesse sentido, o autor entende que:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio, mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência⁸⁹.

⁸⁶Ibidem. p. 95.

⁸⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Uma categoria rural esquecida**. Revista Brasiliense (São Paulo), n.45, 1963.

⁸⁸ CANDIDO, Antonio. **As formas de solidariedade**. In: Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

⁸⁹Ibidem. p. 36.

O debate iniciado na década de 1960 com os referidos autores, fertiliza o campo de discussão a respeito do modo de vida deste camponês e da importância de se entender as diferentes categorias rurais existentes no Brasil. No limiar da década seguinte, Ciro Flamarion Cardoso⁹⁰, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira⁹¹, trazem novas perspectivas ao conceito de camponês. Segundo Cardoso, a posse da terra, o trabalho predominantemente familiar e a produção atrelada à subsistência, abrem novos paradigmas para a inclusão de novos indivíduos a categoria camponesa.

Ciro Flamarion Cardoso apresenta a questão da gestação do campesinato no sistema escravista por meio da chamada “brecha camponesa”. Possivelmente com o objetivo de diminuir os custos com a manutenção e reprodução da mão-de-obra, o senhor concedia ao escravo uma pequena parcela de terra e tempo livre para cultivá-la e produzir sua própria subsistência. O autor tenta, portanto, definir as características da economia camponesa. São elas: acesso estável à terra, tanto da propriedade quanto do usufruto; trabalho predominantemente familiar, podendo em alguns momentos empregar mão-de-obra externa; economia fundamentalmente de subsistência, podendo haver vinculação com o mercado; certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que, quando e como plantar.

A partir da crítica de Ciro Cardoso ao modelo da grande lavoura, precisamos entender o que acontece quando consideramos o próprio processo de ocupação da província do Ceará para entender se aqueles migrantes são ou não camponeses. Podemos notar que grande parte daquela população era composta por indivíduos relacionados com as atividades pecuárias e por uma pequena plantação voltada apenas para o próprio consumo. Aquele estrato social de homens livres pobres era composto em sua maioria por índios, negros e mestiços fugidos de lavouras vizinhas⁹². Mas quem é este homem do sertão migrando para o litoral e serras cearenses?

No próprio processo de ocupação, mencionado no capítulo 1, foi possível perceber que a população que veio com a doação de sesmarias incluía, além da extensa família do sesmeiro, numerosos outros elementos tais como administradores, agregados, meeiros, capatazes, alguns escravos, além das comunidades indígenas já existentes no local. As relações de poder nos sertões não era fácil: a disputa pela terra se dava por uma classe hegemônica dos pecuaristas que

⁹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁹¹ LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **A questão da agricultura de subsistência**. In: _____, *História da Agricultura Brasileira: combate e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁹²Os escravos negros não foram numericamente expressivos na província do Ceará, sendo pouco numerosos na plantação de algodão que se estendeu por boa parte da província.

se antagonizavam inclusive com os latifundiários produtores da cana-de-açúcar, da Zona da Mata. A classe dominante disputava igualmente a exploração da servidão indígena com a Igreja.

Segundo Andrade⁹³, as tribos indígenas que não tiveram o confronto direto no Ceará (ou que sobreviveram a ele), se afastaram das áreas da pecuária, indo em direção ao litoral e às serras. Soma-se a isso a própria introdução do negro oriundo das lavouras de Pernambuco e da Bahia na economia cearense: estes se tornavam agregados na pecuária na condição de pequenos produtores de subsistência e juntavam-se ao grupo de trabalhadores rurais livres⁹⁴.

O que se percebe é que o processo de ocupação foi de certa forma retardado no Ceará por conta dos conflitos de terras entre esses agentes sociais. De acordo com Andrade:

A formação do campesinato, [...] pelos grupos de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o [seu] próprio sustento, deu-se vagarosa e persistentemente desde o tempo da colonização [...]. O número deles seria engrossado com o crescimento populacional, aumentando a leva de expropriados formados por brancos pobres e por mestiços de brancos com indígenas e com negros [...]. Os expropriados constituíam uma população bastante numerosa, que vivia nas terras marginais dos engenhos e fazendas, cultivando produtos alimentares para o próprio sustento e pagando aos proprietários um foro em serviços ou mercadorias produzidas [...]⁹⁵.

Andrade continua sua análise se referindo à parcela dos ex-escravos negros, reforçando a pobreza no campo e ampliando a situação dos posseiros e moradores de engenhos e em fazendas de gado e algodão. O autor destaca também a questão da parceria na região:

O desenvolvimento dessas formas de relações de trabalho é facilmente compreensível em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários [...]. O proprietário para garantir seu poder controlava os cargos públicos locais e mantinha estreitas relações com as autoridades a nível da província, posteriormente do estado [...] mantinham em suas terras um certo número de moradores que recebiam favores especiais e certos privilégios [...] Dispunham assim de um sistema de poder que evitava, ou pelo menos atenuava os choques violentos entre as classes e consolidava a sua influência, riqueza e prestígio.⁹⁶

⁹³ ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989. p. 9.

⁹⁴ FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará**. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 110.

⁹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **Op. cit.** p. 15.

⁹⁶ Ibidem, p. 17.

O sistema de parceria⁹⁷ representava também um novo tipo de sujeição difícil de rompimento, salvo nos momentos de crise tais como nos períodos de longas estiagens, provocados pelo fenômeno das secas. De certa forma, a parceria possibilitou uma expansão agrícola, uma vez que ampliava a agricultura de subsistência, inserindo aqueles indivíduos em uma economia monetária. Após o boom algodoeiro no Ceará, o sistema de parceria cresceu nas áreas rurais, sendo a princípio bem recebido pelas comunidades camponesas⁹⁸. A parceria deixa de ser bem quista em períodos de seca prolongada, onde proprietários e meeiros, endividados e levados à falência, sobretudo neste último grupo, consumiam suas sementes e perdiam o sistema de sustentação paternalista⁹⁹.

Outro fator agravante para a falência do sistema de parceria na região era a dependência comercial e financeira do capital estrangeiro. O comércio internacional subordinava grandes proprietários, que repassavam essa condição para os pequenos produtores, parceiros da produção comercial. Ao disponibilizar capital para produção, estes intermediários também forneciam outros produtos essenciais às famílias camponesas (exemplo o sal e querosene).

A relação do latifundiário com o pequeno produtor era conflituosa: a parceria gerava muitas vezes a submissão e dependência na aquisição de produtos e de implementos agrícolas, não disponibilizados no mercado interno, além do endividamento desses pequenos produtores. A própria variação do preço do algodão e as margens de lucro no mercado mundial eram extraídas ou subtraídas dos parceiros, que dependiam dos proprietários de terra. Segundo Ana Maria Araújo, “somente quando havia margens de excedentes na pecuária em binômio com o algodão é que eram também repassados para os pequenos produtores, cuja sobrevivência baseava-se no consórcio da produção principal (algodão-pecuária) com o milho e o feijão”¹⁰⁰.

Nota-se que esse sistema agrário desvantajoso para o pequeno agricultor durante o século XIX tenha motivado grande parte da migração, principalmente para fora da Província. A precariedade das relações de produção e a estrutura fundiária rígida ficavam ainda mais evidentes em períodos de estiagem prolongada. O rompimento do latifúndio e do lavrador acabou de certa forma impulsionando o deslocamento desses indivíduos. O que nos leva a

⁹⁷ Segundo Antonio Cândido (1987), a parceria é uma sociedade pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro.

⁹⁸ ARAÚJO, Ana Maria. **O êxodo dos trabalhadores rurais para cidades à luz de Lefevbre**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119, 2002.p. 10.

⁹⁹ NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará**. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.p.79.

¹⁰⁰ ARAÚJO, Ana Maria. **Op. cit.** p.12.

concluir que no Nordeste, e especialmente na configuração fundiária do Ceará, “o que ocasionava o êxodo não era tanto a seca, mas sobretudo a cerca”¹⁰¹.

O que se conclui de todo este debate é que, embora muitas vezes exista uma certa homogeneização deste sertanejo, é importante reiterar que ele possui diferentes identidades e é ambientado em diferentes sertões. Ao entender que o campesinato é caracterizado pelo acesso à terra, autonomia na plantação, uma economia fundamentalmente baseada na subsistência e com a maior parte da utilização de mão-de-obra familiar, podemos perceber que este indivíduo do interior cearense é um sertanejo, mas não necessariamente é um camponês, uma vez que existiam grandes proprietários vinculados à pecuária. Entende-se, portanto, que o trabalhador rural que se adéqua às características elaboradas por Ciro Flamarion Cardoso são fundamentalmente aqueles que sobrevivem do sistema de parceria, sendo vaqueiros, meeiros ou arrendatários em épocas de crise.

Dessa composição social, percebemos que este camponês também é um sertanejo, porém diferente do latifundiário, uma vez que, em períodos de estiagem e vulnerabilidade, os primeiros a se deslocarem são estes pequenos trabalhadores rurais. Como diz Alberto Passos Guimarães: “[...] o pequeno era sempre empurrado sertão adentro todas as vezes que suas terras eram cobiçadas pelos grandes e mais poderosos”¹⁰². E a chegada da estiagem somada a essa estrutura fundiária rígida deixava a situação do trabalhador rural ainda mais frágil e vulnerável.

2.2 – O cotidiano cearense segundo cientistas

Um dos importantes fatores a ser considerado no uso da literatura como fonte histórica é que a mesma não é o mundo real em si, antes são representações de uma realidade que pode ser tanto objetiva quanto subjetiva. O escritor jamais escreverá um livro sem estar influenciado por todo um contexto social e histórico peculiares. Dessa imersão social surge a representação, concreta ou não, de uma experiência vivida pelo autor.

A representação é um dos termos essenciais para entendermos a literatura, pois é a partir dela que o pesquisador consegue desvendar a finalidade da obra, suas intencionalidades, a

¹⁰¹ MENEZES, Aparecida; GONÇALVES, Alfredo. **Migração no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Paulinas, 1986.p. 31.

¹⁰² GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

linguagem utilizada e a quem ela foi direcionada. Segundo Chartier¹⁰³, todo documento é a representação de algo que se apreende e que não está desconectado de sua realidade. Nesse sentido, todo tipo de texto possui uma linguagem específica e as práticas somente existem enquanto representadas, ou seja, a realidade somente pode existir enquanto representação.

Ao entender que as representações do mundo social são sempre marcadas por diferentes interesses sociais, Chartier nos indica que é necessário relacionar os discursos proferidos com a posição social de quem os produz e de quem os utiliza, uma vez que nenhum escritor está isento de uma parcialidade, e toda representação do real revela estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade, uma hierarquia, um projeto, uma escolha. Para o autor:

Uma história da literatura é, pois, uma história das diferentes modalidades da apropriação dos textos. Ela deve considerar que o ‘mundo do texto’, usando os termos de Ricoeur, é um mundo de objetos e de performances cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção do sentido. Deve considerar paralelamente que ‘o mundo do leitor’ é sempre aquele da ‘comunidade de interpretação’ (segundo a expressão de Stanley Fish) à qual ele pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. O porquê da necessidade de uma dupla atenção: à materialidade dos textos, à corporalidade dos leitores.¹⁰⁴

O fragmento acima reforça a ideia tão trabalhada por Chartier de que os discursos, literários ou não, representam a experiência e interpretação de cada autor. E muito além dos significados trazidos na bagagem, o escritor direciona o seu texto e cada receptor fará sua leitura também envolvida por sua experiência.

De forma semelhante, Fredric Jameson¹⁰⁵ trabalha com a ideia da narrativa como ato simbólico. Para o autor, jamais conseguiremos entender o livro por si mesmo porque sempre estaremos mais presos às redes de significados e interpretação do que ao próprio texto. A interpretação surge, desta maneira, como um campo de batalha. Jameson afirma que a única forma de se libertar desse controle é reconhecer as limitações e entender que “nada existe que não seja social e histórico”, e portanto, tudo acaba sendo político.

¹⁰³ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

¹⁰⁴ Ibidem. p. 255.

¹⁰⁵ JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Ática, 1992.

Le Goff¹⁰⁶, por sua vez, ressalta a importância dos documentos literários quando utilizados como forma de representação da realidade. Nesse sentido, as fontes literárias fornecem uma espécie de retrato representativo de um lugar em determinado momento, o que certamente auxiliará no processo de compreensão e interpretação de uma época. Para o autor:

O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir. O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria. O documento é produto da sociedade, que o fabricou segundo as relações de forças que nela detinham o poder. O que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder.

Atualmente, a história transforma os documentos em monumentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, ser colocados em relação, constituídos em conjunto. O novo documento alargado, transformado deve ser tratado como um documento-monumento.¹⁰⁷

De maneira similar, Sandra Pesavento nos informa que para entender o contexto de um determinado período da história a partir das fontes literárias é preciso considerar toda uma conjuntura na qual o escritor está inserido, afinal a literatura muitas vezes se coloca no lugar do fato acontecido. Cito:

A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. Ou seja, houve uma troca substantiva, pois para o historiador que se volta para a literatura o que conta na leitura do texto não é o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção.¹⁰⁸

De uma maneira geral, o que se buscou mostrar neste momento do trabalho foi a relação da História e da Literatura a fim de compreender como os relatos de viajantes e as obras literárias são percebidas no presente capítulo. Considerar, portanto, o texto no qual se trabalha é indispensável para pensar no lugar em que o mesmo foi produzido, sua linguagem, a história do autor, sua inserção social, a forma como a sociedade recebe os textos produzidos.

¹⁰⁶ LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: *Enciclopédia Einaudi: memória – história*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 21.

¹⁰⁸ PESAVENTO, Sandra. **História & literatura: uma velha-nova história**. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 28 enero 2006, consultado el 12 julio 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/1560> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.1560

Todo este ambiente social e cultural, o diálogo com outros textos do mesmo período e as características da escrita permeiam obra e vida do autor, fazendo com que suas marcas fiquem registradas dentro do campo cultural. É fundamental perceber de que maneira o autor construiu/descreveu seus personagens e cenário para observar como o desenvolvimento da obra está relacionado com suas experiências.

No caso dos relatos dos viajantes, existem diversas categorias dessas literaturas de viagem, tais como a crônica, a epístola, o romance, a poesia, o diário de viagem e o relato científico. No presente capítulo, utilizaremos fundamentalmente o diário de viagem de Freire Alemão e alguns escritos científicos realizados por Gabaglia e Capanema. Além disso, utilizaremos também a obra literária intitulada “A fome”, de Rodolfo Teófilo, que conta como objetivo relatar um pouco da vivência cotidiana em tempos de seca.

O que se pode perceber é que na conjuntura do século XIX tornaram-se comuns expedições científicas pelo “Novo Mundo” em parte pela corrida para a descoberta de novas espécies e sua classificação, em parte pela busca e disseminação do conhecimento científico. O ideal de progresso que acompanha o império de D. Pedro II faz com que sejam desenvolvidos estudos acerca do território brasileiro, para que se conheçam suas riquezas naturais, com o objetivo de explorá-las e solucionar seus problemas.

É através do incentivo do Estado e da vontade de conhecer e documentar o território que o Instituto Histórico propôs ao governo imperial a realização de uma expedição científica brasileira afim de explorar províncias pouco conhecidas, indicando as do nordeste para iniciar a pesquisa. Após a proposta ser aceita, o IHGB ficou encarregado de nomear os participantes da expedição, chamada Comissão Científica de Exploração.

Para realizar a exploração, a expedição foi dividida em cinco seções, sendo nomeados chefes para cada uma delas e um presidente para a expedição inteira. Todos os membros deveriam prestar contas a este presidente. As indicações para a Seção Botânica foram: Francisco Freire Alemão, presidente da Comissão; Manuel Freire Alemão, como adjunto de seção; José dos Reis Carvalho, desenhista. Para a Seção Geológica e Mineralógica: Guilherme Schüch de Capanema e Miguel da Silva Coutinho, como adjunto de seção. Para a seção zoológica: Manuel Ferreira Lagos e João Pedro Villa-Real, como adjunto de seção. Para a Seção Astronômica e Geográfica: Giacomo Raja Gabaglia e, como adjuntos de seção, Agostinho Victor de Borja

Castro, João Soares Pinto, Caetano de Brito e Souza Gaioso, Basílio Antônio de Siqueira Barbedo e Antônio Alves dos Santos Sousa.

Em seu diário de viagem, Freire Alemão percorreu toda a província do Ceará em busca de descrever a paisagem encontrada. Iniciando sua viagem em meados de agosto de 1859, Freire Alemão partiu de Fortaleza para Aracati e, em seguida, foi de Aracati para Icó, finalizando o caminho no sertão cearense no início de dezembro. Suas ponderações sobre a gente do Ceará se fazem a partir de comparações com a realidade do Rio de Janeiro. A curiosidade, a inteligência e a comunicabilidade do cearense são por ele destacadas:

É notável nesta gente (a observação já feita por estrangeiros) o desenvolvimento da inteligência. As crianças são vivas, prontas em respostas, atiladas, desernbaraçadas, perguntadeiras. As mulheres mui tratáveis, prestam-se da melhor vontade, sem constrangimento algum a dar informações, que se lhe pedem, fazendo sempre reflexões, e questões que indicam certa perspicácia. Nos homens se dá também viveza, loquacidade e astúcia. Dizem que para o sertão é isso ainda melhor. O certo é que há grande diferença entre estes e os nossos matutos. Tanto mulheres (e estas mais) como homens são capazes de grande desenvolvimento industrial.¹⁰⁹

Freire Alemão segue uma tradição já estabelecida na Europa, nas Américas e na literatura de viagem, de considerar o homem como produto do meio. Sua religião, linguagem, artefatos, festas, entre outros seriam como que produtos do solo e da paisagem. Sobre o trabalho o autor afirma que:

Os homens são em geral imprevidentes, indolentes, e pouco amigos do trabalho; pelo contrário as mulheres estão sempre ocupadas (enquanto eles se balançam nas redes) fazem obras mui mimosas de rendas, de crivos, e de tecidos, etc. As mulheres são mui prolíficas (o que também acontece a respeito dos brancos).¹¹⁰

Ainda sobre a população do Ceará, podemos perceber em outros relatos como estes indivíduos são descritos. Para Gabaglia, por exemplo, os cearenses possuem o hábito de esmolar e não são chegados ao trabalho:

Parte assaz avultada da população cearense se tem acostumado, nos dias felizes, a viver do dia para o dia, ou, se quiserem (e talvez seja mais exato), de uma estação para outra estação. Sempre menos, nada mais. Trabalha-se dois ou três meses no ano, e o resto do tempo se emprega no ócio. (...) Enquanto os anos do maná, isto é, os de chuva, se sucedem, tudo vai bem, mas, logo que mãos prognósticas são acompanhadas pelas tristes consequências, há a esperança de

¹⁰⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 75.

¹¹⁰ Ibidem. p. 98.

esmolar, esmola-se depois em todos os tempos, por todos os modos e hábitos. Os anos felizes tem feito esquecer as dores passadas, mas os princípios da mendicidade identificaram-se de tal maneira, que para as classes menos abastadas a ação de mendigar nada tem de desagradável, verdade é que se pede como quem exige por modos variados. Assim que as secas tem trazido a convicção popular de que na adversidade se não deve exigir retribuição de trabalho pela esmola pública, e daí se passou para a conclusão de que o esmolar é lícito em todos os tempos.¹¹¹

Outro ponto ressaltado por Freire Alemão diz respeito às construções das casas. Freire Alemão se espanta com os telhados construídos com a carnaúba, onde os canos são assentados nos intervalos dos caibros. Prossegue igualmente com a comparação das habitações com o Rio de Janeiro:

As casas da cidade são inteiramente semelhantes as do Rio – térreas e sobrados, com as diferenças exigidas pelas circunstancias de cada país. Nos sobrados há a mesma mania de cores e ornatos sem gosto, e sem arte. O interior é ornado e mobilhado do mesmo modo que lá; só notei que aqui ha sempre nas salas uma ou duas cadeiras de balanço. Pelo interior se acha por toda a parte, na sala de visitas, e até nos corredores, ferros de pendurar redes, que chamam armadores. (...) . Na rede se dorme, se lê, se conversa.¹¹²

A rede é destacada pelo autor como local do descanso e da sociabilidade. Maior parte das noites passadas na viagem foram dormidas em redes armadas na varanda ou na sala das casas dos habitantes locais:

Depois de refeitos, voltamos para nossas redes, na sala de fora. É a primeira coisa que se faz, logo que chega qualquer hospede: armarem-se tantas redes, quantos eles são: bem lavadas, e mais ou menos ricas segundo a fortuna do dono da casa: entrando-se na casa d'um pobre, ele levanta-se de sua rede e a oferece a quem chega. (...) As redes são nestas terras as cadeiras, os sofás, e as camas. Não quero dizer que não haja cadeiras, nas casas mais abastadas há sempre cadeiras, de pau, de couro, ou de palhinha, conforme as posses: e em algumas casas há camas.¹¹³

Outra temática recorrente no diário são as anotações sobre as rodas de conversas que participava por onde passou. Em quase todos os povoados e vilas, os fins de tarde, antes da ceia, eram ocupados por conversas com os mais variados tipos da localidade. Era nesses momentos que indagava a população sobre a história do povoado, os costumes, a política, enfim, trocava

¹¹¹ GABAGLIA, Giácomo Raja. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006. pp. 80-81.

¹¹² Ibidem. p. 53.

¹¹³ Ibidem. p. 112.

informações e experiências. O autor se surpreende com a linguagem utilizada pelo povo: “por exemplo, para dizer ‘por esta redondeza’ diziam ‘por este redontório’, para dizer ‘estamos carregados de trabalho’ diziam ‘estamos carregados de labório’”¹¹⁴.

Em suas andanças pelo sertão, a Comissão sempre despertava curiosidades e seus integrantes constantemente viam-se cercados de pessoas que observavam atentamente seus modos de vestir, de comer, de andar, de falar. Freire Alemão chega a confessar que uma das maiores dificuldades que sentiu no início de suas viagens pelo interior foi ter que se acostumar com a plateia sempre presente na hora das refeições, pois o incomodava demais comer sendo observado por tanta gente. Sobre essas refeições servidas, diz que geralmente eram compostas de carne seca com farofa, beiju de tapioca com coco e queijo duro.

A alegria do povo cearense é constantemente enfatizada por Alemão. Ao descrever as festas, as procissões, os saraus, as missas, o hasteamento da bandeira, os festejos populares, vaquejadas e outros eventos festivos para os quais era convidado, Freire Alemão sempre ressalta o grande ânimo presente nessas ocasiões: “tivemos todo o dia a nossa palhoça rodeada de gente da terra, todos ou quase todos vaqueiros vestidos com suas vestes de couro – gente boa conversadeira, inteligente e curiosa”¹¹⁵.

Esses momentos eram excelentes para fornecer aos pesquisadores elementos para escrever sobre a música, a religiosidade, o comportamento feminino, as vestimentas e muitos outros aspectos culturais do interior cearense: “Nos domingos, porém, e dias feriados, afluíam todos à matriz, para ouvir missa; isto, porém, não era carolice, além de sentimento religioso, havia o interesse em manter a harmonia na sociedade, sanar as divergências entre as pessoas, discutir os interesses de comunhão”¹¹⁶. Ao falar especificamente dos homens do sertão, Freire Alemão ressalta a coragem e agilidade:

O que se conta destes homens, correndo atrás de bois por meio de caatingas ou matas cerradas, por lugares pedregosos e cheios de precipícios, é próprio a formar um romance. São homens destemidos, ágeis e vigorosos e cheios de entusiasmo por essa vida. Desde criança se acostumam a ela.¹¹⁷

¹¹⁴Ibidem. p. 58.

¹¹⁵Ibidem. p. 134.

¹¹⁶CAPANEMA, Guilherme. **A seca do Norte (1878)**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006. p. 195.

¹¹⁷ALEMÃO. **Op. cit.** p. 147.

Estando a pouco mais de seis meses no Ceará, Freire Alemão chega a arriscar uma análise do povo cearense, classificando-o em duas categorias: a gente acaboclada (o povo), e a gente branca. Segundo ele, o povo cearense é primordialmente formado pela “raça cabocla”: “Pondo de parte alguns poucos pretos, e por consequência também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceara é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo americano”¹¹⁸.

É interessante perceber que os cearenses, por sua vez, questionavam a chegada de pessoas de fora e de recursos para conhecer a região. Fica evidente nas narrativas dos membros da Comissão Científica o temor dos sertanejos de que os pesquisadores estivessem em busca de uma riqueza potencial, o que poderia levar a uma exploração de recursos por parte do Império ou de estrangeiros: "Numa das casas uma mulher com duas filhas e uma nora se mostraram medrosas dos nossos trabalhos: andamos, diziam elas, medindo o Brasil (Ceará) e procurando as suas minas para o entregar aos ingleses, que vêm escravizar a todo o povo do Ceará"¹¹⁹.

Freire Alemão nos ressalta ainda que por onde passava todos julgavam ter em sua terra tesouros e minas escondidas e em tudo se achavam superiores: “Dêem-nos chuvas, dois meses só, todos os anos, que o Ceará não precisa de nada e pode fartar a todo Império”¹²⁰. Sobre o povo cearense, Alemão diz:

É notável como o povo do Ceará entende a sua nacionalidade: para eles o Brasil é o Ceará, os mais provincianos são estrangeiros. Ontem o irmão do Franklin, conversando com Manoel, disse: “Vieram os senhores a este nosso Brasil”. (...) Em geral, não estimam aos da província limítrofe. De Piauí falam com desprezo e denominam Terra dos Sertões, o que eles têm horror. A respeito de Rio Grande não se ocupam com ela, parece que os respeitam pertencendo a mesma província. De Pernambuco não cessam de fazer comparação entre o povo dali com o do Ceará, pondo os cearenses mais acima dos pernambucanos em inteligência, em correção de linguagem, em costumes mais brandos, etc. Com os do Maranhão há mais rivalidade: os maranhenses chamam aos cearenses de cabeças-chatas e os não têm em bom conceito; os cearenses também se desforram como podem.¹²¹

No desenvolvimento de suas pesquisas, Capanema, Gabaglia e Freire Alemão demonstraram a que vinham: medir, pesquisar, descrever, enfim, observar os costumes locais.

¹¹⁸Ibidem. p. 99.

¹¹⁹ALEMÃO, **Op. cit.** p. 55.

¹²⁰Ibidem. p. 83.

¹²¹Ibidem. p. 82.

No entanto, essa relação de observação não ocorreu de um lado só: na maioria das vezes os pesquisadores acabavam na condição de observados pela população local.

De uma forma geral, a documentação produzida pelos membros da Comissão é relevante para entender o Ceará do século XIX porque, entre outras razões, é produzida por homens que se desinstalaram dos locais de saber. Essa ambição de conhecimento amplo e articulado de uma realidade que lhes era desconhecida e que precisava justamente da experiência e da pesquisa "in loco" é que torna o trabalho da Comissão uma possível fonte para se desvendar um pouco desse cotidiano sertanejo.

2.3 – Rodolfo Teófilo e a representação do sertanejo em período de seca

Esse estranhamento provocado pelo olhar do outro, principalmente pelo vindo de fora da Província também pode ser observado na narrativa literária de Rodolfo Teófilo, mesmo tendo o autor passado maior parte de sua vida nas terras cearenses. Nascido na Bahia, Teófilo se mudou para o Ceará ainda muito cedo e passou a infância em Aracati. Após perder os pais, o autor foi viver na casa de alguns familiares na capital da Província. Rodolfo Teófilo trabalhava como caixeiro até conhecer o capitão Henrique da Justa que custeou seus estudos superiores. Resolveu então fazer a Faculdade de Farmácia, já que não tinha condições de ingressar na carreira de medicina. Formado pela Faculdade de Farmácia da Bahia, Teófilo bebeu nas fontes de referenciais deterministas em um dos maiores centros racistas do país naquele momento.

Após ter concluído o curso, Teófilo foi morar em Pacatuba, onde abriu uma farmácia e começou a trabalhar. Não limitado dentro do ofício de farmacêutico, também foi sanitarista e escrevia romances. Enquanto literato percebia a literatura como uma forma de modernização do país, servindo assim como um instrumento civilizador. Dessa forma, Teófilo reproduzia um discurso que vigorava a mentalidade dos intelectuais do século XIX, onde as camadas mais pobres da população eram percebidas como empecilho para o progresso do país. No geral, o olhar do escritor está voltado para a Província do Ceará, para a realidade local de milhares de sertanejos que ocuparam a capital em busca de um local seguro.

Ao falar sobre migração, o livro “A fome” de Rodolfo Teófilo nos apresenta uma imagem do sertão onde a seca, a fome, a peste e o santo são retratados durante um período em

que intensas calamidades naturais assolaram a Província do Ceará. O enredo da obra é centrado no período em que a seca abate a região nordeste: no caso, entre 1877-79. O autor divide seu romance em três partes: “Êxodo”, “Casa Negreira” e “Misérias”.

De uma forma geral, o livro dá um panorama dos problemas sociais, econômicos e políticos que vieram com a falta das chuvas no sertão. Seria impossível não conseguir perceber como a obra está carregada de características ambientais, e de que forma essas pessoas estão reagindo às questões surgidas com estes fenômenos naturais. Importa-nos aqui, perceber como o cotidiano sertanejo foi retratado por Teófilo em um período de calamidade.

A obra de Rodolfo Teófilo deixa emergir uma variedade de sertões: o sertão típico, o sertão das secas; dos homens honrados e simples, o sertão do negro e principalmente o sertão da miséria. Embora apresente uma diversidade de sertões, o autor nunca traz um sertão que se nomeia, visto de dentro. Sempre é o olhar do intelectual que procura dar sentido a experiência do outro. Em seu romance, Teófilo deixa transparecer uma oposição entre o rural e o urbano, onde o homem do campo é ético, honrado, verdadeiro; e o homem da cidade é interesseiro, hipócrita. A postura dos comissários, que lucram e desviam verbas dos socorros públicos, revela essa característica negativa deste indivíduo urbano.

A comunidade ideal do sertão para Teófilo é a dos homens brancos e proprietários. Isso é facilmente observado na construção da trama principal do livro: a família Freitas possui terras, escravos, um rebanho. É nesse típico homem branco do campo que Teófilo percebe uma memória da elite sertaneja, assim como uma esperança de que o sertão possa ser civilizado até mais do que a cidade.

Analisando essas características do romance de Teófilo, vemos que Manuel de Freitas se enquadra perfeitamente em todas as qualidades “brancas” exaltadas pelo autor: homem honrado, íntegro, companheiro, inteligente, sensível. Em meio à estiagem, o romance se ambientará nos caminhos percorridos pela família deste personagem íntegro. No entanto, Teófilo envereda pelo caminho do sertão das secas. Se o sertão sem a seca emana beleza e uma tipicidade envolvente, o sertão da seca envolve de tristeza uma paisagem árida e sombria. Rodolfo Teófilo procura, em longas passagens, apresentar uma paisagem modificada pelo fenômeno das secas:

As árvores tinham o aspecto dos indivíduos de climas frios no rigor do inverno. Nem uma folha viva, nem um gomo, uma bráctea! O panasco desfeito em pó, era levantado pelo vento e em nuvens espessas atufava-se na mata. As hastes sarmentosas das parasitas, quebradas as gavinhas, estendidas, desenrolavam as espirais na terra quente, como serpentes, que fossem lançadas no rescaldo de um

forno. Nem um inseto se aquecia ao sol nascente. A vida animal desaparecera; só os ínfimos seres habitavam sadios e vigorosos aqueles lugares desolados.¹²²

Essa paisagem modificada pela seca desfaz os sonhos de um campo edênico, de um refúgio da civilização, de um local de tranquilidade e beleza, para emergir a miséria, o caos, a multidão. Essa forma dicotômica, que de um lado vê o sertão sem seca como repleto de estabilidade e felicidade e de outro vê um sertão assolado pela seca como o espaço da miséria – ou melhor, como se as diferenças sociais fossem determinadas por fatores climáticos –, esconde mais do que deixa transparecer a realidade do sertão cearense. É justamente nessa situação de miséria que representa a seca, que Rodolfo Teófilo molda os personagens de seu romance.

No livro, Freitas e sua família se dirigiam à Fortaleza, caminho no qual os retirantes encontravam cenas desoladoras de um sertão marcado pela miséria da terra e dos homens. O solo tinha o aspecto de um deserto, as árvores desfolhadas reforçavam a ausência da água. O céu cobria um cenário de seca e um solo estéril. A mesma cena da seca vivida no sertão é encontrada pelos personagens ao chegarem à Fortaleza. O romance consegue mostrar a desumanização que a seca promove nos personagens, cuja expressão é tão estéril quanto o solo castigado da região.

Nesse sentido, é interessante notar como a imagem da falta de chuvas pode ser percebida no semblante das pessoas atingidas pelo flagelo. A fome, gerada pela seca, atinge o povo inteiro e cria um aspecto sujo e áspero na pele dos famintos, que começa a escamar e soltar uma secreção fétida pelos poros. A riqueza de detalhes que Teófilo oferece para a vítima da fome impressiona:

O fazendeiro, sem querer, recua um passo e procura dominar-se. Tinha diante de si uma múmia de pé, encostada ao tronco de uma árvore. A figura era horripilante. Uma caveira coberta de pele seca e lustrosa eriçada de cabelos duros como as cerdas do caitatu de órbitas vazias, as fossas nasais abertas e sem nariz, a boca cerrada pelas filas de dentes de branco esmalte, articulava-se ao esqueleto, que se conservava na posição vertical, devido ao equilíbrio mantido pelos membros superiores agarrados à árvore. Pendente das vértebras do pescoço caía um rosário de vidro formando uma curva oral. Mirrados todos os músculos, as vísceras se colaram aos ossos, dispensando o concurso da putrefação o banquete dos vermes.¹²³

E foi dessa forma que a fome se revelou para o personagem Freitas da forma mais cruel. Sobre o aspecto aterrador que podem assumir as ações humanas, beirando a animalidade, o

¹²² TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011. pp. 66-67.

¹²³ Ibidem. p. 52.

romancista não poupou detalhes. Em toda a sua obra, sobressaem descrições grotescas das imagens de antropofagia, de homens devorados vivos por urubus, de carcaças humanas perambulando como zumbis – cenas terríveis de seres humanos entregues à selvageria, alucinados pelo seu estado de miséria.

O romancista deixa clara a sua postura determinista, onde o ambiente natural no qual aquelas pessoas se encontram – no caso, a seca - é capaz de mudar o caráter dos indivíduos que passam a agir como animais. No entanto, essa propensão para a animalidade, essa suscetibilidade à degenerescência, não atinge a todos de forma igual. Em alguns momentos Rodolfo Teófilo deixa bem marcada a sua posição ideológica. Enquanto os retirantes se deixavam entregar pela miséria e agiam como selvagens, roubando, saqueando, matando, comendo carne humana, Manuel de Freitas e sua família mantiveram todos os seus bons valores com honra e educação. Esse fato deixa bem marcado que o autor acreditava em uma sociedade bem mais hierarquizada, cujas diferenças marcavam profundamente o caráter das pessoas.

Em diversos trechos é perceptível o abismo que existe entre a maioria dos sertanejos assolados pela seca e a família de Freitas, que segue com suas virtudes e sua educação intacta. A diferença entre o homem branco, proprietário, e com as qualidades de um homem do campo e os demais retirantes – negros, índios, mestiços - reforça um pensamento racista que, se trazia uma certa esperança no autor de ver civilizado o sertão.

Outro fator importante destacado por Teófilo sobre a cultura sertaneja cearense é a questão da religiosidade. Uma das representações mais fortes da religiosidade é o dia 19 de março, onde a sorte do Ceará é lançada e o ano será decidido. Considerado dia de São José, padroeiro do Ceará, o 19 de março simboliza um anúncio do por vir. No livro, podemos destacar a importância deste dia em diversos trechos, como por exemplo, no início da seca, no ano de 1877:

Apelava para o dia de São José; nesse dia é que se saberia a sorte do Ceará. Na noite de 18 de março poucos foram os que dormiram. Ao quebrar das barras já todos estavam nos terreiros, com o olhar fito levante. O céu estava limpo e pontado de estrelas, que esfuzilavam em todos os rumos. Um movimento de nuvens foi aparecendo no nascente ao mesmo tempo que um vento frio soprava de floresta afora. A luz do luar em plenilúnio ia enfraquecendo, à proporção que a claridade crepuscular ia aumentando: não tardaria o aparecimento do sol. As nuvens afastaram-se como um reposteiro, que fosse corrido, brilhou a aurora, franjando de ouro o contorno dos estratos, depois apareceu o sol, um globo de fogo, semelhante a cobre fundido. O vento de leste esfuziou mais forte e foi uivando de mundo afora, torcendo a ramaria das árvores, levantando do solo

nuvens de folhas secas e de poeira. Os sertanejos, que olhavam o nascer do sol, baixaram a vista, alguns chorando a sua sentença de morte.”¹²⁴

A expectativa de um sinal vindo dos céus revela como a esperança da chegada da chuva no sertão está relacionada à fé que é depositada em São José. A crença é tão forte no livro, que mesmo com pouca chuva nos dias que antecedem o tão esperado momento, alguns esperançosos chegam a semear a terra e não demora muito para que o sol chegue e lhes torne vão o sacrifício. Essa religiosidade foi a linguagem que muitos sertanejos encontraram para exprimir seu desejo de um mundo melhor. Dessa forma, a religião popular deve ser considerada para compreender como este povo resistiu bravamente às intempéries se apegando à fé.

A simbologia acionada pelos próprios protagonistas do romance revela o processo de tradição cultural de um povo, onde esse universo simbólico se constituiu como uma forma de leitura do mundo imbuída da perspectiva ambiental. Roger Bastide retrata o binômio seca/fanatismo:

No sertão a religião é tão trágica, tão machucada de espinhos, tão torturada de sol quanto a paisagem; religião da cólera divina, num solo em que a seca encena imagens do Juízo Final e em que os rubicundos anjos barrocos [...] cedem lugar aos anjos do extermínio. O penitente, vergastado pelas disciplinas, lava com sangue os pecados do mundo, e o profeta substitui aqui o padre.¹²⁵

Para Bastide, a proximidade das questões ambientais com a religiosidade é reforçada pelo desejo de uma terra melhor. De acordo com Josué de Castro, esse apego à religião é fruto das dificuldades enfrentadas pelas secas e pelas fomes periódicas. A fome gera diversos tipos de desespero, e é em meio a essa realidade que se cria a figura do beato fanático. O que se percebe é a exaltação da moral em meio ao tormento da falta de alimento, o uso inadequado da força mental que muitas vezes se traduz no suposto fanatismo religioso. Para Castro, a ligação entre esse chamado fanatismo religioso e a seca remonta à Idade Média no período de grande fome e crises místicas. O sertão do Nordeste nos levaria a pensar, dessa forma, na Idade Média, onde o sertanejo, tomado pela miséria e diante de uma terra seca, sonha com uma terra abundante. Busca então o mito da “Terra Prometida”, que na verdade é uma fuga da miséria em que vive¹²⁶.

Outros aspectos religiosos podem ser ressaltados no cotidiano dos personagens durante a leitura do livro de Teófilo: a decisão de não vender a Cruz do Santo Lenho, a mulher de Manuel

¹²⁴ TEÓFILO, Rodolfo. Op. Cit. p. 19.

¹²⁵ BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1971. p. 88.

¹²⁶ CASTRO, Josué de. **Op. Cit.** p. 83.

Freitas que é uma senhora beata, os escravos que aceitaram a religião de Cristo, os diversos momentos onde se apegam a fé e exclamam “Deus sobretudo”, a personagem Quitéria e sua dedicação às missas, o apego a alguns santos pra clamar nas horas difíceis, como Santa Rita dos Impossíveis, e a devoção a São Francisco das Chagas, que mesmo em meio as calamidades, muitos andam dias para chegar ao seu templo.

No entanto, para melhor possibilitar a força de sua narrativa, Teófilo afasta seu personagem principal de uma religiosidade abstrata, terrivelmente alienante, que exclui as noções de justiça. Ao contrastar o padre obeso com a magreza dos retirantes, ao perceber o enriquecimento dos vigários em meio à pobreza, o personagem Freitas tece críticas à uma fé cega. A escolha da figura de Freitas não é mero acaso: este representa o homem ideal, honrado, verdadeiro indivíduo do campo.

Nas obras literárias de Rodolfo Teófilo, são notórias algumas características peculiares à literatura das secas. A forma como o autor enfatiza a migração, a transferência dos personagens centrais de um lugar para outro, levando com eles a seca, é comum em alguns de seus livros. Interessante também a forma como descreve e trata dos costumes e cultura do sertão, sendo o homem branco e grande proprietário o possuidor das virtudes sertanejas.

Em termos gerais, percebe-se na obra de Teófilo a cobrança de ações preventivas que dizem respeito à construção de açudes, estradas, canalização de rios, melhorias nas condições de higiene e saúde pública. Dessa forma, a literatura nos auxiliou a captar um pouco dessa realidade, principalmente em tempos de seca, já que estes fenômenos naturais eram considerados comuns e frequentemente os cearenses se viam obrigados a se deslocar por conta das estiagens.

2.4 – “Cearensismo”: imaginário nômade construído culturalmente

Uma das questões primordiais para entender o imaginário nômade cearense construído culturalmente é analisar não apenas as estatísticas de deslocamentos populacionais, mas além disto, torna-se fundamental compreender a dialética da expulsão e a nova configuração dessa sociedade que migra. Para tanto, é preciso remontar as origens do termo migrante a fim de entender por que este indivíduo foi rotulado como um migrante em potencial.

Segundo a Organização Internacional para as migrações (OIM), a migração é o “movimento de população para o território de um outro Estado ou dentro do mesmo que abrange todo movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, sua composição ou suas causas”¹²⁷. Ao definir o migrante, a OIM diz que em nível internacional não há uma definição universalmente aceita do termo. A utilização da palavra migrante geralmente abrange todos os casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pela pessoa em decorrência de razões de conveniência pessoal e sem a intervenção de fatores externos que a obriguem. Deste modo, o termo se aplica às pessoas e a seus familiares que vão para outro país ou região com o objetivo de melhorar suas condições sociais e materiais, suas perspectivas e de seus familiares.

Ao tratar especificamente sobre a imigração argelina para a França, Abdelmalek Sayad¹²⁸ elabora em sua pesquisa uma teoria da imigração somada a uma etnografia das migrações. Para Sayad, é comum associar a migração a um problema, o que acaba por fazer com que este seja um traço presente tanto nos estudos migratórios como no imaginário mais disseminado sobre este fenômeno. A principal causa do desenvolvimento deste modelo de estudo foi o fato da imigração ter se tornado um problema social antes mesmo de se tornar um objeto de estudo das ciências sociais. Este fator teria gerado o aumento dos estudos das consequências da migração, ao invés dos estudos sobre a mesma.

O que se pretende destacar no trabalho teórico realizado por Sayad é a questão da “provisoriedade”. Segundo Sayad, à medida que a imigração se distancia da definição ideal é possível desvendar as “ilusões” contidas nesses movimentos. De acordo com o sociólogo argelino, as ilusões migratórias são mantidas coletivamente por três sujeitos: a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios imigrantes/emigrantes¹²⁹. São essas ilusões que mantém o migrante em uma situação estável, onde nem sempre são consideradas as condições reais destes indivíduos. Para o autor, “tudo acontece como se a imigração necessitasse, para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar como transplante

¹²⁷ Organização Internacional de Migrações. **Conceitos básicos de migração segundo a Organização Internacional de Migrações (OIM).** Disponível em: http://www.csem.org.br/pdfs/conceitos_basicos_de_migracao_segundo_a_oim.pdf Acesso em: 01 de setembro de 2014.

¹²⁸ SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração. Ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

¹²⁹ Importante reiterar que migrante é qualquer pessoa que se desloca de um lugar. Para o lugar que saiu, o migrante é um emigrante. Ao chegar a seu local de destino, o mesmo se torna um imigrante naquela região.

definitivo”¹³⁰. Quando essas ilusões são rompidas por algum motivo, abala-se a estrutura tanto da sociedade que migra quanto à que recebe este contingente populacional.

De uma forma geral, esses movimentos de deslocamento trazem em si “ilusões” e dimensões de passado e futuro que, incutidas em um determinado presente, entram em relação de reciprocidade. Segundo Koselleck, essa reciprocidade acontece na construção do tempo histórico a partir dos espaços de experiências e horizonte de expectativas. Para Koselleck, toda comunidade humana dispõe de um espaço de experiência vivida, a partir do qual as pessoas agem e no qual o que passou se faz presente pela memória ou pela história. Da mesma forma, as pessoas comungam de um horizonte de expectativas, em função da qual elas também se orientam. As lembranças ou o esquecimento de uma experiência passada condicionam o horizonte de expectativas. A expectativa é ao mesmo tempo pessoal e interpessoal:

se realiza no hoje, é futuro e presente, voltado para o ainda-não, o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.¹³¹

A observação de Koselleck é de grande relevância por auxiliar no processo de análise desse retirante cearense, uma vez que sua decisão pela migração e, ao mesmo tempo, sua esperança de sobrevivência perpassa tanto as experiências acumuladas com as secas quanto o horizonte de expectativas desses sertanejos. Entende-se, portanto, que a experiência do migrante é o passado atual marcado por acontecimentos recentes, e o horizonte de expectativas é a linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, um espaço que ainda não pode ser contemplado.

Igualmente nos é útil a colocação de Abdelmalek Sayad ao afirmar que o sentimento de transitoriedade também pode ser percebido nas representações que as sociedades de origem e de acolhida costumam fazer dos migrantes. O que se nota é que muitas dessas sociedades de origem consideram que aqueles que partiram continuam fazendo parte dos seus, e a possibilidade de retorno é sempre cogitada.

Ao pensar especificamente no caso cearense, torna-se relevante perceber o universo dos migrantes e os interesses de poder que envolvem as suas definições. Pensar em quais foram as

¹³⁰ Ibidem. p. 46.

¹³¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro-Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

representações cunhadas e entender os espaços ocupados, juntamente com as mudanças e conflitos gerados pelos deslocamentos é fundamental para desvendar e desnaturalizar esta imagem cristalizada do cearense nômade.

Podemos observar que os processos migratórios receberam maior atenção de estudiosos a partir da seca de 1877, quando se objetivou quantificar estes deslocamentos. No entanto, é preciso considerar o ambiente destes migrantes em seu tempo e como os mesmos foram vistos posteriormente. Para tanto, a análise aqui mencionada se debruçará sobre duas teses elaboradas em um período posterior ao da seca de 1877.

O que podemos observar de comum em ambos trabalhos, é que o cearense sertanejo sempre foi percebido com pouca feição ao trabalho e uma “inconstância nomádica”. Ao tentar buscar uma origem para esse nomadismo, Bezerra de Menezes¹³² diz que as características do povo cearense são herança da mistura de europeus, índios e ciganos. Após pesquisar nos arquivos de Pernambuco, Menezes encontra uma carta régia datada do dia 15 de abril de 1718, onde ocorria a expulsão de ciganos de Portugal, sem a possibilidade de retorno. Estes indivíduos tiveram como destino diversos países, inclusive o Brasil, onde foram enviados especificamente para o Maranhão e o Ceará.

Para o autor, essa inconstância de residência existente nos ciganos, estaria também presente na cultura cearense. O sertanejo que desde cedo já iniciava o seu deslocamento teria herdado essa característica do povo cigano. Em relação ao trabalho, Menezes alega que este fator gerava uma diversificada experiência na vida do cearense, sendo muitas vezes mal vista pelos grandes proprietários, uma vez que, os cearenses não se adaptavam a uma vida civilizada, pois como os ciganos, tinham necessidades básicas e fáceis de suprir.

O que é perceptível em todo o discurso de Bezerra de Menezes é a ausência da presença do elemento africano na formação de sua matriz cultural. Trilhando o mesmo caminho, Raimundo Girão tentou esboçar uma possível característica hereditária do cearense, também buscando suas origens. Ao buscar um mito fundador, Girão tenta apagar a escravidão e promove uma valorização do índio em detrimento do negro:

A mistura étnica com o índio foi maior, mais vasta, mais íntima... o cruzamento legal dos europeus com as “filhas da terra” esbarraram no preconceito da branquidade e só em torno das missões ou aldeamentos jesuítos, onde este último se aglomerava, é que a fusão racial se processou mais larga e nivelada.

¹³² MENEZES, Antônio Bezerra de. **O Ceará e os cearenses (1906)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

Ainda hoje predomina o elemento caboclo naquelas áreas em que se instalaram aquelas missões... a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias cearenses. E também porque, humilde e pouco, o negro não pode subir na escalada social, ficou embaixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense. O Ceará na verdade nunca foi uma negrícia.¹³³

O trecho destacado ressalta a procura de Girão por uma justificativa para a marginalidade cearense: a situação econômica, política e cultural tida como “atrasada” dentro do território brasileiro era explicada pela ancestralidade do povo cearense. Após definir o “cearensismo” em termos genéticos, Girão parte para uma quantificação dos deslocamentos destes indivíduos:

Desde 1869 até o fim do século, emigraram do Ceará 300.902 pessoas, sendo 255.526 para o Amazonas e 45.376 para o Sul. Do total regressaram 113.633, permanecendo fora do Estado 187.219 e, portanto, correspondendo o coeficiente de fixação de 62%. Entre 1910 e 1943 saíram 308.422, dos quais 293.031 para o Norte e 15.391 para o Sul. O regresso alcançou até 1933 a cifra de 270.673, o que baixou o índice de fixação para 12%. A imigração maior deu-se em 1910, com o colapso da borracha. Somadas as parcelas de emigrantes entre 1877 e 1943, sobem a 384.360. O índice de fixação do homem do Ceará no Amazonas é, portanto, de 37%. Estão aí as notas para interpretar-se a falada inconstância nômade do cearense, que efetivamente já caracteriza um fenômeno digno de estudo – o *cearensismo*.¹³⁴

A tentativa de trabalhar com dados estatísticos reforçava a ideia de Raimundo Girão de que este indivíduo estava migrando sempre. No entanto, essa aptidão para o deslocamento, como se fosse natural ao cearense não se manter em um local fixo, retira do migrante qualquer tática que o mesmo pudesse utilizar. Ao criar o termo “cearensismo”, Girão consegue em uma só palavra resumir uma mentalidade existente em um período anterior ao de seu trabalho, e que ao mesmo tempo, se faz presente ainda no imaginário contemporâneo. Nomear toda uma população com uma imagem cristalizada é também homogeneizar um universo de relações sociais completamente rico e diversificado.

Ao atribuir ao cearense o nomadismo, Girão personifica uma mesma representação ao trabalhador, ao retirante e ao emigrante. A ação migratória não deve ser imposta ao cearense, do mesmo modo que o próprio termo cearense pode representar tanto o sertanejo pobre e livre, quanto o grande proprietário de terras. Nesse sentido, como foi trabalhado inicialmente neste capítulo, utilizaremos o camponês como referencial do retirante que migra, uma vez que essa

¹³³ GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará (1953)**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984. p. 245.

¹³⁴ Ibidem. p. 248.

categoria social melhor define este agente histórico, entendendo que, aqueles que se deslocam também fizeram da migração uma ferramenta de sobrevivência e luta por melhores condições de vida.

De uma forma geral, ao nos enveredamos pelo caso cearense, podemos perceber que este cearense descendente de ciganos e índios seria a figura trabalhada por Abdelmalek Sayad como o indivíduo cheio de ilusões. Ao imigrar para a capital e romper com a ilusão de uma estadia provisória, alteravam-se as medidas de auxílio a essa população cearense, estimulando o trabalho em obras públicas, ao invés das esmolas dadas em períodos de calamidade. Na capital Fortaleza, tudo o que estava ligado à aglomeração de imigrantes vindo dos sertões cearenses era visto como provisório, uma vez que os próprios retirantes se convenciam de que aquele ambiente hostil também era temporário. Para manter a ordem e o convívio social da sociedade imigrante e receptora, era preciso alimentar a ilusão de que a presença deste indivíduo era justificável através da utilização de sua força de trabalho completamente subordinada. Retornando ao que nos foi elucidado por Sayad, para que a organização fosse mantida era preciso que este imigrante fosse visto como uma força de trabalho provisória, apenas em trânsito.

Em todo momento, foi objetivo deste capítulo mostrar a figura deste sertanejo tantas vezes homogeneizado e reduzido à vítima da estiagem ou à imagem do herói trabalhador. É preciso que se conheça melhor o indivíduo do qual se fala. A própria palavra “retirante” precisa ser investigada: ao representar aquele que se retira de algum lugar, o retirante está imbuído de uma imagem da seca. Este retirante, sempre tido como o sertanejo nordestino que foge da seca, foi visto como tal principalmente a partir de uma representação feita pela literatura das secas.

Em termos gerais, o que se percebe é a vitimização do migrante, onde o nordestino como um todo é reduzido a uma massa amorfa e homogênea, sendo sempre representado pela seca e miséria. O intuito do capítulo aqui apresentado foi justamente desnaturalizar esta imagem, entendendo que a mobilidade é também uma arma de resistência utilizada por trabalhador rural livre e pobre no século XIX.

Capítulo III – A seca e a migração:

“E Zé Luís evoca para os ouvintes a sua grande luta buscando escapar ao cerco da fome e da morte. Conta que, pelos caminhos ásperos, as solas de suas alpercatas iam batendo no chão como uma matraca e que pensamentos trágicos começaram, também, a matraquear sua cabeça dolorida: quando acabaria essa terrível seca? O que acabaria primeiro: a seca ou a sua família? O que seria melhor: morrer de fome e de sede na sua própria terra ou emigrar para morrer de fadiga e vergonha na terra dos outros?”

Josué de Castro

O presente capítulo vislumbra observar o fluxo migratório dentro da Província do Ceará e perceber de que maneira o contexto político reforçou o deslocamento deste sertanejo durante a estiagem de 1877. Percebe-se que havia uma intencionalidade em transformar esta seca em uma grande catástrofe. Apesar de atingir toda a Província, o fenômeno não se manifestou de maneira uniforme em todas as regiões. Áreas como as serras da Ibiapaba, Meruoca, Uruburetama e Aracati ficaram imunes à estiagem¹³⁵, enquanto lugares com maior resistência à seca atraíam o fluxo migratório, aumentando seu contingente populacional. O impacto social que é causado devido a estes eventos naturais revela como esse processo de deslocamento interfere no cotidiano dessas vítimas. Nesse sentido, grupos de famílias fugiam de acordo com o período do ano ou a intensidade das secas. O refúgio em locais mais resistentes a estes desastres revela um artifício adotado por aqueles indivíduos, onde a permanência poderia representar a morte.

Visualizar que meios foram utilizados por estes sertanejos para driblar a escassez de água e de alimento, entendendo dessa forma, como o processo de migração interna desses indivíduos estão relacionadas com as catástrofes naturais de uma terra rica quando irrigada pelas chuvas é um dos principais objetivos do capítulo aqui apresentado. Assim, considera-se que a presença de um cenário marcado pelas estiagens e pela constante escassez de chuvas poderia interferir constantemente nas relações estabelecidas entre aqueles indivíduos e o meio em que viviam.

¹³⁵SOUSA, José Weyne de Freitas. **Política e seca no Ceará: Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2009.

Dessa maneira, torna-se relevante entender uma das principais estratégias de sobrevivência adquiridas por aquelas famílias cearenses: o deslocamento. A análise dessa migração interna na seca de 1877-79 no Ceará é o objeto central ao qual este capítulo pretende se debruçar. No entanto, serão trabalhadas outras questões que estão diretamente ligadas a este movimento migratório.

O primeiro tópico, por exemplo, visa entender qual era o panorama político do Ceará durante o período imperial. Quais eram as disputas, que tipos de relações de poder eram vigentes são fundamentais fatores para compreender as decisões que foram tomadas durante a seca. O segundo tópico, por sua vez, pretende entender de que maneira estes retirantes foram retratados nos veículos de informação. Os periódicos sempre exacerbavam as condições lamentáveis dos migrantes e cobravam posturas desta elite política que estava no poder. O que se perceber é que havia um intenso jogo de disputa completamente compreensível dentro do cenário do Império. No terceiro tópico buscou-se entender como a retirada trouxe consigo diversas dificuldades para além da falta de água e alimento. A alta taxa de mortalidade causada pelas pestes, no caso da seca de 1877 principalmente a bexiga, ressalta a carência nutritiva e falta de higiene presente no deslocamento deste retirante.

No último tópico, o objetivo foi justamente compreender através das fontes oficiais e dos periódicos de que maneira esse movimento migratório ocorreu. A população em grande parte migrava de regiões específicas sendo muitas vezes direcionadas aos abarracamentos, onde havia a distribuição efetiva de socorros. No entanto, foi preciso problematizar esta distribuição sempre próxima a capital para entender de que forma a migração se constituiu como uma ferramenta política para confirmar e ressaltar a gravidade da seca.

3.1 – O contexto político da migração de 1877

O cenário político durante o Império no Brasil foi de intensas disputas pelo poder. De acordo com Ilmar de Mattos¹³⁶, todo este processo teve início na instalação da corte portuguesa em terras brasileiras. A chegada da Família Real provocou progressiva diferenciação da área habitada pela Corte, principalmente devido à expansão do comércio e dos interesses financeiros e

¹³⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

burocráticos da monarquia, fortalecendo o processo de interiorização da metrópole. A presença da realeza também chamou a atenção para a imagem importante que possuía o Rio de Janeiro para o regime monárquico.

O contexto político mais nítido para entendermos a ação do Estado durante a seca de 1877 no Ceará será a partir de 1840, quando dois principais grupos políticos existentes na época se intensificam na busca pela atenção e controle do governo monárquico. Denominados Luzias e Saquaremas, cada grupo político apresentava um projeto de governo diferente, embora na prática tivessem um objetivo em comum: a dominação política.

Os Luzias se organizaram e deram origem ao chamado Partido Liberal. Incluíram em seu programa político, entre outros pontos: a eleição direta nas cidades maiores, porém não previam o voto universal; Senado temporário; a abolição da Guarda Nacional; as clássicas liberdades de comércio; a abolição gradual da escravidão, com previsão de ser iniciada com a libertação dos filhos de escravos, que mais tarde seria perpetrada pela Lei do Ventre Livre, em 1871. Era um programa que previa a descentralização da administração e a flexibilização das leis.

Do outro lado, tendo origem com a atuação dos ex-restauradores e ex-moderados, o Partido Conservador era composto basicamente pelos burocratas e proprietários de terras. Segundo Ilmar de Mattos, “por Saquaremas se denominaram sempre e antes de tudo os conservadores fluminenses, e se assim ocorria era porque eles tendiam a se apresentar organizados e a ser dirigidos pela ‘trindade saquarema’: Rodrigo Torres; Paulino José Soares de Sousa; e Eusébio de Queirós”¹³⁷. Essa “trindade” constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão às forças atuantes na arena política e que imprimiu o tom e definiu o conteúdo político do Estado imperial.

No que diz respeito à composição social dos dois partidos, José Murilo de Carvalho elucida a questão ao falar que “o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra”¹³⁸. Esta ideia, defendida por José Murilo de Carvalho, corrobora com a tese elaborada por Ilmar de Mattos, onde a construção da ordem seria realizada por um partido específico, uma vez que, a partir da identificação da composição social dos partidos, percebe-se a “vocação” de seus programas partidários.

¹³⁷ Ibidem. p. 108.

¹³⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A constru  o da ordem; teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civiliza  o Brasileira, 2011. p. 212.

Dessa maneira, na medida em que o Partido Conservador se compunha de burocratas e donos de terra, é evidente que o projeto político Saquarema teria maior apoio entre os votantes da época. Enquanto os profissionais liberais e comerciantes ainda não desempenhavam papéis relevantes na arena política imperial, o projeto liberal tinha poucas chances de se transformar em programa de Governo.

De uma forma geral, foi possível notar que o quadro político da época foi pensado em termos centralizadores e reformistas. Segundo Ilmar de Mattos:

Entender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial como processos recíprocos é justamente compreender esta dupla dimensão do ato de governar, é ter em consideração o Estado em suas funções de dominação e de direção, é conceber a Coroa como um partido.¹³⁹

Enquanto para os Luzias a centralização do poder na mão da monarquia era perigosa para o país e para as liberdades individuais, para os Saquaremas era a solução viável que possibilitaria a manutenção de uma forma de dominação assentada na mão de obra escrava e que conseguiria reafirmar a soberania nacional sobre todo o território brasileiro. Do mesmo modo, os Luzias tinham em mente um projeto de ordem liberal e de descentralização político-administrativa, enquanto os Saquaremas optavam pela manutenção do poder central. De acordo com José Murilo de Carvalho:

Os liberais eram por maior autonomia provincial, pela Justiça eletiva, pela separação da polícia e da Justiça, pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores defendiam fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador.¹⁴⁰

Se considerarmos a ação dos Saquaremas, a partir do controle do Executivo, no momento que tradicionalmente é conhecido como o de “apogeu do Império”, será possível perceber e compreender o papel de direção e dominação que desempenharam, a organização e a expansão que proporcionaram.

O resultado prático de toda essa disputa foi a instauração de um regime político conservador, repressivo, centralizado e, acima de tudo, oligárquico. A participação política era minimamente tolerada. Os direitos fundamentais eram escassos e os privilégios concedidos às elites enormes. O espaço para o debate político e para a contestação foram minados nesse

¹³⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Op. cit.** p. 169.

¹⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Op. cit.** p.206.

período, fazendo do Brasil Império, principalmente durante o Segundo Reinado, o auge do conservadorismo político no poder nacional.

Como pudemos ver logo no início do presente tópico, com a vinda da Família Real a ideia de um governo centralizado na Corte com sede no Rio de Janeiro ainda era relativamente nova. Para tanto, era preciso acomodar os diferentes interesses regionais e locais, ao mesmo tempo em que se precisava construir uma identidade nacional em territórios marcados por particularidades estruturais, culturais e de interesses. Ilmar de Mattos¹⁴¹ ressalta a existência de interesses comuns em um grupo que se concentrava na Câmara dos Deputados e no Senado, e como essa união ajudou a construir, entre uma fração muito pequena da sociedade, uma identidade a partir das experiências compartilhadas, que se vinculavam não apenas pelos interesses de suas distintas regiões, mas antes, por uma ideia de unidade nacional, onde haveria o centralismo administrativo no Poder Moderador.

Se pensarmos que naquele momento a descentralização era muitas vezes vista como sinônimo da barbárie, então percebemos que era fundamental que os interesses nacionais se sobrepusessem aos interesses locais. No entanto, é preciso relativizar a ideia da existência de forças centrípetas que submeteram todo o território brasileiro à dominação hegemônica do Rio de Janeiro.

Ao entender que havia um crescente discurso já a partir de 1836 da necessidade de se centralizar, ao máximo possível, as decisões políticas na Corte, não significa necessariamente dizer que, a partir de então, as vilas e províncias foram pensadas como espaços subjugados ou aliciados pelo governo central. Muito pelo contrário, a política do Império no pós 1830 (e com o domínio saquarema pós 1840), em prol de uma centralização administrativa, não era simplesmente consumida pacificamente pelas elites das províncias e vilas. Estes espaços, ou antes, as relações entre estas diferentes instâncias, eram marcadas por intensas negociações, conflitos, ressignificações e apropriação, ou simplesmente rejeição das propostas políticas da Corte.

Nesse sentido, não podemos analisar a política exercida na Província do Ceará como se fosse apenas uma reprodução do que acontecia na Corte. Faz-se necessário, portanto, entender o que se discutia e se praticava na política partidária cearense. A política no Ceará do século XIX se dividia entre chimangos e caranguejos. Os chimangos eram mais próximos da proposta liberal

¹⁴¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Op. cit.**

moderada de São Paulo e Minas Gerais, e tinham como principais nomes a família Castro de Aracati (esta teve como líder a Manuel de Castro e Silva e João Facundo de Castro Menezes) e José Martiniano de Alencar no Crato, além de Francisco de Paula Pessoa na região do Acaraú. Os caranguejos, mais próximos da política dos caramurus e no pós 1840, dos conservadores, tiveram como principais nomes na Província do Ceará Antônio Rodrigues Ferreira (o Ferreira Boticário) em Fortaleza, Miguel e Manuel Fernandes Vieira (os irmãos Carcará, que só se tornaram caranguejos pós 1837) Francisco Gomes Parente, Bernardo Rabello da Silva Pereira, Manuel José de Albuquerque em Sobral.

Após 1840 as disputas na Província ficam ainda mais acirradas, sendo registradas várias rebeliões em diferentes vilas do Ceará, mais precisamente em Sobral, São Bernardo, Aracati e Cascavel. Comentando o fato, o então Ministro da Justiça Paulino José de Sousa, lembra que:

No dia 23 de Novembro rompeo com armas outra desordem na Villa de S. Bernardo, cujas autoridades, bem como o Coronel de Legião João de Castro Silva Menezes, forão presos pelos autores do movimento, que tambem pedirão ao Presidente da Provincia, por meio de huma representação, a execução das Leis Provinciaes, que o Vice-Presidente Facundo suspendera, e a não execução das revogadas por essas, e em virtude das quaes havia mandado proceder ás eleições, e demittido grande numero de Empregados, sendo substituídos por outros, decidida e exclusivamente de hum partido.

Nessa representação davão os seus autores como causa de rompimento as perseguições que soffrião, e os processos, que, por meio do Juiz Municipal, e de Paz, lhes fizera formar o Chefe de Legião, acima mencionado.¹⁴²

É possível perceber no trecho destacado uma reação do grupo dos caranguejos do Ceará às ações de João Facundo de Castro Menezes, que desde 1838, como Presidente da Assembleia ou Vice-Presidente da Provincial do Ceará, vinha enfrentando diretamente as administrações caranguejas. No referido ano, o mesmo mandou publicar a lei nº 150 de 22 de setembro de 1838, determinando que os cargos de vereadores, juizes de paz e de órfão fossem escolhidos diretamente pelos eleitores municipais.

O fato é que desde 1835 as autoridades da província cearense já eram escolhidas nas eleições secundárias, ou seja, pelos eleitores. No entanto, ainda cabia ao Presidente da Província escolher a partir de lista tríplice quem deveria exercer a função de juiz de paz e nomear diretamente os juizes municipais e promotores. Esta postura era contrária às leis gerais do

¹⁴² BRASIL, Ministério da Justiça (Paulino José Soares de Sousa). **Relatório da repartição dos Negocios da Justiça do ano de 1840 apresentado a Assembleia Legislativa na sessão ordinaria de 1841**. (publicado em 1841), p. 11. Disponível em www.crl.edu/pt-br/brazil, acesso em 22 de outubro de 2014.

Império que, por sua vez, estipulavam que as autoridades das vilas deveriam ser escolhidas diretamente pelos votantes, nas eleições primárias.

Dessa forma, o cenário cearense do Segundo Império foi marcado pela dominação dos liberais moderados de 1831 a 1837, e somente a partir da lei de 22 de setembro de 1838 que garantia que a eleição para juizes de paz fosse feita apenas pelos eleitores e as câmaras das vilas, sem a intervenção do Presidente de Província, que seria possível conseguir aliados nos cargos eletivos de algumas vilas. Apenas em 1840, com o retorno do Partido Liberal/Chimango, se efetuaram as demissões típicas que ocorriam com as mudanças de presidência, foi a gota d'água para os levantes mencionados na fala do Ministro.

Para Almir Leal de Oliveira, no Ceará colonial e do início do Império, não havia um centro de poder administrativo coeso como se entende hoje. Prevalecia assim, “uma certa autonomia das ribeiras”, estando o território da Província dividido em:

...ribeira do Acaraú, que tinha seus limites definidos pela bacia hidrográfica do rio Acaraú mais a Ibiapaba, a ribeira do Siará, região que se estendia pelos domínios das câmaras de Aquirás e da Fortaleza, atingindo o maciço de Baturité, e a ribeira do Jaguaribe, que pode ser definida como a bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, com seus afluentes.¹⁴³

Esta última, ainda seguindo as informações de Oliveira, foi subdividida em ribeira do Jaguaribe e do Icó no fim do século XIX. Foram nestes espaços marcados pelo poderio das parentelas que o Estado teve de negociar para se fazer presente na região. Este fator nos faz pensar como os partidos do Ceará faziam alianças interfamiliares para se apropriar das funções de Estado ou para se defender dos adversários, quando estes fossem governo. A elite cearense estava intimamente ligada aos cargos administrativos, dando um tom familiar e pessoal às funções de Estado.

Após o processo de Independência procurou-se cada vez mais ligar esse poder aos interesses do novo governo. Este procurou atuar como uma força externa ao espaço local, invertendo a lógica do Período Colonial, na qual a Coroa garantia sua presença nos sertões brasileiros a partir da homologação do poder familiar. No século XIX, esse poder familiar teve que se adequar a um projeto político externo à vila, ao Estado nacional, ou pelo menos, a um dos

¹⁴³ OLIVEIRA, Almir Leal de. **A Construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais.** In: *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. Jose Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores.* Ed. fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. p.18.

projetos político de Estado então em disputa. Desde o fim do período colonial e início do Império, cada família ou chefe de parentela, estava ligada a um ou alguns espaços geográficos, podendo influenciar por determinado tempo em toda a Província, ou em alguns casos, no governo central, como ocorrido com a família Castro Silva, de Aracati; a família Alencar, do Crato; e Francisco de Paula Pessoa, de Granja.¹⁴⁴

O que se tem como forma de dominação no sertão cearense é um elemento desconhecido do período colonial, uma vez que “até o século XVIII quando um senhor de terras abusava de seu poder pessoal, recorria-se então a outro potentado, oferecendo benesses para que este prendesse ou enfrentasse as forças desgarradas”¹⁴⁵. Durante o século XIX havia uma intensa negociação interfamiliar no sertão do Ceará, no entanto, as conveniências políticas e os interesses pessoais às vezes separavam em grupos políticos distintos a mesma família.

Nesse sentido, a política imperial cearense trouxe ao cenário um novo quadro onde os antigos isolamentos coloniais cederam espaço a uma pressão por alianças interfamiliares, agora não mais apenas pelos laços do casamento, mas das conveniências políticas. As interligações familiares entre elites praticamente impossibilitava de pensá-las como núcleos políticos fechados.

É justamente nessa composição política de disputas que a seca de 1877 deve ser considerada para que se possa entender a ação do Estado no litoral, no sertão e nas serras cearenses. O que se nota é que até a segunda metade do século XIX não havia uma unidade político administrativa que configurasse o que se entende atualmente por Ceará:

A unidade da política provincial, ou seja, a superação das autonomias locais, só se efetivou no Ceará com a hegemonia construída em torno da cidade de Fortaleza, capital da província. Alguns elementos para o fortalecimento da capital foram: o fortalecimento dos partidos políticos, que ocorreu em nível nacional e provincial, a construção de um poder legislativo na província, a organização judicial centralizada em Fortaleza, o estabelecimento da guarda Nacional nos distritos do interior da província, a constituição de um sistema de ensino secundário público em Fortaleza, e, principalmente, a superação econômica do porto de Aracati, o grande entreposto entre o Recife e o sertão, pelo porto de Fortaleza. Reforçando essa centralização, a construção das ferrovias, que redirecionaram os fluxos da economia colonial dos portos do sertão para o porto de Fortaleza, também foi um elemento importante na segunda metade do século XIX. Devemos considerar que esse processo de

¹⁴⁴ STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense**. v. 1, 2 e 3.

¹⁴⁵ GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As Milícias D’El Rei: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

subordinação das autonomias locais por um poder centralizado em Fortaleza foi longo e mobilizou interesses variados em diferentes escalas.¹⁴⁶

Dessa forma, qualquer ação do Estado no litoral e no sertão perpassava pelas autoridades locais, sempre vinculadas a poderes familiares. Uma das importantes questões que pretendemos destacar é a presença da seca na província e de que maneira essa elite política, em intensas disputas, lidava com a estiagem. Desde o início de sua colonização, o Ceará foi assolado por secas que exigiam a interferência de políticas públicas principalmente para as áreas mais afastadas. No entanto, até a seca de 1877 as estiagens eram vistas como calamidade natural, e somente a partir de 1877 que ocorre a mudança no pensamento político da elite cearense que passa a entender como necessária a preservação dos recursos naturais.

O senador Pompeu teve grande importância no projeto de utilização de mão de obra para a realização de obras públicas durante os períodos de estiagem. No entanto, existiam duas visões antagônicas sobre o mesmo processo, uma que entendia a seca como empecilho do desenvolvimento econômico da província cearense (amplamente defendida pelo senador Pompeu); e outra vinculada a Comissão Científica de Exploração que discordava da visão de seca como obstáculo.

O projeto político de Pompeu teve a ajuda do senador Sinimbu que em 1878 enviou uma mensagem a Dom Pedro II e conseguiu oficializar o projeto elaborado em conjunto com Pompeu, onde a força de trabalho dos retirantes seriam empregadas em obras públicas. É importante ressaltar o que este projeto representou para o movimento migratório dentro da província cearense, uma vez que, a condição de calamidade política dada à seca de 1877 foi determinante para que milhares de pessoas se deslocassem do interior em busca dos socorros públicos distribuídos no litoral. Como observou Thomas Pompeu Sobrinho, “os efeitos de uma grande seca dependem da capacidade política, do potencial econômico, do valor moral e até de um certo e correto fervor religioso da comunidade exposta ao flagelo climático”¹⁴⁷. É possível perceber o tom de desespero que o então presidente da província relata em julho de 1877:

Sinto verdadeiro contristamento tratando d’esse grave e melindroso assumpto. A província atravessa uma crise tremenda, passa por uma d’essas secas desoladoras, que desde o século passado, devastando seus solos, em períodos

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Almir de Oliveira Leal. **Op. cit.** p. 17.

¹⁴⁷ SOBRINHO, Tomaz Pompeu. **História das Secas (Século XX)**. 2a ed. Coleção Mossoroense, vol. CCXXVI, 1982. p. 8.

mais ou menos largos, alastra-o de ruínas, consumindo suas forças presentes e agourentando seu futuro.

Era este anno centenário de uma d'essas grandes calamidades que tem pesado duramente sobre a província.

(...) A escassez de chuva este anno nos mezes de Janeiro a Março, os mais pluviosos da estação invernosa, fez nascer desde logo os receios de uma secca.

Em começo de abril a imprensa levantava seu primeiro brado, despertando a atenção do governo, para conjurar o mal que já se fazia sentir em algumas localidades da província.

Não dispondo então de exactas informações que me permitissem apreciar, em toda sua extensão, a crise que se annunciava era mister aguarda-las, para acudir com as providências necessárias a combata-la.

Não tardou, porém, a desnudar-se a situação, e a chegaram a comunicar os officiais, de todos os ângulos da província, que juntando-se as reclamações dos particulares denunciavam a existência da crise e a urgência das medidas conducentes a neutralizar os seus lamentáveis e desastrosos effeitos.¹⁴⁸

A preocupação aumenta conforme se avança na leitura dos relatórios. As elites políticas cearenses, sobretudo as liberais, condicionavam o progresso econômico da região ao combate às secas. Dessa forma, o tom do discurso presente nos relatórios oficiais é quase sempre carregado de uma preocupação exarcebada. A migração, sempre presente nas pautas, torna-se ainda mais preocupante quando analisada pelo viés econômico:

Também pelo lado econômico não se recommendava a emigração. (...) Todavia a falta de meios para alimentar um tão crescido número de pessoas, e os interesses da ordem e da saúde pública que soffriam com as grandes aglomerações, me determinaram a facilitar a sahida para fora da província, enquanto não recebesse os auxílios solicitados ao Governo ou não me fossem dadas outras ordens e instruções.¹⁴⁹

O que se percebe é que as elites políticas cearenses precisavam agir para se manterem nas disputas locais, como nos embates nacionais entre as elites do Norte e do Sul. Nesse jogo de disputas a seca emerge como um meio de angariar recursos e modernizar para a competição com o Sul. A criação de uma comissão de engenheiros em plena seca demonstra de que maneira a estiagem estava em pauta naquele momento:

O Governo Imperial no louvável empenho de libertar algumas províncias do Norte dos desastrosos effeitos das seccas, que tão frequentes vezes as torturam,

¹⁴⁸ Falla com que o Excelentíssimo Sr. Dezembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respetiva assembléia no dia 2 de julho de 1877. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877. p. 37. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1> . Acesso em 12 de dezembro de 2014.

¹⁴⁹ Falla com que o ex.mo sr. dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879. p. 41. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> . Acesso em 12 de dezembro de 2014.

nomeou uma comissão de engenheiros, presidida pelo muito conhecido e apreciado Conselheiro Henrique Rohan, afim de estudar os meios mais efficazes de prevenir ou minorar os predictos effeitos, sendo sendo aquella nomeação comunicada a esta Presidência por aviso de 15 de dezembro do anno passado e havendo chegado a commissão a esta capital no dia 13 do corrente mez.¹⁵⁰

É possível notar que as frequentes tentativas de transformar a seca em um problema ganharam corpo após a seca de 1877. O discurso utilizado em meio a disputa política revela como os episódios de secas se transformaram no campo por excelência para a atuação das elites cearenses que reivindicavam recursos para as obras de combate as secas. Nesse sentido, o contexto político no qual a migração da seca de 1877 ocorreu demonstra de que maneira houve uma tentativa de direcionamento desses migrantes ao distribuir socorros apenas no litoral, alegando muitas vezes a dificuldade encontrada de se alcançar as regiões mais afastadas.

Importante papel teve o senador Pompeu ao tentar legitimar o uso da mão de obra em meio a períodos de estiagem. A justificativa da presença daqueles retirantes em um local que não o seu de origem mantem a ordem e as ilusões necessárias para a realização dos projetos políticos vigentes. O esforço em compreender este contexto político no qual as pessoas migram é fundamental para entender as políticas públicas que foram praticadas e de que maneira esses retirantes se deslocavam dentro da Província.

3.2 – “Horrores da fome”: os retirantes retratados nos jornais

O início da imprensa escrita no Brasil se deu a partir da criação do primeiro periódico brasileiro, intitulado *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808. O objetivo principal era divulgar toda informação oficial vinda do Poder Real, recentemente saído de Portugal. Somente a partir de 1811 surge a iniciativa privada de fundar periódicos de circulação nacional. Toda atividade editorial era controlada pela Família Real até que uma nova regulamentação fosse feita para abolir a censura prévia e oferecer maior liberdade de divulgação. O decreto de 2 de março de

¹⁵⁰ Relatório com que o Excm. Sr. João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Excm. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca 3º vice presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1878. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> . Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

1821, assinado por D. João VI, fornece uma autonomia, muito embora a censura tenha continuado, apenas sendo alterada a forma de exercê-la¹⁵¹.

A partir da Constituição de 1824, fica garantido o direito de propriedade e de liberdade, cabendo à esfera jurídica o dever de regular os abusos cometidos: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que haja de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”¹⁵². Todo excesso cometido pela imprensa era analisado pelo Código dos crimes e das penas, em seus títulos que tratavam sobre os crimes contra o Império, crimes contra o livre poder de exercício público, crimes de injúria e calúnia e crimes contra a segurança do Império. O Código relacionava os delitos tipificados nesses títulos se provocados por periódicos distribuídos a mais de 15 pessoas e a pena aos infratores era de multa e prisão.

Durante todo o império esteve em debate até que ponto caberia a imprensa ser possuidora de autonomia editorial. O primeiro reinado foi marcado pelo autoritarismo e posteriormente, a partir de 1831, uma instabilidade política no país. Em 1832, com o surgimento do Código de Processo Criminal, passam a existir as instituições de queixa, denúncia e o *habeas corpus*. Tendo o Segundo Reinado sido marcado também por crises econômicas e instabilidade, esse fator de sucessivas crises políticas favorece o aparecimento de pasquins no cenário brasileiro.

O que se percebe neste crescimento gradativo da imprensa brasileira é a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos destes primeiros tempos da imprensa. Essas características, no entanto, não são suficientes para explicar a complexidade e compreender as características da imprensa - gerada numa sociedade em mutação. Torna-se fundamental tocar em outro importante elemento: o de que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se insere.

Dessa forma, entender o papel da imprensa no período imperial é importante porque demonstra de que maneira as concepções e projetos elaborados pelas diferentes elites se espalhavam pelo Brasil. O jornal foi se tornando aos poucos o espaço por excelência da

¹⁵¹ Ao invés de analisar os originais manuscritos, passou-se a verificar apenas as versões impressas dos periódicos.

¹⁵² BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Artigo 179, nº 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 30 de setembro de 2014.

divulgação das idéias e da construção da legitimidade das elites, uma vez que publicadas e expostas ao debate, esses projetos eram incorporados ao que se chama de “opinião pública”¹⁵³.

De uma maneira geral, a imprensa periódica pretendeu marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais e que dizia respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas relações políticas e sociais. Dessa forma, as páginas impressas revelam uma disputa política, e gradativamente, a imprensa se torna espaço de liberdade e reflexão, como também de conservadorismo e controle.

Interessa neste trabalho perceber como a estiagem vai sendo percebida através dos números crescentes de mortes e dos casos pavorosos de delírios de fome nas páginas do Jornal *O cearense* e *O retirante*. Pretende-se, portanto, entender o papel destes jornais para descrever a seca como um fator que não está isolado e compreender como este fenômeno natural foi motivo para intensos jogos políticos. Para tanto, foram selecionadas algumas notícias publicadas desde o ano de 1877 em ambos periódicos, onde se vê uma situação de seca sendo declarada a partir do dia de São José. O presente tópico tem como objetivo analisar algumas matérias publicadas durante uma das secas mais emblemáticas da Província do Ceará. Portanto, utilizaremos como recorte temporal os anos de 1877 a 1879.

O jornal *O Cearense* foi fundado por Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomas Pompeu em 1846. A princípio as edições do jornal saíam na Tipografia Brasileira de Paiva e Cia, somente depois de um tempo adquiriu uma tipografia própria. Durante muitos anos o jornal teve como redatores Miguel Ayres, João Brígido, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paulo Pessoa. De origem liberal, o jornal tinha artigos de natureza partidária, havia estudos sobre estatística, demografia, entre outros temas. As publicações saíam geralmente três vezes por semana, tendo algumas edições extras devido a alguns acontecimentos tidos como marcantes, como por exemplo, a morte de Thomas Pompeu de Sousa Brasil.

Com o cenário político dominado pela disputa Liberais x Conservadores, o Segundo Reinado foi marcado por um intenso jogo político do qual o jornal *O Cearense* fez parte. Ao se declarar liberal, o periódico era favorável à descentralização política e a um sistema de educação desvinculado de um controle religioso. Além disso, os liberais do referido periódico defendiam a

¹⁵³ Importante ressaltar que não se adota aqui uma concepção ingênua de opinião pública, acreditando que seja a opinião da razão crítica ou a opinião da maioria. Antes é a opinião de uma parcela da população.

ampliação dos poderes das províncias, o que era contrário à grande parte da opinião do grupo conservador.

O cearense é de grande importância para entender a seca aqui descrita por relatar os “horrores” que vivenciavam os retirantes. Nesse sentido, o jornal oferece uma gama de informações sobre as mortes ocorridas, além de registrar quinzenalmente a entrada de migrantes nos abarracamentos, informando inclusive a origem dessas famílias.

As publicações do ano de 1877 são interessantes porque mostram desde a chegada da estiagem e seu desenvolvimento no interior da Província. Noticiado no dia 10 de junho de 1877, o padre Germano Anthenor de Araújo escreve uma carta retratando o estado que o Ceará se encontrava ainda em meados de 1877:

Meu amigo é triste e doloroso o estado do sertão. O terrível flagello da secca vae fazendo estragos incalculáveis. Estamos em maio, o mez das flores e os campos já estão varridos. Todas as plantações perdidas, e nada se aproveitou! O desanimo é geral, já morre gente de fome! Tudo é horror!

Crudelis ubique

Luctus, ubique pavor et plurima mortis imago...

As estradas estão cheias de migrantes em todas as direcções, nus, pálidos e abatidos. Uns procuram o Piauí, outros a essa capital. Si não tivermos chuva até julho, todo o sertão ficará reduzido a deserto, todo o gado perecerá. Em 1825 e 45 as plantações perderam-se, houve pasto e este anno no mez de maio todo o sertão está desolado. – *Lugebit terra et marebunt cœli desuper.*

Nossa querida província não só perderá o trabalho de muitos annos, como também ficará desfalcada de população.¹⁵⁴

Interessante observar que a migração é sempre uma pauta comum nas reivindicações do jornal aqui abordado. A carta do vigário Araújo representa uma das muitas denúncias que *O cearense* buscava expor nas páginas de seu jornal. Outra carta foi escrita pelo tenente Casimiro Pinto Nogueira, que conta sobre como a seca aumentou consideravelmente na região:

Vamos muito mal com relação a secca.

Aqui morrem diariamente de fome 5 a 6 pessoas! As ruas estão cheias de esqueletos, não há mais quem possa comer descansado, os meninos já advinham quando se vae almoçar ou jantar, começam a gritar nas portas que estão a morrer de fome, o que fazemos senão dar alguma couza?

Hontem foram encontrados dous desgraçados que morreram de fome na estrada, não eram conhecidos, julga-se serem retirantes do Cariry.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Secca. *O cearense*, Ceará, 10 de junho de 1877, p. 2.

¹⁵⁵ Horrores da fome. *O cearense*, Ceará, 22 de novembro de 1877, p.3.

Parte da seção intitulada *Horrores da fome*, esta notícia publicada em novembro de 1877 reforça a ideia repetidamente convencionada no jornal. O que se percebe é que constantemente nas cartas enviadas há a intensificação da fome. As cenas de morte não se findam:

É indiscriptível a miséria que há no sertão, incalculável o n° de pessoas mortas á fome. Dezenas de miseráveis que vem do Cariry, e outros pontos do alto sertão chegam a Jaguaribe mirim em um estado tal, que não podem mais receber alimentação alguma e vão morrendo pelas estradas!

São em grande número as sepulturas que se encontra no caminho, que vai dessa Villa a cidade do Aracaty. Os cadáveres mal enterrados nos sulcos feitos pelos carros, desprendem miasmas que infeccionam o ar, e chamam os corvos e os cães que ali saciam-se.

Presenciei scenas semelhantes na viagem que acabo de fazer.

Pouco distante do Boqueirão, do tenente coronel Manoel Herculino, vi as ossadas de três infelizes, que segundo me informaram pertencião a uma só família, tendo morrido em último lugar uma moça abraçado ao cadáver de sua mãe!¹⁵⁶

Escrita pelo juiz Francisco Antonio de Oliveira Sobrinho, a carta destacada acima segue a linha das publicações anteriores, onde o caos é exacerbado e sempre noticiado. A situação da Província, segundo *O cearense*, parece atingir um ápice já em dezembro de 1877:

Continua a fome a fazer victimas em vários pontos da província. As noticias que recebemos do interior são assombrosas.

De Tamboril, diz-nos um membro da commissão daquella Villa que ali já tem succumbido a fome grande n° de infelizes!

Para mais de 35:000 imigrantes para lá se acham a morrer de fome, já se contando muitas victimas. Todo Cariry está conflagrado. Os bandos de assassinos assaltam as povoações, saqueiam e matam, ao passo que a fome vae fazendo dezenas de vitimas diariamente.¹⁵⁷

Em dezembro de 1877, o jornal já apresenta um número de migração elevadíssimo, além de registrar um obituário com mais de 2.400 vítimas da fome, taxa anual muito maior que a do ano anterior, com registro de 811 mortes. A província que mantinha a média mensal de mortes, em anos comuns, girando em torno de 50 - 70 pessoas, passava então a registrar um aumento considerável logo no primeiro ano de seca, chegando a marcar somente em novembro de 1877 um número de 536 casos. Segundo o noticiário de 23 de dezembro de 1877, esta seria a estatística das migrações:

Segundo informações que nos foram fornecidas pelos respectivos commissários existem no primeiro districto 1226 famílias com 7110 pessoas, no do Pajehú e São Luiz 1793 famílias com 8642 pessoas, e no do Calçamento 3244 famílias compostas de 16581 pessoas.

¹⁵⁶ Horrores da fome. *O cearense*, Ceará, 20 de dezembro de 1877, p. 3.

¹⁵⁷ A situação do Ceará. *O cearense*, Ceará, 2 de dezembro de 1877, p. 2.

Faltam ainda os disctrictos de Tibujana e Moinho, São Sebastião e Alto da Pimenta.

Pode-se calcular o n° de emigrantes existentes hoje na capital de 70 a 80 mil.¹⁵⁸

Além dos deslocamentos no interior da Província, os números de mortes calculadas no jornal são avassaladores para o ano de 1878: somente no último semestre teriam sido registrados 10.299 mortos. Para o primeiro semestre do ano de 1879, esses números teriam uma queda alcançando 5.937 mortes, das quais 2.388 foram causadas pela varíola, doença que tomou conta da província durante a seca, dizimando parte da população.

É indispensável ressaltar que todos esses números de mortes e migração retratados em *O cearense* são especulações e não necessariamente representam uma cópia fiel da realidade. Percebe-se que um dos objetivos do jornal era justamente dar destaque a seca, apresentando-a como um problema. Não é à toa que o jornal reservava bastante espaço para as catástrofes causadas pela estiagem.

Outro veículo de informação que dava grande destaque a matérias vinculadas a acontecimentos trágicos ocasionados pela seca foi o periódico *O retirante*. Publicado pela primeira vez em 24 de junho de 1877, o jornal intitulava-se como órgão das vítimas da seca, muito embora boa parte dos retirantes acometidos pelo flagelo não dispusessem de dinheiro para comprar o jornal ou sequer pudessem ler, uma vez que grande número desses indivíduos era analfabeto. O próprio título do periódico remete à seca e as possíveis estratégias de sobrevivência adotadas pelos atingidos ao se verem obrigados a se retirar de seus locais de origem, porém *O retirante* se nomeia a voz de pessoas que nem sempre eram representadas nas páginas do jornal.

O retirante contou com 35 publicações entre 1877 e 1878, tendo sido encontradas disponíveis 37 edições. Constantemente eram publicadas cartas de retirantes, ou pelo menos parte considerável das mesmas, onde a seca é tratada em dezesseis diferentes localidades, sendo encontrados os registros de Quixadá, Campo Grande, Mecejana, Telha, Quixeramobim, Tamboril, Brejo-Seco, Tucunduba, Sobral, Baturité, Aracati, Venda, Arronches, Fortaleza, Mossoró e União.

¹⁵⁸ Emigração. *O cearense*, Ceará, 23 de dezembro de 1877, p. 3.

Uma característica marcante de *O retirante* é se apresentar como lugar de denúncia contra o governo vigente, sempre descrito como um dos culpados pelo flagelo que assolava toda a Província:

Escrevem d'aquela povoação em 1.º do corrente:
Batidos já no último reduto, sem nenhum apoio do governo, que despreza-nos cinicamente, morremos à fome, meu amigo!
Mais de dez de nossos infelizes patrícios tem morrido de inanição.
O povo tem emigrado aos milhares; e o seu rosto alterado pelo grande cataclisma, que traz trêmula a frágil humanidade, semelha ao de um horroroso espectro.
O resto da atual população d'este grande distrito está a acabar-se, por quanto já não existe mucunã, cravatá e outras ervas bravas que o sustentava.
O governo, essa entidade nula, não se lembra de nós, habitantes d'esta pobre localidade.
A comissão de socorros de Lavras mandou para aqui apenas um punhado de farinha, que nem se quer chegou para saciar a fome uma só vez da quarta parte da população desvalida!
Agora mesmo mandamos representar ao Sr. Estellita o estado miserável a que se acha reduzida esta inditosa povoação, que em tempos mais lisonjeiros contribuiu tanto para o acréscimo dos dinheiros públicos com o suor da fronte de seus laboriosos filhos.
Não temos mais carne, único alimento que nos restava! Já sucumbiu a última rês!... O que nos resta? NADA!!
Pobre Venda! Que Deus se amerceie das almas d'aqueles que habitaram sobre teu solo e que estando com a sentença de morte lavrada já tem suspenso sobre suas cabeças o cutelo do grande algoz do povo – o governo.¹⁵⁹

É possível perceber neste pequeno trecho destacado uma imensidão de repetições como meio de enfatizar a responsabilidade do governo provincial: “sem apoio nenhum do governo”, “o governo, essa entidade nula”, “Ao Sr. Estellita” e “grande algoz do povo – o governo”. Toda essa ênfase utilizada justamente para reforçar a ineficiência do poder público na Província cearense.

Há diversos outros casos que demonstram a situação catastrófica do Ceará naqueles anos de estiagem e *O retirante* sempre que possível retoma a ideia de que estes flagelados não tem a quem recorrer, uma vez que não existe a ação do Presidente da Província e todos estão à míngua, lutando pela própria sobrevivência. As repetidas imagens do sofrimento do migrante são sempre retratadas no jornal:

Três flagelos horríveis pairam sobre esta desgraçada e infeliz terra, tão repudiada pelo nosso ainda mais desgraçado governo, que deixa sucumbir á fome uma população imensa composta de homens laboriosos! Flagela-nos, pois, - a seca, a justiça de Lavras e os grandes grupos de assassinos!

¹⁵⁹ Horrores da seca. **O retirante**, Fortaleza, 24 de outubro de 1877, p. 2.

Escusado é descrever-lhe os horrores da seca: presencia-se o espetáculo, mas não se o descreve! Basta dizer-lhe que mais de 80 pessoas tem sucumbido á mais aflitiva das mortes – de fome!! Não há quem possa assistir corajosamente as agonias de um povo que perece á míngua de recursos! O quadro é por demais lúgubre e tétrico!

D’aqui para Janeiro morreram nunca menos de 200 pessoas de fome, meu amigo!

Já não se pode transitar meia légua, tal é o estado putrefato de nossa atmosfera viciada pelo cheiro de dezenas de cadáveres esparsos nas estradas! Os urubus já não voam; habitam sobre os corpos humanos que lhes servem de pastagem!

As estradas juncam-se de ossadas brancas, de corpos tombados e de esqueletos ambulantes, que em outro tempo tiveram nome e habitavam entre nós! É horrível!

Bandos imensos de velhos, moços, donzelas e crianças, todos famintos e nus como nos tempos primitivos da inocência, caem extenuados, imploram a proteção Divina, soltam o último respiro e amaldiçoam o criminoso governo de S. M. o Imperador D. Pedro II, único responsável por tudo isto e que os deixa morrer assim á revelia!

A justiça de Lavras comete os maiores desatinos n’esta crise tremenda, mandando á forciori fazer inventários das pobres viúvas que nada possuem, a não ser o ourinho das orelhas que lhes é tomado para despesas de custas!!

Os célebres assassinos Viriatos e Meirelles, infestam todo o Cariry e já apareceram aqui, roubando, espancando e assassinando em plena liberdade. Cometem eles os maiores escândalos que se pode imaginar, e entretanto o nosso chefe de policia, o Sr. Nogueira, não passa, de fato, de uma carnivorosidade inerte, de um ente inútil, como bem o qualificou o seu jornal.

Nenhuma providência há tomado e garantia alguma se nos oferece: aqui há verdadeira anarquia.¹⁶⁰

Neste fragmento fica nítido como o jornal faz questão de retratar os horrores da fome e da seca tanto quanto o jornal *O cearense*. O governo é novamente acusado de não auxiliar neste processo doloroso, e os retirantes são comparados a própria pastagem à disposição dos urubus, que não mais precisam voar, já que o seu alimento, os corpos humanos se encontram putrefatos por toda a província cearense. A própria marcha dos retirantes torna-se também um incômodo, já que seus corpos não eram enterrados. Para o jornal, “Velhos, moços, donzelas e crianças, todos famintos” caminham em busca de uma salvação e as cartas seguem, de uma maneira geral, a mesma linha dramática da retirada, do flagelo e da omissão das esferas públicas.

O universo de noticiários que abrangeu o tema da seca não se restringiu aos jornais regionais. A repercussão do flagelo toma conta de todo país, sendo noticiado em periódicos fora da província. No Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias* chega a enviar José do Patrocínio no vapor Nacional Pará para cobrir este acontecimento fatídico da fome. O objetivo da viagem era enviar

¹⁶⁰ Horrores da seca. **O retirante**, Fortaleza, 01 de janeiro de 1878, p. 03.

notícias “exatas” para sua coluna “Viagem ao Norte”. Posterior a Patrocínio, Joaquim Correa foi enviado para capturar as primeiras imagens de famintos da seca do Ceará. Correa realizou uma viagem a trabalho durante a seca de 1877 e na cidade de Fortaleza, descreveu alguns dos horrores dessa seca através de fotografias tiradas em estúdio. Seguem algumas das fotos:

Imagem 3.1 – Vítimas da Grande Seca



Fonte: Fotos de Joaquim Antonio Correia. **Vítimas da Grande Seca**, Albúmen, Carte de Visite, Ceará, CA. 1878. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> Acesso em 13 de novembro de 2014.

As fotografias tiradas por Correa demonstram o estado deplorável dos atingidos pela seca. Com frases como “Por que me tornas cadáver, miséria que me assassina? Por que plantas tantas dores na minh’alma inda menina?!” e “Tão bello! Na face outr’ora eu tinha os risos dos céus! E myrrada pelle agora cobre mal os ossos meus!”, Correa retrata pessoas com corpos nus, deixando em evidência não somente a magreza e os ossos, mas também o estado de miséria destes indivíduos. As legendas que acompanham a imagem desaparecem mediante o espetáculo do flagelado exposto.

Antes de ser contratado para trabalhar durante a seca em Fortaleza, Correa era conhecido por publicar em alguns jornais anúncios de serviços, cartões de visitas e quadros de celebridades. Após a ida de José de Patrocínio a Fortaleza, Correa fica encarregado de fotografar homens, mulheres e crianças flageladas. O trabalho de Correa reuniu 14 fotografias com diferentes legendas que tinham como objetivo reforçar a dramaticidade da imagem. O conjunto de imagens capturadas por Correa talvez não esteja ligado somente ao que o mesmo desejava representar, antes perpassava pela própria opinião de Patrocínio.

Interessante observar que a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro teve importante papel na divulgação do flagelo, são incontáveis notícias sendo publicadas desde meados de 1877, inclusive várias que foram encontradas também no periódico *O cearense*:

No Ceará continuava a fome a fazer victimas em vários pontos da província. As notícias que se recebiam do interior eram assombrosas.
De Tamboril diz um membro da comissão d'aquella Villa que alli já tem sucumbido a fome grande numero de infelizes!
Do Aracaty pintam sobre aquela cidade um vulcão!
Para mais de 35 mil emigrantes para lá se acham a morrer de fome, já se contando muitas victimas.
Todo Cariry esta conflagrado. Os bandos de assassinos assaltam as povoações, saqueiam e matam, ao passo que a fome vai fazendo dezenas de victimas diariamente.
Os homens abastados das localidades acham-se sob a pressão do terror, vendo ameaçadas suas propriedades não só pelos grupos de sicários como pelos famintos.
A emigração para a capital é espantosa; podendo-se computar em 50.000!
O povo já extenuado pelo cansaço e fadigas de longas jornadas, coberto de imundos trapos, morto a fome, procura a capital como único salvatário! Mal sabe esses desgraçados que sorte cruel os aguarda!
Não se passarão muitos dias, diz a supracitada folha, que aqui na própria capital a fome comece a sinistra ceifa! Não há mais para onde apellar! Já partiu o grito de terror: - Salve-se quem puder!
Ou a emigração forçada ou a morte pela fome! Terrível dilemma!
E assustador o estado sanitário da capital!¹⁶¹

O reforço da ideia da fome e de como a mesma está se alastrando por toda Província sugere que não há muitas alternativas para o povo cearense: o lema torna-se migrar ou morrer! A representação desse retirante, seja por meio de narrativas ou pela fotografia, tem pontos em comum em todos os jornais mencionados: busca-se ressaltar sempre a ideia da vítima,

¹⁶¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1877, p. 1.

impossibilitada de sequer tomar alguma atitude. Podemos notar nas páginas de O besouro, também com coluna escrita por Patrocínio, a ênfase na dramaticidade da fome:

Imagem 3.2 – Cenas e aspectos do Ceará



Fonte: **O Besouro**, Rio de Janeiro, Páginas Tristes, 20 de julho de 1878, p. 121.

A página inteira dedicada à fotografia das vítimas da fome e da seca é endereçada à Majestade, ao Governo e aos fornecedores de alimentos dos abarracamentos. Com a legenda “Estado da população retirante... e ainda há quem lhes mande farinha falsificada e especule com elas!!!”

elles!”, o jornal assume postura semelhante à periódicos outrora mencionados: cobra-se uma atitude do governo, culpando-o pelo estado de miséria encontrado.

O que se pode perceber em todos os jornais aqui trabalhados é como o flagelo foi sendo configurado como projeto definidor da seca no Ceará nos anos 1877-79. As imagens de pobreza não necessariamente eram representadas pela seca, no entanto, as imagens da seca sempre estavam relacionadas à pobreza. A construção de uma memória da seca evidencia o papel do jornal como divulgador dessa memória.

De uma forma geral, foi objetivo do presente tópico mostrar como a seca e a migração foram retratadas nas páginas de jornais regionais e para além da província. O que se pode perceber é que em grande parte das matérias o que predominava era um tom sensacionalista, com acontecimentos bizarros sempre envolvendo pessoas famintas. Esses migrantes muitas vezes eram retratados de forma muito vitimizada, tirando qualquer possibilidade de entendê-los como agentes.

Segundo Rodolfo Teófilo, a migração já estaria declarada desde o dia 19 de março, dia de São José. Quando a chuva não caiu, a população já havia entrado em desespero pensando em migrar. O que o jornal *O cearense* faz é ressaltar que essa migração está acontecendo de forma assustadora. Ficam então algumas perguntas: até que ponto era interessante para o jornal ressaltar toda essa calamidade? Por que tanta preocupação com os “desvalidos”? Era fácil para essas pessoas largarem suas terras e migrar, mesmo que provisoriamente? Por que não seguiam para outras províncias como muitas outras pessoas o fizeram?

O que se pode ver é que muita coisa não era declarada nessa disputa política. O jornal muitas vezes utilizou a migração como uma confirmação da seca. A migração crescia somente por causa de fatores naturais ou havia outros elementos que criaram um desespero? O fato do então Presidente da Província ter antecipado a distribuição de socorros públicos nos abarracamentos não teria interferido também neste fluxo migratório em 1877? Por que os socorros só eram distribuídos nos abarracamentos?

É importante ressaltar que a elite do Ceará condicionou o progresso econômico da região ao combate às secas. Na tentativa de amenizar as desvantagens da região, as lideranças liberais passaram a ver na seca um caminho para a conquista de financiamento para a construção de açudes e estradas. Nesse sentido, importante papel tiveram os jornais aqui trabalhados que incontáveis vezes associaram a ideia de trabalho e esmola: “o povo não quer esmola que

humilha, quer o trabalho que enobrece”¹⁶². Em vez de trabalho, os jornais criticavam o “paternal” governo que enviava esmolas porque preferia um povo preguiçoso e indolente, ao invés de “ másculo e independente”.

Em meio a esse jogo político, onde havia tanta coisa envolvida, como por exemplo a própria emancipação da região nordeste visando a arrecadação de recursos, muitas vezes esses retirantes foram vistos como massa de manobra. E nas páginas do “cearense” a situação não parece ter sido muito diferente.

As “classes desvalidas”, como eram chamadas pelo então Presidente da Província Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, foram utilizadas como meio de angariar recursos para um projeto político liberal. Por este motivo, antes de ser uma afirmação, a própria migração se constitui como objeto de investigação, sendo problematizada a intenção do jornal ao publicar tantos casos de miséria e fome.

3.3 – O cortejo das moléstias

O século XIX foi marcado por vários fenômenos epidêmicos, alguns de curta duração e intensidade, além de outros que se tornaram endêmicos. Durante todo o período o conceito de doença possuía muitas variações, não sendo restrita somente a medicina científica. A doença, de uma maneira geral, era entendida até o século XVIII como algo independente da esfera social, que atacava o organismo humano em particular, sendo pensada apenas pelo fator biológico.

Nesse sentido, o processo de construção de uma doença é um fenômeno biossocial, onde distintas variáveis interferem e balizam a sua percepção e definição. As teorias médico-científicas em constante transformação, os valores culturais de uma determinada sociedade, as questões relacionadas aos interesses dos atores sociais, as convicções religiosas, dentre outras, fazem parte desse imenso conjunto de qualificadores sociais da doença. Estes interagem com os fatores físicos e orgânicos do adoecer e com a forma com que os diferentes grupos experimentam este processo.

O historiador Jacques Le Goff, em sua obra intitulada *As doenças têm história*¹⁶³, aborda o fenômeno da doença como um construto social, mediando relações diversas e sendo também

¹⁶² Trabalho e não esmola. **O cearense**, Ceará, 7 de junho de 1877, p. 1.

mediado por elas. A doença, segundo Le Goff, nos revela o saber médico científico de uma época, porém revela ainda questões relacionadas ao universo das crenças, da cultura, das políticas públicas, dos interesses econômicos.

Igualmente em seu livro, *Paisagens do Medo*¹⁶⁴, o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan também trabalha com a ideia do medo causado pela doença em variadas sociedades ao longo do tempo, e em diversos pontos reitera a fobia que os lugares pantanosos causavam devido às exalações malévolas, que supostamente produziam. O autor destaca que a medicina do século XIX já havia abandonado, em grande parte, as tradicionais explicações de cunho religioso que relacionava as doenças às influências de espíritos, demônios ou elementos astrológicos, mas ainda manteve intacta as suas preocupações com os ares e as águas.

O século XIX traz à tona diversas correntes explicativas para a origem das epidemias. Todas essas vias explicativas se desenvolvem a partir das transformações causadas pelo crescimento das cidades européias. As novas formas de produção rurais e urbanas alteravam a distribuição da população, provocando elevadas concentrações urbanas e aumentando os problemas sociais e econômicos. A cidade atrai os olhares de médicos que criticavam a insalubridade dos meios urbanos. Essa medicina, preocupada com as causas, a origem e a localização da doença no meio geográfico promoveu levantamentos sobre comportamento, hábitos e condições naturais e socioeconômicas de lugares. De acordo com Michel Foucault:

A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e finalmente à análise do próprio organismo.¹⁶⁵

Os diagnósticos realizados estavam orientados pelas teorias médicas vigentes no século XIX: a telúrica, a da constituição epidêmica, a miasmática, a contagionista e a teoria social da doença. A teoria telúrica pensava na origem das doenças a partir do solo, onde a terra seria a propagadora do mal. A medicina das constituições epidêmicas, por sua vez, acreditava que o mal provinha do clima, pelas condições meteorológicas e diversos outros fatores naturais. Nesse sentido, várias medidas foram tomadas para assegurar um ambiente saudável: pântanos e alagados eram aterrados. A localização, o solo, a direção dos ventos e a incidência de insolação

¹⁶³ LE GOFF, Jacques. **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

¹⁶⁴ TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. Ed. Unesp: São Paulo, 2005.

¹⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 92.

eram analisados quando havia a construção de novas edificações ou da implantação de um novo núcleo populacional.

No que se refere à relação homem/ambiente, existia também no século XIX uma teoria médica que acreditava que o ambiente produzia miasmas, responsáveis pelo surgimento das doenças. Os miasmas seriam todas as emanações nocivas que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano, e deveriam ser combatidas pela renovação e circulação do ar. Para os que acreditavam nesta teoria, os miasmas seriam produzidos tanto pelo meio social como pelo meio físico. Nesse sentido, tudo o que estivesse parado representava um perigo iminente à saúde pública. Segundo Maria Clélia Lustosa Costa, “para combater as doenças miasmáticas, os médicos higienistas propunham a expulsão dos equipamentos insalubres, um novo recorte do espaço urbano, a reorganização do espaço doméstico e medidas de saneamento - higiene total, limpeza profunda do meio físico e social” ¹⁶⁶.

Outra teoria ganhou espaço no debate sobre a origem das epidemias: a teoria contagionista acreditava que um vírus era reproduzido no organismo humano e transmitido de um indivíduo a outro através do ar e de objetos utilizados pelo mesmo. Para evitar a propagação de doenças, os médicos acreditavam então ser necessário o isolamento dos pacientes, favorecendo o aparecimento de quarentenas, lazaretos dentre outros espaços com o mesmo fim.

Ao mesmo tempo que essas vias explicativas para as doenças eram elaboradas, havia também um interesse de pesquisar a causa social que poderia estar por trás das enfermidades. Nesse sentido, a pobreza, o excesso de trabalho, a má alimentação, a proximidade de ambientes insalubres e outros fatores socioeconômicos foram considerados de grande impacto sobre determinadas enfermidades. Quando a doença passa a ser considerada fruto tanto do meio social quanto do físico é que surge a teoria social da doença.

O que se pode perceber é que as teorias médicas dominantes na Europa também acabaram por influenciar práticas médicas em Fortaleza. Esse discurso higienista na capital cearense não se dava por mero acaso: muitos dos médicos que faziam o disciplinamento da população cearense foram formados no exterior. Baseados nessas teorias, esses profissionais da saúde fizeram um projeto de higienização da cidade, além de disciplinar o espaço. O próprio

¹⁶⁶ COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza**. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004. p. 60.

código de posturas¹⁶⁷ elaborado em meio a seca de 1877 revela a influência do discurso médico e como havia a segregação do território dominado pela peste e pela seca.

Dentre as epidemias que assolaram o Ceará no período de 1877-79, obteve destaque a varíola, vivida por Rodolfo Teófilo e retratada em “A fome”. A varíola, popularmente conhecida como bexiga, caracterizava-se por apresentar quadros clínicos graves e com alto índice de mortalidade. O período de incubação variava entre 10 e 14 dias e os primeiros sintomas eram febre alta, mal-estar, dores na cabeça e nas costas. Por volta do terceiro dia, apareciam as primeiras erupções na pele, normalmente na face, braços e pernas. Estas erupções evoluíam para pústulas, formando a chamada bexiga de canudo.

A varíola era facilmente reconhecida pelo seu caráter contagioso. Segundo Chernoviz, entendia-se por contágio a propriedade que tinham certas moléstias de se comunicarem de um a outro indivíduo pelo contato ou por intermédio do ar. Em sua conceituação sobre as bexigas, o médico ressalta que as suas causas “não são conhecidas; só se sabe que esta moléstia se comunica não só pelo contacto, pela simples aproximação, mas até pela habitação nos mesmos lugares”¹⁶⁸.

A varíola chegou a Fortaleza através de passageiros de algumas embarcações oriundas do Pará. Ao constatar que a doença já atingia 19 pessoas na cidade, o então inspetor de saúde pública, João da Rocha Moreira, determinou que os variolosos fossem “sequestrados e levados para o Lazareto da Lagoa-Funda, distante uma légua d’esta cidade”¹⁶⁹, onde já se encontravam isolados os tripulantes dos navios. Segundo Moreira, esta medida evitaria que a doença de propagasse por toda a região. Como a epidemia se espalhava pelas províncias vizinhas, o presidente da província solicitou “tubos e lâminas de lympha vaccínica” ao governo, à Europa e aos Estados Unidos, que foram enviados aos médicos comissionados para o tratamento dos migrantes¹⁷⁰.

¹⁶⁷ O primeiro Código de Postura de Fortaleza é de 1835. Posteriormente, alterações foram feitas a ele com leis complementares, e novos códigos de postura foram aprovados em 1865, 1870 e 1879.

¹⁶⁸ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessórias para uso das famílias**. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

¹⁶⁹ Relatório do inspetor de saúde pública dr. João da Rocha Moreira de 29 de maio de 1877. Anexos n. 7 a Falla com que o exmo. sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 02.07.1877. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em 05 de novembro de 2014.

¹⁷⁰ Relatório com que o exmo. sr. conselheiro João José Ferreira Aguiar passou a administração da província do Ceará ao exmo. sr. dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em 05 de novembro de 2014.

A vacinação consistia em um método de prevenção desenvolvido, em fins do século XVIII, por Edward Jenner a partir das observações feitas sobre o fenômeno de proteção contra a varíola adquirido por algumas pessoas ao entrarem em contato com uma doença similar que atacava os bovinos¹⁷¹. A percepção desse fato levou o médico a desenvolver uma série de testes experimentais em pessoas sadias, com a finalidade de reproduzir esse fenômeno. Ao apresentar bons resultados, a vacina ganhou então credibilidade como o meio mais eficaz de se evitar as bexigas.

No entanto, Chernoviz ressalta que não existia qualquer dúvida sobre a validade da vacina até o ano de 1815, quando várias pessoas vacinadas contraíram a varíola na França. Este fato colocou em cheque a qualidade da vacina e impulsionou diversas pesquisas, concluindo que o vírus injetado com a vacina perdia a sua propriedade preservativa, sendo indicada a revacinação em períodos de dez em dez anos.

No entanto, havia um fator que impedia que a vacinação ocorresse de forma esperada pelos médicos de então. No caso do Ceará, as pessoas simplesmente se negavam a ser vacinadas e tinham um olhar de desconfiança para a vacina. No dia 1º de fevereiro de 1879 é aprovada em Fortaleza a resolução nº1818, onde na primeira seção do capítulo 2 é tratado sobre o tema da vacina:

Art. 41º - Todas as pessoas, pais, tutores, curadores, amos e senhores são obrigados a levar à câmara municipal, para ali serem vaccinadas as creanças até 3 mezes de nascidas, e os adultos logo que os tenham em seu poder, salvo para uns e outros o caso de moléstia que a isso se opponha: o contraventor pagará a multa de 10.000 réis.

Art. 42º - A pessoa a quem pertencer o vaccinado, e que o não apresentar a câmara municipal no 8º dia a contar do em que foi vaccinado, pagará a multa de 6.000 réis.

Só poderá ser relevada d'esta multa, apresentando a camara attestado de ter morrido a pessoa vaccinada, ou achar-se com moléstias que a prive de comparecer.

Art. 43º - Toda a pessoa que tiver crianças ou adultos para se vaccinar, se premunirá de uma guia do inspetor de seu quarteirão, na qual declare que F... morador na rua tal, nº tal, leva para ser vaccinado F... e F... livre ou escravo, de idade...¹⁷²

Este código de postura criado em meio a seca revela a preocupação em limpar o espaço e tentar conter a varíola através da aplicação da vacina, sendo multado quem não cumprisse o

¹⁷¹ FERNANDES, Tania Maria. **Vacina antivariolica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

¹⁷² Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP) - Código de Posturas Municipal – 1º de fevereiro de 1879.

código. Ao encontrar resistência da população à vacinação, o governo recomendou às câmaras municipais da província que:

obrigassem a vacinação até sob pena de suspensão de rações, e que no caso de manifestar-se a varíola, isolassem completamente as pessoas atacadas, estabelecendo cordões sanitários e construíssem a sotavento das cidades, villas e povoações, em lugares arejados e a conveniente distância, espaçosos lazaretos, onde deveriam ser recolhidas as pessoas afecctadas.¹⁷³

O que se percebe é que os cuidados baseados nas teorias médicas não foram suficientes para barrar a epidemia de varíola que atingia as províncias vizinhas, e com tantas fronteiras, era difícil impedir a entrada da doença no Ceará. A varíola chegou pelo mar e por terra, trazida pelos retirantes fugidos de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para a cidade de Aracati e, posteriormente, para Fortaleza:

A varíola viera do Sul, pela estrada que liga Aracati a Fortaleza. Deu-se o ataque. Caíram feridos ao primeiro encontro, às dezenas, depois, às centenas, depois aos milhares; enfim, onde estava um organismo não preservado pela vacina, chegava a peste. (...)

A peste invadiu tudo, desde a palhoça dos retirantes até o palácio do presidente da província. Por toda parte ouviam-se os gemidos dos moribundos, os gritos dos loucos no delírio da febre eruptiva.¹⁷⁴

A facilidade que a peste encontra para atingir tantas pessoas no Ceará é devido a alguns fatores dentre os quais podemos citar o desequilíbrio nutritivo dos sertanejos. As carências de vitaminas somadas às péssimas condições de higiene são responsáveis por fazer milhares de vítimas no sertão cearense. Na cidade de Fortaleza, em um ano foram sepultadas mais de cinquenta mil pessoas vítimas da peste. A grande seca agravou a situação em toda região do nordeste.

Com a migração para a capital, a população ficava nas praças, debaixo das árvores, perambulando pelas ruas, além de concentradas nos abarracamentos – conhecidos por serem locais insalubres. Devido às precárias condições de higiene e ao estado de fome, a cidade foi assolada por essa fulminante epidemia de varíola. O obituário registrado para os anos de 1876 a 1879 revelam o fluxo de mortes no período:

¹⁷³ Falla com que o exmo sr. dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceara abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 1º de novembro de 1878. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em 05 de novembro de 2014.

¹⁷⁴ TEOFILO, Rodolfo. **Op. Cit.** pp. 244-245.

Tabela 3.1 – Obituário registrado na capital Fortaleza (1876 - 79)

	1876	1877	1878	1879
Janeiro	58	63	1637	2962
Fevereiro	54	65	2110	990
Março	79	55	3281	792
Abril	69	90	3889	505
Maiο	82	88	5895	369
Junho	67	89	5409	271
Julho	75	92	3655	234
Agosto	66	125	2275	166
Setembro	61	183	1358	156
Outubro	60	311	1757	111
Novembro	73	536	11665	*
Dezembro	67	*	15435	*
Total	811	1697**	57760	6556**

Fonte: **O cearense**, Fortaleza.

Interessante observar que no ano que precede à seca, o número de mortes registradas na capital cearense girava em torno dos 60-70. Este quadro começa a ser alterado a partir de 1877 com a chegada da estiagem e já em 1878 encontra-se um número de 57.760 mortes registradas, sendo que só no mês de novembro e dezembro deste ano as estatísticas se elevam para 11.665 e 15.435 respectivamente. A maior parte desses obituários revela que a causa da morte dessas pessoas em períodos ditos normais era devido a espasmo. Após a chegada da varíola na capital, o quadro de mortes é alterado, desses 15.435 mortos de dezembro de 1878, 14.386 foram enterrados no cemitério do Lazareto de Lagoa Funda e tiveram como causa da morte a varíola.

O que as estatísticas nos revelam é que esse crescimento das mortes se intensifica a partir de 1878 e principalmente com a propagação da epidemia na capital cearense. O cenário era propício para a disseminação daquele mal e uma das medidas tomadas para tentar controlar a propagação da doença foi a utilização de um discurso higienista. O presidente da província

* Não há informações para este mês.

**Os dados revelam um número aproximado, já que faltam as estatísticas para os meses de novembro e dezembro.

Caetano Estellita, utilizando-se deste discurso, ressalta o estado de insalubridade de Fortaleza, buscando prevenir a mesma das possíveis epidemias que grassavam junto às secas:

Em quanto às leis de hygiene não forem consultadas e seguidas como o elemento mais poderoso e o meio preventivo mais útil para aparar os golpes das epidemias, deixando seu foco de infecção e as causas mórbidas que concorrem para desenvolve-las não será possível contemplar um estado sanitário sempre lisongeiro e afastar os olhos de alguns desses males que tomam posição saliente na lista dos soffrimentos humanos.¹⁷⁶

O estado sanitário da província, e principalmente da capital, tornou-se alarmante, por ocasião das alterações climáticas, aglomeração populacional, alimentação deficiente de nutrientes e falta de noções higiênicas. Na época dos horrores da varíola, o Lazareto da Lagoa Funda, onde foi improvisado um precário hospital, estava com sua lotação máxima. A cidade de Fortaleza chegou a suspender suas atividades cotidianas, assustada com a quantidade de mortos e doentes, em geral retirantes que desfilavam pelas ruas. Segundo Rodolfo Teófilo, “nunca em parte alguma do mundo um morbus encontrou terreno mais apto para sua germinação e desenvolvimento”¹⁷⁷. A inserção de Teófilo no âmbito das práticas voltadas para a saúde das pessoas não era incomum, dada sua posição de farmacêutico. Em 1878, já atuando na profissão que se formara, Teófilo assiste aos males trazidos pela seca, e a chegada de uma das maiores epidemias que assolaram a Província do Ceará.

Voltando o olhar para a “A fome” para entender a manifestação da doença, o livro retrata como o ano de 1878 é marcado pelo choro e perda de milhares de pessoas que foram contaminadas com a peste: “a família cearense passou esse período coberta de pesado luto, as lágrimas correram em todos os rostos, os lamentos ouviram-se em todas as habitações, a tristeza morou em todos os lugares, a morte passou por toda parte”¹⁷⁸. A fome, embora tenha feito milhares de vítimas, não teria matado tanto quanto a peste. No entanto, o romance corrobora com a idéia de que a fome tenha causado as carências nutritivas dos sertanejos, baixando a imunidade e os deixando mais vulneráveis.

O livro de Teófilo também trabalha com dois tipos de varíola que assolaram a região: a de forma “benigna” e a “hemorrágica”. Em algumas cartas escritas para o jornal *O Cearense*,

¹⁷⁶ Relatório com que o Exmo. Sr. esembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa presidente da província do Ceará abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléia do dia 02 de julho de 1877. Typographia Pedro II, 1877. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/> Acesso em 12 de novembro de 2014.

¹⁷⁷ TEOFILO, Rodolfo. Op. cit. p.16.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 261.

alguns indivíduos do Crato relatam a propagação da doença na região, comentando sobre a existência de vários tipos da peste:

Temo-la aqui (fallando da varíola) de todas as espécies observadas n'esta capital: hemorrágica, pelle de lixa, negra, etc. etc. o que é melhormente attestado pela mortalidade, pois de 29 de março a esta data, já lá se foram uns 300 e cerca de 500 espera-se, succumbirão nestes três dias.¹⁷⁹

Além da variedade de manifestações da varíola, havia também uma preocupação com a possibilidade de casos de febre amarela. Com a existência freqüente de diversos casos, as autoridades excluía a hipótese de propagação da doença, visto que a mesma sempre foi controlada e mantinha a média de casos recorrentes:

Causara profunda sensação na corte a publicação de um telegramma de Pernambuco dando a febre amarella dando a fazer victimas n'esta capital. O Governo pelo Diario Official declarou ser inexacta uma tal noticia. Com effeito nunca foi melhor que actualmente o nosso estado sanitário. Deu-se é verdade um caso de febre amarella o mez passado, mas não era motivo para se fazer alarma, quando é sabido que uma vez por outra apparecem aqui casos esporádicos desta fatal epidemia, sendo sempre as victimas estrangeiros ou pessoas vindas do interior da província.¹⁸⁰

O que toda esta situação alarmante destaca é a resposta dada pelas autoridades oficiais. A própria construção de locais hospitalares para o atendimento dos enfermos segue uma lógica de afastamento do litoral, interiorizando cada vez mais as vítimas da peste. Sendo a varíola uma doença contagiosa, uma das primeiras medidas indicada para seu controle era o isolamento dos doentes em locais afastados do espaço urbano, como os lazaretos. A localização dos lazaretos é algo a ser questionado: “Acomodados os doentes pelo padre em quatro padiolas, Carolina fechou a casa e com Clemente acompanhou os enfermos ao lazareto Lagoa Funda, a três quilômetros a oeste de Fortaleza”.¹⁸¹

A construção dos lazaretos nunca é na capital: Lagoa Funda é fundada a três quilômetros de Fortaleza; o mesmo procedimento se deu na obra da enfermaria pública, empreendida no bairro do Outeiro, localizado longe do centro por ser um bairro paupérrimo; e a localização do cemitério de São João Batista, no bairro do Jacarecanga, situado perifericamente. Esses fatos nos

¹⁷⁹ Varíola. **O retirante**, Fortaleza, 28 de maio de 1879, p. 02.

¹⁸⁰ Estado Sanitário. **O retirante**, Fortaleza, 22 de agosto de 1879, p. 02.

¹⁸¹ TEÓFILO, Rodolfo. **Op. cit.** p.253.

apresentam a visão de que a cidade era vista como um organismo biológico, onde seus problemas sociais, econômicos e políticos eram considerados doenças a serem tratadas.

Embelezar e disciplinar, excluindo aquilo que pudesse manchar o estado de desenvolvimento almejado pela província, marca um pensamento recorrente no período. A doença, os doentes, e os casos considerados de risco, passam a ser alvos do que deve ser mantido longe, deve ser vigiado. O que a seca faz é ressaltar a falta de estrutura do Governo para realizar os serviços básicos reclamados para a manutenção da higiene pública, dentre eles os ligados ao combate à presença da varíola na cidade, tais como a vacinação, o isolamento e as desinfecções. Todo este conjunto revela o despreparo do Estado para lidar com tal questão. A manifestação da doença ainda é registrada posteriormente nos anos 1891, 1893, 1897, 1898, 1899, 1900 e 1901 até quando, por iniciativa particular, é realizada uma campanha de vacinação domiciliária empreendida por Rodolfo Teófilo, controlando a manifestação da varíola em Fortaleza.

O que se percebe é que os esforços do Governo e as práticas médicas não foram suficientes para acabar com a proliferação da varíola. Além das limitações da vacina no de 1877, ainda havia a resistência popular, que não aceitava a ideia de injetar a doença dentro do próprio corpo. Soma-se a este fator o intenso fluxo migratório entre as províncias e dentro do próprio Ceará, se dirigindo à capital Fortaleza. O barão de Studart refletia em 1909 sobre as condições de higiene na capital cearense durante a seca de 1877:

Poder-se-ia julgar ao certo o que era o Ceará de 1878 sob o ponto de vista da hygiene, das moléstias e da mortalidade? Impossível. Onde a hygiene com a pavorosa aglomeração dos que a desgraça feria? Onde a hygiene, si 300.000 emigrados se agrupavam nas cidades e villas do littoral, apinhados sob as arvores, em choças misérrimas ou em immundos abarracamentos? Que resistência poderiam offerecer as enfermidades, organismos extenuados pela fome e sede, e por todas as dores moraes? Febre de differentes typos, o beriberi, a anarzaca ceifavam os pobres retirantes; os abarracamentos se convertiam aos poucos em hospitaes; Fortaleza, o derradeiro marco na via dolorosa, era como uma necrópole, e sobre ella, e sobre todos, miseráveis e mal remediados, porquanto já não havia ricos e sim irmãos e sócios de infortúnio, vinha afinal extender seu manto de horror a varíola, a inesquecível epidemia de varíola.¹⁸²

Dessa forma, as questões ambientais norteiam as causas da peste e estão intimamente ligadas com o problema da fome. A escassez de alimento ocasionava diversas doenças no povo sertanejo, que buscava saciar a fome se utilizando do pouco recurso natural que dispunha. Assim,

¹⁸² STUDART, Guilherme. **Climatologia, epidemias e endemias no Ceará**. Revista da Academia Cearense, 1909, p. 41.

foi objetivo do presente tópico entender a relação da peste com a seca, e de que forma esses condicionantes ambientais contribuíram para a propagação da varíola.

3.4 - Os deslocamentos

Ao se tornar um assunto oficial, a seca de 1877 criou todo um aparato burocrático que permitiu a administração de seus recursos por determinados grupos políticos. Este conjunto de fatores corroborou para a diferenciação territorial entre Norte e Sul. É importante reiterar que a seca não atua somente sobre os recursos naturais, mas influencia todo um conjunto de organização socioeconômica onde estes sertanejos estavam inseridos. Embora muitos autores indiquem a seca como fator principal da “decadência” da região, Guillermo Palacios¹⁸³ acredita que as calamidades naturais em conjunto com as políticas externas contribuíram para a expropriação camponesa no final do período colonial.

Nesse sentido, as frequentes secas teriam gerado o despovoamento do sertão, por causa da migração da população em direção ao litoral. Esses homens livres pobres sobreviviam praticando uma agricultura de subsistência baseada na mandioca, no milho e alguma variedade de legumes. Com a chegada da estiagem, este cenário foi alterado e o pavor já era perceptível.

Em meio a sua viagem em direção a Amazônia, Herbert Smith visita o Ceará no período da estiagem. O viajante conta que os rumores da seca já apareceram desde fevereiro de 1877 e com o atraso das chuvas, o pavor se confirmava:

In February, vague rumors of drought began to circulate in Fortaleza. The rains about the city had been few and light; letters from the interior stated that the first plantings had been lost, and that cattle were suffering from lack of pasturage and water. There the *chuvas de caju* had not been felt at all, and there were no January rains. By the first of March, the prospect was still worse; the bishop ordered prayers in all the churches, *ad pretendam pluviam*.¹⁸⁴

O desespero já declarado ressaltava a gravidade da situação. Não parecia ser necessário aguardar a chegada da chuva já que março, abril e maio já haviam anunciado o porvir. De acordo

¹⁸³PALACIOS, Guillermo. **La agricultura campesina em el Nordeste Oriental del Brasil y las sequías de finales del siglo XVIII**. In: ACOSTA, Virginia García. *Historia y desastres em America Latina*. Vol1. México: La RedCiesas, 1996.

¹⁸⁴ SMITH, Herbert Huntington. **The Amazon and the coast**. New York: Charles Scribner's sons, 1879. p. 409.

com Smith, não havia chegado nem a meados de 1877 e já eram conhecidos casos de fome e miséria:

Already there were stories of want and hunger at Ico, Principe Imperial, twenty other interior towns ; at Telha the poor people were suffering terribly, and even famine-deaths were reported among them. Everywhere the peasants were deserting their plantations, and crowding to the larger villages in search of food. The herdsmen, hopeless of saving their cattle, began to slaughter them to secure the hides and tallow ; hence, for a time, there were deceptively large exports of these products. While the cattle slaughter lasted, there were few deaths from absolute hunger ; the poor went begging of the rich, and readily obtained bits of meat. But when the herds were gone, the peasants began to starve. From the villages there went up a great cry for food; two hundred thousand people were begging from door to door.¹⁸⁵

Segundo Smith, se passaram vários meses e os sertanejos mantinham viva a esperança de que a chuva ia cair no sertão. Enquanto a chuva não caía, a população de Icó, Fortaleza, Telha e São João Príncipe seguia sofrendo com mais intensidade as consequências daquela seca devastadora. Permanecer em sua própria terra e tentar driblar as adversidades vindas com a estiagem não parecia uma alternativa muito viável. Ainda mais quando se leva em consideração um dos fatores fundamentais para a migração: a fome.

Interessante observar que este fator desarticulador é ocasionado justamente pelo rompimento da situação ideal encontrada por esses trabalhadores livres pobres. Nesse sentido, é preciso entender o debate teórico que envolve as questões relacionadas à fome e a desestruturação desse ambiente que outrora possuía uma organização. A origem da própria palavra fome nos remete a uma situação de hierarquia e pressupõe uma sociedade de classes: derivada de *fame*, do latim, e esta de *famulus* (escravos), fâmulos, famélicos, ou o que tem fome são palavras originadas a partir deste vocábulo.

A definição de fome pelas ciências naturais é representada por uma incessante necessidade do corpo, que pela não ingestão de alimentos desencadeia a sensação de estômago vazio. Do ponto de vista biológico, devem ser consideradas a quantidade e a qualidade para se entender a necessidade do organismo. Sendo assim, a definição de fome perpassa a diferenciação entre a fome aguda e crônica. A fome aguda corresponde a uma situação onde há a necessidade urgente de alimentação. A fome crônica, por sua vez, se refere a um caso permanente onde há o

¹⁸⁵ Ibidem. p. 410-411.

acesso a alimentação diária, no entanto, as refeições feitas não proporcionam energia suficiente para o indivíduo manter suas tarefas habituais ou mesmo para a manutenção de seu organismo.

Segundo Darwin, a luta pelo alimento para a manutenção da vida é um dos principais mecanismos da seleção natural na evolução das espécies. Logo, a incapacidade de se alimentar estaria diretamente relacionada aos empecilhos naturais encontrados pelo homem. No entanto, é preciso considerar a construção da organização social para entender o desenvolvimento das forças produtivas e consequentemente o acesso à alimentação.

Dessa maneira, percebemos que a fome possui uma definição biológica que não pode ser dissociada de uma questão socioeconômica. Segundo Josué de Castro, “mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo”¹⁸⁶. Justamente está no fato de agir lentamente que a fome crônica é perigosa. Nesse sentido, a distribuição e o acesso à alimentação perpassam a questão das barreiras naturais e uma mesma população de determinado lugar pode enfrentar os obstáculos com ou sem dificuldade. Um ponto que chama atenção e deve ser considerado igualmente é a questão da subjetividade da fome. Ao trabalhar com o tema, Maria do Carmo Soares de Freitas afirma que:

Na sua experiência, o sujeito elege e seleciona, formando um conjunto de sensações que se inter-relacionam para atribuir significados ao seu corpo no mundo. A experiência perceptiva do faminto, no seu habitual, não se esgota na simplificação objetivada da sensação fisiológica da fome. Como mostro neste estudo, os sentidos são, também, outros. Pois, a automatização do cotidiano nem sempre o deixa perceber a carência alimentar crônica em seu próprio corpo, e, aparentemente, o habitual lhe basta. Assim, para se perceber, percebendo-se como um faminto, ele interpreta certas sensações do corpo, inscritas em sua história individual, como um conhecimento capaz de iluminar distintas sensações adquiridas junto aos seus semelhantes. A percepção dos sentidos da fome é expressa por sensações ou sentimentos vivenciados pelo corpo adaptado ao seu mundo ordinário. Logo, imbuído de sua tradição perceptiva, o faminto nem sempre se interroga sobre sua condição social e nem fala sobre sua fome.¹⁸⁷

Para Josué de Castro, à princípio a fome provoca apenas uma excitação nervosa, uma irritabilidade, coisa momentânea. Depois os sentidos vão se alterando e o faminto aguça a sua visão¹⁸⁸. A maneira particular que a fome se revela mostra que a experiência dos indivíduos está

¹⁸⁶ CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 46.

¹⁸⁷ FREITAS, Maria do Carmo. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. pp. 23-24.

¹⁸⁸ CASTRO, Josué. **Op. Cit.** p. 231.

sempre atrelada também a uma manifestação coletiva. Dessa forma, o fenômeno da fome será entendido aqui como fruto de uma produção sociocultural e econômica. Assim, o conceito de fome utilizado no presente trabalho segue uma linha que vai do biológico ao cultural, onde a fome é percebida a partir de uma significação cultural regida pelo plano das relações sociais.

Ao pensarmos no caso específico da seca cearense, veremos que o cenário encontrado em períodos de chuvas regulares é estável e sem muitos problemas relacionados a fome¹⁸⁹. No entanto, em época de estiagem, o sertanejo cai em um regime de subalimentação. Segundo Josué de Castro, no início a sua dieta se reduz a um pouco de milho, feijão e farinha. Com a continuidade da seca, estes alimentos desaparecem e aos sertanejos resta comer raízes, sementes e frutos de plantas resistentes ao ambiente seco. Um dos importantes fatores que causavam a seca, de acordo com Castro, era o atraso ou a diminuição na quantidade de chuvas que ocasionava uma crise alimentar no sertão. Com as secas, “desorganizava-se completamente a economia regional e instalava-se a fome”¹⁹⁰.

A fome surge então durante a seca não somente como fator de destruição da saúde física, ela é ainda um fator de degradação moral. Na luta pela sobrevivência, escrúpulos são esquecidos. No conflito interior que se trava entre os instintos da fome e o controle mental, dá-se os limites perigosos onde a personalidade do sertanejo vai se desagregando. Na desintegração do eu, barreiras morais muitas vezes são ultrapassadas, como são alguns casos de antropofagia nos períodos de estiagem.

É nesse momento de desespero que o faminto se torna um caçador, podendo chegar a perder os escrúpulos, como no caso do livro de Rodolfo Teófilo onde o faminto é ferido por Freitas para impedir o ataque a sua filha e então começa a comer seu próprio antebraço, em um ato de autofagia:

O faminto não obedecia; e continuava a roer as unhas e a comer as escamas que se desagregavam com a pele. Agora fitava o rosto de Carolina perto de si, completamente exposto e alumiado em cheio pela luz da fogueira. Percebia os tons daquela carnação, mas com o apetite de besta esfomeada. As narinas dilatam-se-lhe mais, fareja, sorve o cheiro daquela carne sadia na qual tem ímpetos de saciar a fome, de rasgá-la a dentadas. O delírio aumenta, os músculos das faces retesam-se, relaxam-se, executam enfim uma série de movimentos desordenados, de contrações espamódicas e, na esperança de mastigas as faces da

¹⁸⁹ Embora muitas vezes fome crônica se manifestasse em determinadas regiões da província, pela dificuldade deste trabalhador livre e pobre se manter em uma economia de subsistência.

¹⁹⁰ CASTRO, Josué de. **Op. Cit.** p. 103.

moça, dá um passo para ela, vacila, mas depois firma-se melhor nas pernas, que cambaleiam.¹⁹¹

Nesse trecho destacado, o que se percebe é como a fome ultrapassa os limites morais, e as pessoas famintas passam a agir como “bestas selvagens”. A consciência esquecida do faminto que percebia “os tons daquela carnação, mas como besta esfomeada”, revela o instinto animal muitas vezes falado por Teófilo quando descreve situações de fome. No processo de perda da consciência do faminto, onde somente os seus instintos são percebidos, há outro fato retratado no livro onde há um assalto a um comboio do governo com víveres, ocorrido enquanto a família Freitas, protagonistas do livro, caminhava para Fortaleza:

Todos avançavam, tendo em mira a farinha defendida pelos comboieiros. Os mais fortes vociferavam contra os freteiros; os mais fracos os seguiam também, mas de gatinhas ou de rastos, como répteis. Depois de uma marcha de minutos, uma confusão infrene, como se o delírio houvesse acometido a todos e alucinados, tornava mais revolta a onda dos famintos, que se movia sempre ao som de gritos, gemidos e prantos. Em crescente alucinação, seguiam, acotovelando-se: os que sem forças caíam, morriam pisados ou asfixiados em uma atmosfera quase sólida, quase poeira.¹⁹²

O trecho revela as condições subumanas a que estavam reduzidos os retirantes em consequência da miséria. Interessante observar de que forma a fome vai sendo retratada por um contemporâneo a seca de 1877. No entanto, é fundamental ressaltar que o fenômeno da fome, principalmente no Ceará, sempre esteve em debate entre os políticos e intelectuais da elite nacional. Para Gabaglia, por exemplo, a fome era mais devastadora que a guerra, e não deveria ser desvinculada de um problema econômico social. A causa das secas, não poderia ser julgada somente por um único fator, antes seriam diversos os motivos que ocasionavam as calamidades naturais no Ceará. Para o pesquisador era preciso que o governo tomasse muitas medidas para diminuir os efeitos da estiagem.

Nesse sentido, é interessante observar as estratégias de sobrevivência que foram utilizadas por aqueles sertanejos em meio a catástrofe. Destaque nas discussões da época, a migração foi uma das alternativas encontradas por aquela população. Percebida por Rodolfo Teófilo como um enorme problema econômico que impedia a modernização da Província, discutia-se que com o deslocamento causado pelas secas, o Ceará tinha um dos maiores

¹⁹¹ Ibidem. p. 64.

¹⁹² TEÓFILO, Rodolfo. **Op. Cit.** p. 77.

prejuízos, já que o tamanho da população era também um indicador da riqueza. O estímulo do governo à migração era visto por Teófilo como um problema grave.

De forma similar, Capanema e Gabaglia também acreditavam que a migração deveria ser solucionada. Em alguns trechos de seus relatórios, ambos os pesquisadores demonstram a preocupação com o cortejo em tempos de seca: “Aqui se tem visto o povo errar moribundo, transportando-se de um povoado para o outro... digo, do povoado natal para o túmulo que se lhe abrirá na beira-estrada pela qual busca o alimento salvador”¹⁹³.

Ao pensarmos especificamente na seca de 1877, podemos notar de que maneira a migração era percebida pelo Estado: os relatórios presidente província são peças fundamentais para se entender esse cenário político. No relatório de fevereiro de 1878, o então presidente da província revela sua preocupação com os deslocamentos desses sertanejos:

O abandono da terra natal, seja qual for o motivo que o determine, é sempre um acto doloroso para o coração humano, e por isso deve suppor-se que, somente a custa de um esforço supremo, o homem consegue romper esse laço invisível que o prende ao torrão onde, pela primeira vez vio a luz. Apesar d’este sentimento natural, apesar dos trabalhos e incertezas do futuro que acompanham quantos vão procurar abrigo em terra estranha, a emigração cearense tem continuado sem interrupção.¹⁹⁴

A migração se mostrava intensa já em 1877 e era uma preocupação constante naquele contexto político cearense. Em novembro de 1878 já havia mais de 200 mil migrantes vindos do interior e habitando a capital, carente de asseio e de organização administrativa que desse conta deste alto número de retirantes. Por este motivo, a migração chega a ser indicada pelo Estado na tentativa de conter a propagação da peste e colaborar com a limpeza urbana, vista como extremamente necessária:

Também pelo lado econômico não se recomendava a migração onde quer que o destino levasse 400 mil indigentes de ambos os sexos e de todas as edades, pela maior parte enfermos ou inválidos, elles perecem a fome, ou pezaram por muito tempo sobre o Estado.

Todavia a falta de meios para alimentar um tão crescido número de pessoas, e os interesses da ordem e da saúde pública que soffrem com as grandes aglomerações, me determinaram a facilitar a sahida para fora da província,

¹⁹³ CAPANEMA, Guilherme. **Op. cit.** p. 61.

¹⁹⁴ Relatório com que o Exc. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Exc. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca em o dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1878. p. 9.

enquanto não recebesse os auxílios solicitados do Governo ou não me fossem dadas outras ordens ou instruções.¹⁹⁵

É possível perceber que apesar de não recomendada, a migração foi incentivada em boa parte dos casos para tentar amenizar os impactos de tantos deslocamentos para a capital. No entanto, para além de se pensar por um viés de atraso econômico, a migração precisa ser considerada a partir de uma lógica regida por esses próprios indivíduos que se deslocam. É interessante observar que esse processo migratório, desencadeado pelo medo, afeta não somente a terra como a estrutura familiar desses sertanejos. De acordo com José Weyne Freitas de Souza¹⁹⁶, essa situação causa também o “esfacelamento” da organização familiar na sociedade cearense, pois conforme a seca atingia a Província do Ceará nos 1877, as famílias migravam e ficavam submetidas a uma nova chefia: os comissários de socorros.

A questão dos abarracamentos administrados por esses comissários é fundamental para entender a lógica que estava presente na migração desses cearenses. A partir de uma reorganização de domicílios é possível perceber que esses locais de destino se constituem como importante objeto de investigação. A princípio, os abarracamentos foram construídos em locais próximos à capital cearense:

Com relação aos emigrantes, que se recolhiam à Capital, regularisei os serviços necessários á sua recepção – alojamento, socorros e tratamento.

Nomeei a cidadãos prestimosos a quem incumbi especialmente da distribuição de socorros, mandando construir abarracamentos nas immediações da cidade, onde são recolhidos pelos membros das comissões domiciliárias.

Uma parte diminuta d’esses emigrantes, cedendo ao movimento migratório, que se estabeleceu para fora da província, tem se retirado para o Maranhão, Pará e Amazonas, e ultimamente para o Sul do Império, conforme resolveu o Governo Imperial.

Até o ultimo recenseamento, o número de emigrantes sahidos para norte e sul do Império orçava por 3.503, sem contar os que tem se retirado por terra, e cujo número é bastante avultado.

Para melhor direção do serviço e distribuição dos socorros devido aos emigrantes, que aqui estão permanecendo, separei-os em cinco distritos:

O 1º distrito no lugar – Meirelles – a cargo do Dr. Henrique Theberge, com uma população de 4.480 representando 747 famílias em 128 barracas feitas de madeira e palha, estando outras famílias em casinhas particulares.

O 2º distrito está confiado a direção do alferes Joaquim Nogueira de Hollanda Lima, e compreende os abarracamentos do Pajehu, Alto da Pimenta, São Luiz,

¹⁹⁵ Falla com que o ex.mo sr. dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879. p. 41.

¹⁹⁶ SOUSA, José Weyne Freitas de. **Política e seca no Ceará: Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2009.

Estrada de Mecejana e do major Thomaz, e bairro do Livramento – o qual achase dividido em dous, denominados – Alto da Pimenta e Pajehu – sendo este confiado a direção do capitão Raymundo Serafim dos Anjos Jatahy.

Todos esses abarracamentos contem uma população de 14.129 emigrantes habitando palhoças que se acham construídas.

O 3º distrito com uma população arrolada de 15.700 almas foi necessários dividi-lo em dous, denominados – abarracamento de São Sebastião e Calçamento – o 1º a cargo do capitão Antônio dos Santos Neves, e o 2º confiado ao dr. Metton de Franca Aguiar.

O 4º distrito é dirigido pelo pharmaceutico João Francisco Sampaio e demora nos lugares Tijubana e Morro do moinho, com uma população de 8.046.

O 5º distrito está confiado ao tenente Felipe de Araujo Sampaio, e denomina-se Lagoa Seca, o qual contem 116 famílias de indigentes com 576 pessoas.¹⁹⁷

Se compararmos os locais de construção desses primeiros abarracamentos com os primeiros locais atingidos pela seca, podemos perceber que os municípios de “Telha, Lavras, Tamboril, Quixeramobim, Icó, Jaguaribe-mirim, Sobral, Canindé, Cachoeira, São Bernardo, Várzea Alegre, Quixadá, São Francisco, Imperatriz, Acarape, Villa do Espirito Santo e Santa Quitéria, foram os primeiros onde a crise se accentuou”¹⁹⁸, no entanto a escolha do lugar de construção dos primeiros abarracamentos são sempre próximos à capital (embora tivessem uma distância necessária) e nem sempre contemplavam essas primeiras pessoas atingidas.

Entender então o motivo da capital ser escolhida como o local onde esses socorros são prestados é também um fator fundamental para a compreensão da migração. Ao percebemos que os abarracamentos serviram a um desejo de controle espacial e social dessa população e foram levantados em locais específicos, notamos que tinham uma ligação funcional com a cidade. A chegada dos retirantes à capital cearense acabou por alterar o cotidiano dos moradores locais. Embora Fortaleza não tenha sido atingida em um primeiro momento pela estiagem, o impacto já no primeiro ano de seca podia ser notado em suas ruas. Dentro dessas primeiras providências tomadas, a nomeação de socorros na capital foi a que obteve maior atenção:

O meu primeiro passo foi nomear comissões de socorros para as diversas localidades, organizando esses corpos collectivos, com funções próprias, de pessoas as mais prestigiosas, que servindo de intermediários entre o povo e a administração, se constituem perante ella os procuradores de seus direitos, velassem por suas necessidades e promovessem a iniciativa da caridade particular que, em crises semelhantes, occupa a linha de honra enquanto não for

¹⁹⁷ Falla com que o ex.mo sr. desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da provincia do Ceará, abriu a 2.a sessão da 23.a legislatura da respectiva Assembléa no dia 2 de julho de 1877. Fortaleza, Typ. do Pedro II, 1877. p. 37.

¹⁹⁸ Ibidem p. 39.

extincto do coração humano o sentimento generoso dessa primeira virtude christã.

Com os créditos abertos pela rubrica de socorros públicos, fiz enviar dinheiro para aquellos lugares, onde o rigor da secca mais exigia os desvellos da administração, allem dos gêneros alimentícios que se tornaram indispensáveis para esses e outros pontos da província, que via desse modo satisfeitas as suas primeiras reclamações.¹⁹⁹

Caetano Estellita criou oficinas de trabalho e iniciou diversas obras, incentivando a ocupação de corpo e mente dos migrantes. O então presidente da província acreditava na necessidade moral do trabalho com o aproveitamento de braços válidos, corrigindo "o consumo estéril que, em épocas anteriores e de igual calamidade, fez-se dos socorros públicos, colhendo-se das lições da experiência o ensino que ella ministrava, para ficarem alguns monumentos commemorativos da passagem pela província dos penosos sacrifícios feitos pelo Estado"²⁰⁰.

O cenário de 1878 é ainda mais grave e reorganizam-se os serviços na cidade. Conforme relata o presidente, quatro comissões foram criadas para atender a população: de pronto-socorro, de emigração, de socorro domiciliário e de abarracamento. Os indigentes foram divididos em quatro classes: os recém-chegados que queriam alojar-se nos abarracamentos dos subúrbios; os interessados em migrar para fora da província; os domiciliados na capital; e os abarracados no subúrbio:

Os indigentes foram divididos em quatro classes, em relação as comissões encarregadas de socorrê-los:

1° os recém chegados do interior, que quisessem alojar-se em abarracamentos do subúrbio;

2° os que quisessem emigrar para fora da província;

3° os domiciliários da capital;

4° os abarracados no subúrbio.

Foram creadas as seguintes comissões:

1° de pronto socorro, encarregada de fornecer rações aos indigentes recém chegados, que quisessem alojar-se nos abarracamentos do subúrbio;

2° da emigração, incumbida de alistar os indigentes que quisessem emigrar para fora da província, de fornecer-lhes alimentação e roupa, de facilitar-lhes o embarque;

3° de socorro domiciliário, dividida em comissão alistadora e comissão distribuidora. A primeira incumbida de remeter a presidência a relação de famílias domiciliadas, que precisarem de socorros públicos, com declaração do número que compõe e designação da casa que moram. A segunda incumbida de requisitar o necessário para o socorrimento das famílias alistadas e fazer a distribuição semanal da quantia ou qualquer outro socorro autorizado.

¹⁹⁹ Ibidem. p. 41.

²⁰⁰ Ibidem. p. 45.

4º a do abarracamento distribuída em comissão diretora e comissão distribuidora.²⁰¹

Em novembro de 1878, o novo presidente da província, José Júlio de Albuquerque Barros, apresenta um panorama desolador do Ceará, que contava então com mais de duzentos mil emigrados do interior, agrupados nas cidades e vilas do litoral. Para garantir a limpeza da capital, Albuquerque Barros relata algumas medidas que deveriam ser tomadas pelos administradores dos abarracamentos. Dentre os cuidados necessários estavam a limpeza dos alojamentos, o soterramento do lixo em distância conveniente das habitações, a garantia de que os retirantes se banhassem freqüentemente pela manhã, o fornecimento de esteiras aos que não tivessem cama ou rede, a requisição de prontos-socorros médicos para enfermos, a proibição de mendicância de grupos de indigentes pelas ruas da cidade, e a maior diligência no transporte dos cadáveres para o depósito do cemitério.

O que se percebe é que apesar do investimento nos socorros públicos na capital, é possível notar que nem sempre esses auxílios alcançavam o interior da Província. Várias as questões nos levam a tentar entender o motivo do socorro somente ser prestado no litoral ou em suas proximidades. Se o grande impacto da estiagem foi sentido primeiramente em vilas do sertão cearense, por que os socorros eram distribuídos apenas nas redondezas de Fortaleza? Alguns dos motivos foram abordados pelos presidentes da província:

A calamidade que peza sobre o Ceará é do número d'aquellas que illudem todos os cálculos da previsão humana, e muitas vezes tem produzido malles irreparáveis, antes que se manifeste claramente. E que a para da secca normal, regular, benéfica, vem a secca extraordinária, cujo princípio e termo é igualmente difícil determinar, dependendo das causas metereológicas, incertas e variáveis, podendo uma chuva de mais ou de menos originar uma outra, interromper ou prolongar o seu curso. Os danos produzidos pela secca regular, que se espera de Julho a Dezembro, podem com rasão ser imputados a imprevidências dos habitantes, e n'outra parte os lancei a conta do deffeuoso systema de criação, e de atraso da agricultura. Mas nas actuaes condições da província, não está nas forças do homem impedir que as grandes seccas, acompanhadas sempre de mortíferaas pestes, produzam os maiores estragos e soffrimentos.

Duas causas principaes concorrem para isto: a falta de depósito d'agua nos sertões e a deficiência dos meios de transporte. É sabido que depois das hordas selvagens, são os pastores ou os creadores os que mais soffrem com os effeitos de taes calamidades, o gado morre mas depois de devorar a lavoura e muitas das

²⁰¹ Falla com que o ex.mo sr. dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879. p. 47.

reservas de provisão destinadas à alimentação humana, deixando após a fome e os elementos miasmáticos que a corrupção das matérias animais desenvolve nos campos. Nos sertões da província onde a criação de gado é a principal indústria, não se pode recorrer a irrigação para obter cereais e forragens, de que as águas se conservem na superfície do solo, porque baixando um ou dois metros de profundidade, encontra uma rocha salgada que as torna imprópria para a vida animal e vegetativa. D'ahi numerosa emigração.²⁰²

Soma-se a tudo isto abordado no fragmento do relatório o fato de a dificuldade de transporte impossibilitar o abastecimento dos mercados locais. Se a presença da seca desestabiliza o regime do sertão, o litoral acaba sendo igualmente afetado pelo contingente populacional que se vê obrigado a abrigar. Ao pensar na distribuição de socorros e no constante movimento migratório dentro da Província, o então presidente José Julio de Albuquerque Barros considera o envio de auxílios para o interior:

De Março a Abril precisei prestar socorros parte em gêneros, parte em dinheiro, porque os gêneros eram insuficientes. Durante esse período eu não posso garantir que morressem algumas pessoas de inanição, porque apesar de todos os esforços empregados, alguns dos indigentes que se encaminhavam para o litoral por todas as estradas, não podiam receber os socorros necessários. Não me consta, porém, que de Maio em diante, depois que os depósitos foram abastecidos, morresse alguém de fome na Província. Além de fazer parar a corrente da migração, e de salvar a vida dos retirantes já postos a caminho e sujeitos a todos os horrores da fome, fiz as possíveis diligências para chegarem com brevidade às localidades do interior, ainda as mais remotas, os gêneros que pude obter, e lhes recomendei às comissões que lhes prestassem os auxílios precisos, garantindo-lhes a continuação dos socorros enquanto perdurasse o flagello.²⁰³

É possível notar que diante da situação calamitosa, durante o ano de 1878 o presidente retoma as atividades de auxílio para o interior que haviam sido interrompidas em razão da falta de pasto e água para os animais que transportavam alimentos. Interessa-nos aqui mencionar a origem dessas famílias a fim de entender a dinâmica migratória da Província. Ao procurar os dados referentes à migração, podemos observar o movimento de deslocamento das famílias para os abarracamentos já no ano de 1877:

²⁰² Ibidem. p. 39.

²⁰³ Ibidem. p. 45.

Tabela 3.2 – Abarracamento do 2º Distrito – Pajehu, Alto da Pimenta, São Luiz, Mecejana e Estrada do Major Thomaz - Joaquim Nogueira de Holanda Lima (1877)

Origem	Agosto (famílias)	Setembro (famílias)	Outubro (famílias)	Novembro (famílias)
Aracaty	-	-	4	
Água Verde	-	-	8	
Aquiraz	-	2	7	5
Baturité	1	5	2	6
Cauhype	-	-	3	
Cotunduba	-	3	-	
Canindé	1	1	5	14
Cocó	-	1	-	
Choró	1	2	11	5
Crato	1	1	4	
Curú	1	5	4	
Espírito Santo	-	7	5	3
Icó	6	27	13	11
Imperatriz	-	-	-	4
Inhamuns	-	3	-	
Jaguaribe	3	5	2	10
Jaguaribe mirim	-	4	-	-
Jubaia	4	6	2	-
Lavras	5	7	8	12
Limoeiro	-	2	1	4
Maria Pereira	3	-	28	14
Maranguape	4	8	4	
Pirangy	-	-	21	7
Pacatuba	-	-	4	
Paraíba	1	9	6	19
Pedra Branca	1	-	13	8

Pacoty	-	5	1	
Pereiro	5	14	34	25
Quixadá	-	-	3	3
Quixeramobim	-	2	10	13
Quixolô	-	2	-	
Rio Grande do Norte	1	11	31	17
Riacho de Sangue		3	5	5
Russas	-	-	2	2
Saboeiro	-	-	9	2
Sucatinga	-	4	11	4
São Francisco	1	14	10	7
Sobral	-	3	1	
Souré	-	-	4	
Telha	2	6	44	21
Taquara	-	-	2	

Fonte: Os dados foram coletados da seção *Emigrantes*, do jornal **O Cearense** durante os meses de agosto a dezembro de 1877. A contagem era publicada semanalmente no periódico.

Tabela 3.3 – Abarracamento do 3º Distrito – São Sebastião Antônio dos Santos Neves / Calçamento – Dr. Metton de França Allencar (1877)

Origem	Agosto (famílias)	Setembro (famílias)	Outubro (famílias)	Novembro (famílias)
Arraial	8	15	-	-
Aracaty-assu	-	10	-	-
Baturité	-	1	17	9
Cauhybe	-	-	19	21
Canindé	1	12	16	10
Crato	-	-	8	-
Curú	4	42	55	29

Espírito Santo	-	-	-	10
Icó	2	24	11	-
Imperatriz	-	1	-	-
Inhamuns		5	7	
Jaguaribe	1	9	-	4
Jubaia	-	-	3	
Lavras	-	4	3	6
Livramento	2	-	-	-
Maranguape	-	-	9	10
Pirangy	-	-	6	3
Pajussara	-	-	9	-
Paraíba	1	-	1	5
Pedra Branca	-	-	7	-
Pentecoste	-	9	-	3
Pereiro	9	32	27	15
Quixadá	5	8	5	5
Quixeramobim	2	3	6	4
Rio Grande do Norte	1	10	15	6
Riacho de Sangue	-	7	4	2
Trahiry	-	-	9	-
Santa Luzia	3	1	-	-
São Francisco	2	24	87	37
São Gonçalo	-	-	9	15
Souré	1	3	8	6
Telha	3	10	26	22

Fonte: Os dados foram coletados da seção *Emigrantes*, do jornal **O Cearense** durante os meses de agosto a dezembro de 1877. A contagem era publicada semanalmente no periódico.

**Tabela 3.4 – Abarracamento do 4º Distrito – Tijubana e Morro do Moinho - João Sampaio
(1877)**

Origem	Agosto (pessoas)	Setembro (pessoas)	Outubro (pessoas)	Novembro (famílias)
Aracaty	1	10	11	4
Aracaty-assú	--	59	5	3
Arronches	13			
Barbalha	6	--	--	--
Baturité	36	8	64	53
Boa Viagem	--	--	3	--
Brejo secco	--	3	--	--
Cajuaes	--	3	--	--
Canindé	59	29	13	25
Cascavel	29	--	--	3
Cauhype	22	39	43	7
Choró	--	6	28	7
Crato	37	7	20	12
Curú	100	145	145	47
Guayaba	6	--	--	--
Icó	68	97	45	20
Imperatriz	115	34	39	2
Inhamuns	--	1	--	--
Ipu	6	--	--	--
Jaguaribe	--	--	--	3
Jaguaribe mirim	5	12	16	--
Lavras	32	33	9	17
Maria Pereira	21	17	26	28
Maranguape	35	10	15	63
Mecejana	--	8	--	--
Mombaça	40	15	17	6

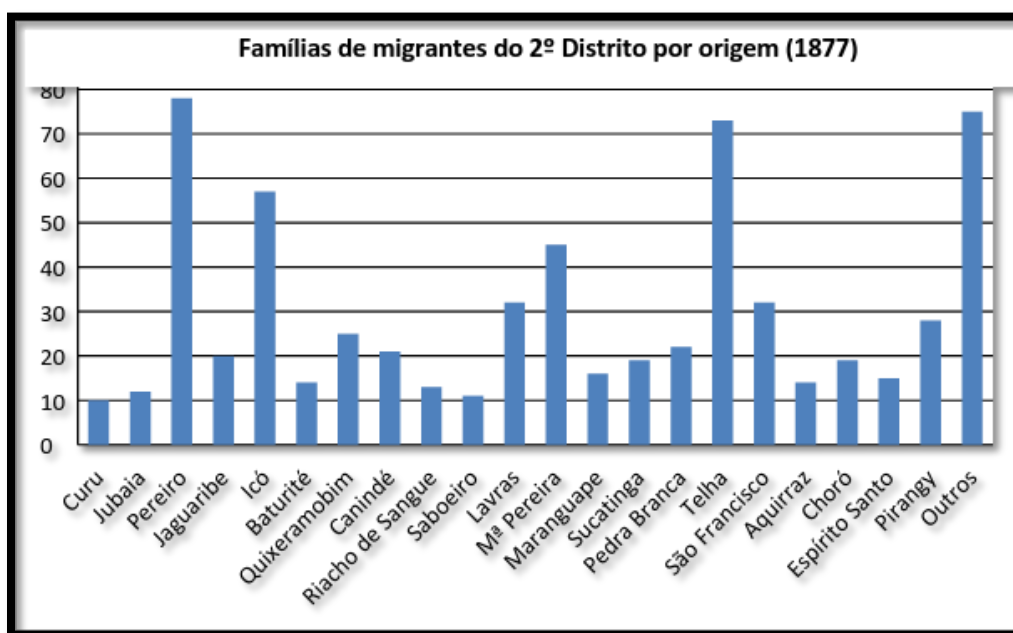
Monte mor	--	--	1	--
Pacatuba	--	7	--	5
Pacoty	--	--	27	--
Paraíba	42	33	1	4
Pedra Branca	21	--	48	10
Pentecostes	--	30	22	--
Pereiro	186	35	37	35
Quixadá	--	--	12	15
Quixeramobim	4	24	13	30
Quixolô	--	1	5	--
Rio Grande do Norte	106	25	23	35
Riacho de Sangue	12	--	20	15
São João Príncipe	6	--	--	--
Saboeiro	--	3	--	--
Sacco Orelha	17			
São Francisco	184	157	44	29
São Gonçalo	--	10	--	3
Sobral	35	4	13	1
Souré	--	3	--	--
Telha	28	21	46	44
Tucunduba	--	1	--	--

Fonte: Os dados foram coletados da seção *Emigrantes*, do jornal **O Cearense** durante os meses de agosto a dezembro de 1877. A contagem era publicada semanalmente no periódico.

Ao observarmos as tabelas podemos notar que a chegada de retirantes se dá principalmente de algumas regiões onde a seca atingia de maneira mais intensa. No caso do abarracamento do 1º distrito não obtivemos informações detalhadas da origem dessas famílias. No entanto, ao considerarmos os dados do abarracamento do 2º distrito, a cargo de Holanda Lima, percebemos que grande parte das pessoas que estão se deslocando para o litoral são

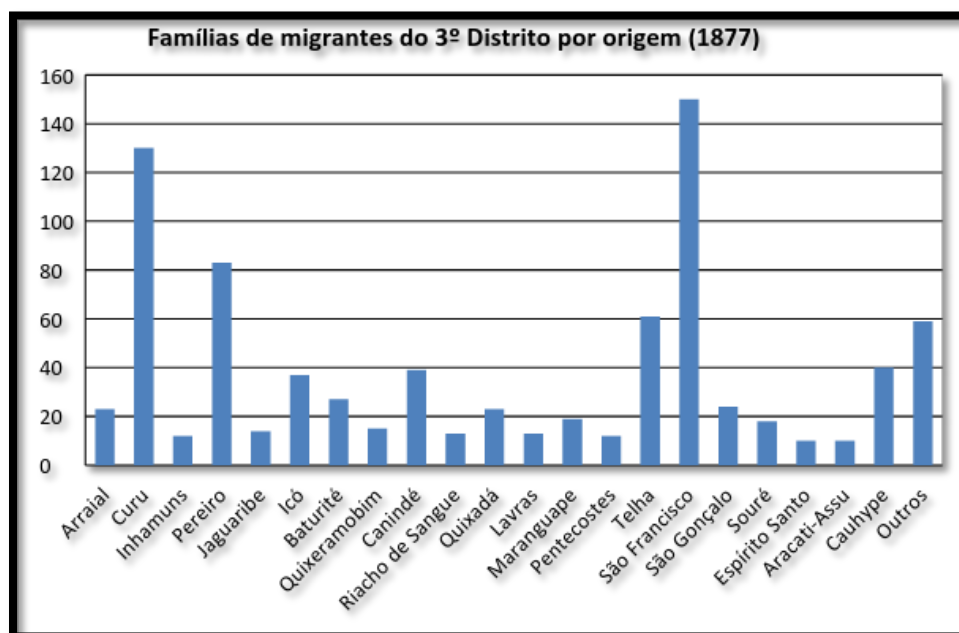
provenientes de Icó, Pereiro e Telha; no 3º e 4º distrito a maioria dessas famílias são oriundas de Curu, Pereiro e São Francisco:

Gráfico 3.1 – Famílias de migrantes do 2º Distrito por origem



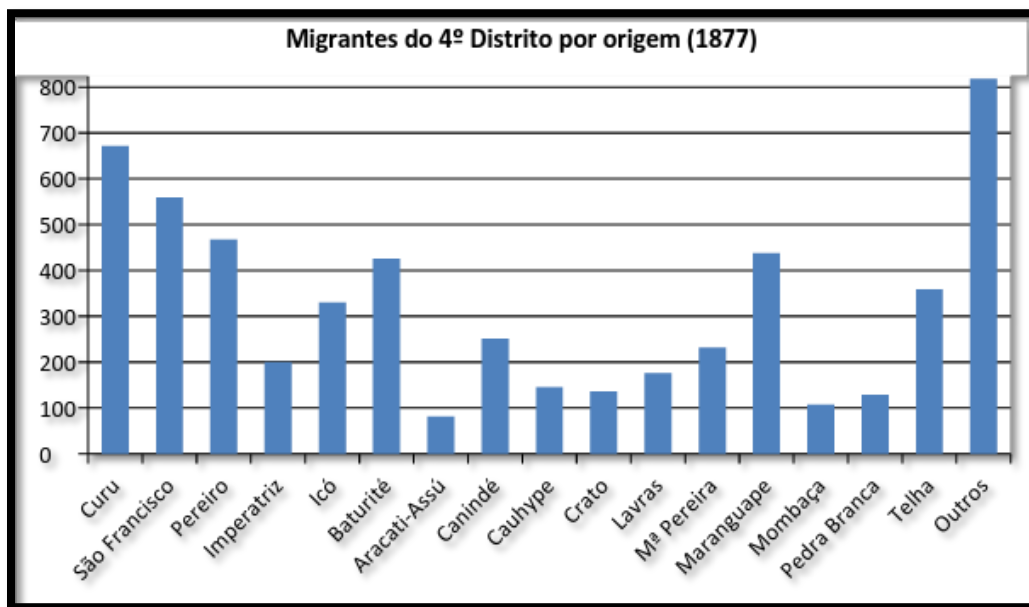
Fonte: Os dados foram coletados da seção *Emigrantes*, do jornal **O Cearense** durante os meses de agosto a dezembro de 1877. A contagem era publicada semanalmente no periódico.

Gráfico 3.2 – Famílias de migrantes do 3º Distrito por origem



Fonte: Os dados foram coletados da seção *Emigrantes*, do jornal **O Cearense** durante os meses de agosto a dezembro de 1877. A contagem era publicada semanalmente no periódico.

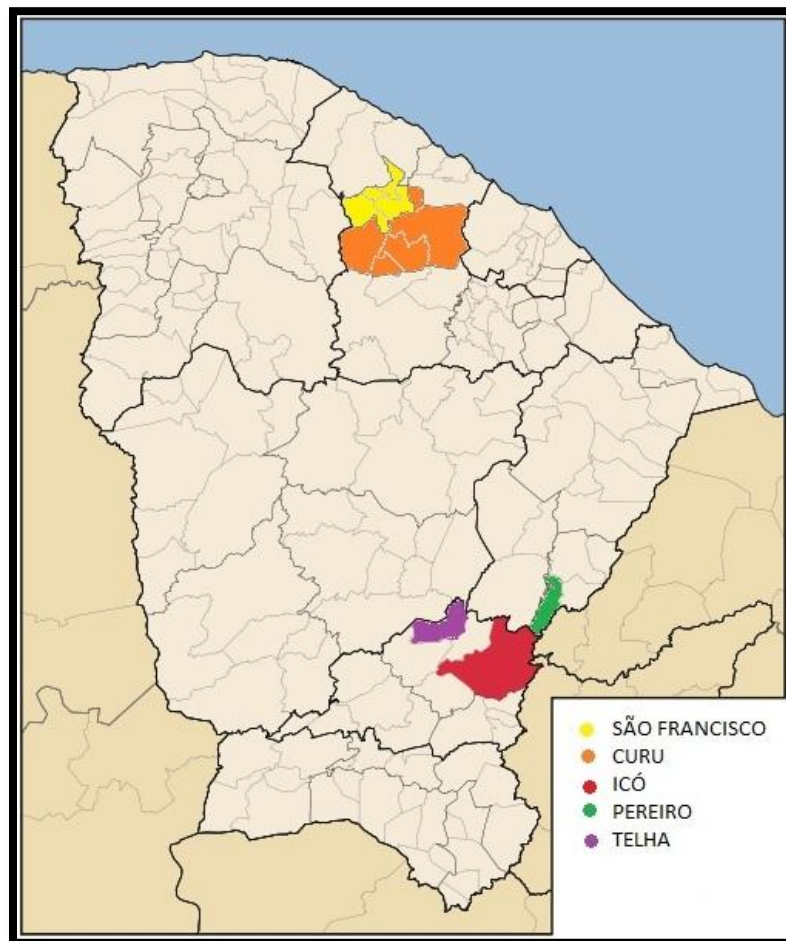
Gráfico 3.1 – Migrantes do 4º Distrito por origem



Fonte: Os dados foram coletados da seção *Emigrantes*, do jornal **O Cearense** durante os meses de agosto a dezembro de 1877. A contagem era publicada semanalmente no periódico.

Se considerarmos que as regiões afetadas estão localizadas em serras ou próximas a elas, podemos notar que a distribuição de socorros ocorria de fato somente próxima às capitais, e muito embora as serras não fossem igualmente atingidas pela estiagem, esses locais também sofreram os impactos da seca, tendo boa parte da população migrado em direção ao litoral. No mapa abaixo podemos perceber de forma aproximada os locais onde os povoados e freguesias mencionados estavam localizados no período da seca:

Mapa 3.1 – Principais regiões de onde as famílias eram oriundas



Fonte: Google Maps. As áreas coloridas foram destacadas para melhor compreensão das regiões afetadas.

As localidades de Icó, Pereiro e Telha pertenciam à Comarca de Icó e ficavam próximas a Russas, sobre os rios Jaguaribe e Salgado. A freguesia de Icó possuía todo o terreno na parte denominada sertão, tendo como limites as serras de São Cosme e São Damião, que pertenciam à freguesia de Pereiro. Segundo Thomaz Pompeu²⁰⁴, o terreno de Icó era todo de massapê, bem seco, porém fértil durante a estação chuvosa, onde se fazia a plantação nas margens dos rios e nos açudes. A principal atividade econômica era a criação de gados e em 1859 a população contava de cerca de 13 mil habitantes. Pereiro, por sua vez, tinha maior parte de seu terreno localizado nas serras de São Cosme e São Damião e Camará, fazendo um extenso vale onde corre o rio Figueredo que deságua no Jaguaribe. Era uma região própria para o cultivo de

²⁰⁴ BRASIL, Thomas Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Ed. Fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

algodão e legumes, onde grande parte do algodão enviado para exportação no Aracati era proveniente de Pereiro. Em 1859, possuía uma população de cerca de 8 mil habitantes. Telha, outra região afetada na Comarca de Icó, estava localizada sobre o rio Jaguaribe, no chamado sertão de Quixeló. Seu terreno era plano e arenoso, regado de lagoas e próprio para agricultura e criação de animais. A população da freguesia era em 1859 de cerca de 10 mil habitantes.

Curu e São Francisco, outras duas regiões de onde partiam maior parte da população de retirantes, estavam localizados na Comarca de Imperatriz, na serra de Uruburetama. Curu possuía parte de seu território no sertão e na serra, com terreno bem pedregoso e fértil, onde se plantava café, cana legumes e algodão. São Francisco também tinha seu território na serra de Uruburetama, onde se plantavam legumes, mandioca, café e algodão. O rio Curú era fundamental para a atividade agrícola da comarca e fazia a divisão natural com a freguesia da capital. A população de ambas as regiões somava aproximadamente 30 mil pessoas em 1860.

Toda a região da comarca de Icó tinha uma proveitosa área de plantação durante o período invernos, o que se torna explicável quando chega a estiagem e essa população do sertão passa a se deslocar. No entanto, quando observamos que a região da serra de Uruburetama também teve impacto no seu fluxo migratório, chegando a se deslocar mais de 300 famílias apenas no ano de 1877, nos esbarramos com um território fértil e produtivo, mesmo em tempos de calamidade. O que então haveria acontecido na região para desequilibrar a economia de uma região úmida? Embora não fosse tão farta de água como a serra de Baturité, Uruburetama possuía um grande número de riachos e alagadiços em seus limites.

Um dos fatores que pode ter contribuído para o impacto da estiagem na região da serra de Uruburetama provavelmente se refere a questão da técnica e preservação. Já em meados do século XIX, Thomaz Pompeu Brasil demonstrava preocupação com o futuro e com a preservação da mata nativa, principalmente nessa região:

A cultura do algodão, que se começou ali [serra de Uruburetama] desde o principio deste século em maior escala, fez desguarnecer as faldas da serra, descobrio as fontes mananciaes, e agora foi desaparecendo por muitas partes, e redusindo os poucos correntes que restão para mais tarde também desaparecerem de todos. O que aconteceu na Uruburetama, succedeo nas serras visinhas desta capital, Maranguape, Aratanha, Jubaia, Acarape, e Baturité; e até nos allagadiços de nossas praias.²⁰⁵

²⁰⁵ BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Compendio Elementar de Geographia Geral e especial do Brasil**. Rio de Janeiro: Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1864. p. 18.

Thomaz Pompeo de Sousa Brasil afirma que as medidas adotadas no campo da agricultura são de “perigo ao futuro de nossa bella província com o systema irracional do roteamento das matas, e incendio dos nossos campos pelo sertão”²⁰⁶. Percebe-se então que havia um debate sobre a natureza e as consequências da monocultura para a província do Ceará. O que estava sendo discutido eram diferentes noções teóricas e práticas sobre a utilização dos recursos naturais e de que maneira isso desencadearia na teoria do dessecamento, difundida por Pompeu:

Por toda parte onde o machado do agricultor, ou lenhador emprevidente tem devastado as matas, a esterelidade do terreno, a sequidão da athmosfera, o abandono, e a solidão dos campos tem substituído a antiga abundancia, riqueza, e população. E entre nós, dizia um illustre sábio em Pernanbuco, no seio deste Brasil tão novo, não será a destruição das matas pelos lavradores de algodão que devemos atribuir essas seccas terríveis, que devastão as províncias do norte?²⁰⁷

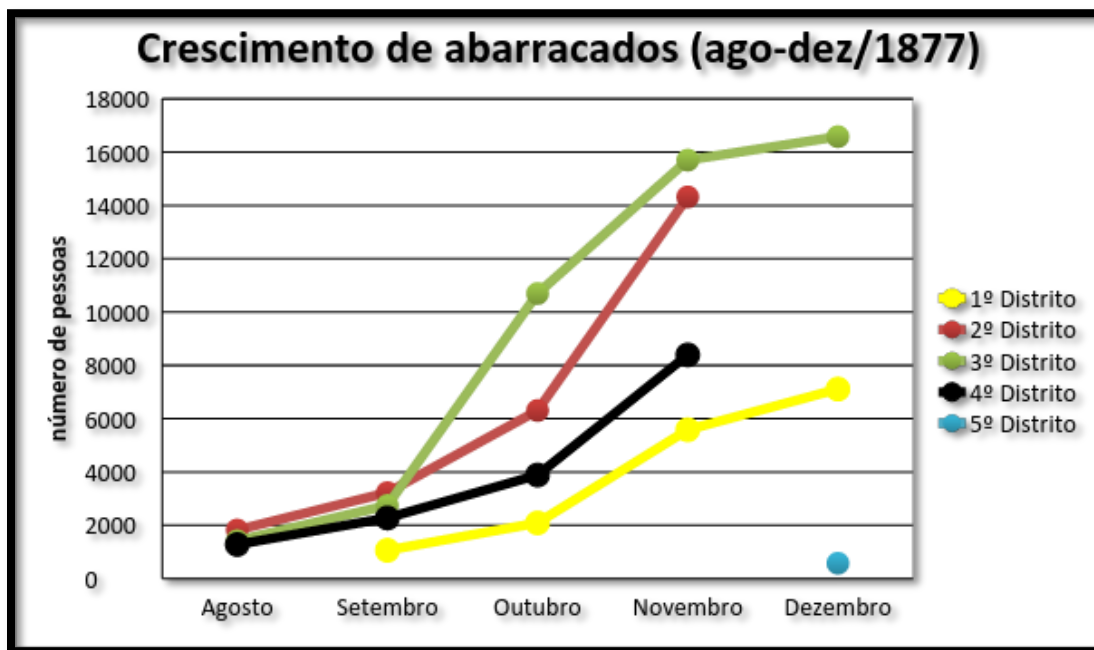
Em meados do século XIX, Pompeu de Souza Brasil já apontava os riscos e as consequências que já se fazia presentes naquele momento. Toda a ação humana sobre a natureza aparentemente já apresentava sequelas como o secamento de vários desses rios que cortavam a serra úmida de Uruburetama. Nesse sentido, o início da estiagem somada à distribuição de socorros apenas nas redondezas da capital gera uma situação de desespero e direcionamento desses retirantes.

O que se pode observar deste movimento migratório no interior da província cearense é que esse contingente populacional que se desloca para a capital está em busca de sua própria sobrevivência, procurando pelos socorros enviados pela administração pública. Ao pensarmos no crescimento dos abarracados, vemos que a migração crescia consideravelmente no ano de 1877:

²⁰⁶ Ibidem. p. 10.

²⁰⁷ Ibidem. p. 9.

Gráfico 3.2 – Crescimento de abarracados em 1877



Fonte: Os dados foram coletados da seção *Emigrantes*, do jornal **O Cearense** durante os meses de agosto a dezembro de 1877. A contagem era publicada semanalmente no periódico.

O crescimento vertiginoso ainda em 1877 revela que a partir do segundo semestre essa população já começa a se deslocar de sua terra de origem em busca do alimento. Os dados demonstram como isso ocorre de forma mais intensa a partir do mês de setembro, chegando a atingir em dezembro o número de mais de 16 mil pessoas apenas no abarracamento do 3º distrito. Somando os registros de todos os abarracados, havia mais de 40 mil retirantes na capital em dezembro de 1877. Os números em 1878 só aumentam, vide tabela:

Tabela 3.5 – Número de abarracados em novembro de 1878

Abarracamento	Número de pessoas
1º - Meirelles (José Lourenço de Castro Silva)	11.435
2º - São Luiz da Aldeota (José Cavalcanti)	10.102
3º - Pagehú (Joaquim Domingues da Silva)	5.996
4º - Boa Esperança (Marques da Silva Junior)	9.925

5° - Alto da Pimenta (Figueredo Camargo)	29.635
6° - Pacatuba (Hildebrando Pompeu)	23.759
7° - São Sebastião (Antônio dos Santos Neves)	13.800
8° - Tejubana (João Carlos da Silva Jatahy)	6.237
9° - Alto do Moinho (João Francisco Sampaio)	9.243
10° - Lagoa seca (Manoel Francisco da Silva)	2.236
11° - Jacarecanga (Joaquim Nogueira Lima)	7.039
12° - Via férrea e Engenheiros (Adolpho Herbster)	2.085

Fonte: **O cearense**, 5 de fevereiro de 1879, p. 2.

Considerando o número de óbitos do ano de 1878²⁰⁸, é possível perceber que a migração dentro da província corria de forma assustadora. O número de pessoas abarracadas chegava a mais de 130 mil, sendo os maiores contingentes localizados no 5° distrito, a cargo de Figueredo Camargo e com uma população de 29.635; e no 6° distrito, a cargo de Hildebrando Pompeu, com uma população de 23.759 indivíduos. Os quadros abaixo revelam a distribuição de óbitos por freguesia:

Tabela 3.6 - Batizados, casamentos e óbitos por freguesia (1878)

Freguesias	Batizados	Casamentos	Óbitos
Aracaty	1179	110	11568
Acaraú	616	68	1730
Arneirós	27	2	87
Acarape	332	37	1149
Aquiraz	423	31	931
Amarração	88	7	284
Assaré	110	17	2214
Areia	91	12	56
Arronches	271	25	1283
Barbalha	527	141	1294
Brejo Seco	129	12	215
Baturité	630	29	2635
Boa Viagem	37	3	46
Brejo dos Santos	140	17	219
Cococy	32	1	128
Canindé	115	11	133

²⁰⁸ Pelo registro feito na capital, o número de óbitos do ano de 1878 foi de 57.760. Desse quantitativo de abarracados, de novembro de 1878, houve grande parte de mortes causadas principalmente pela varíola.

Cachoeira	116	1	143
Crato	642	43	279
Cascavel	631	38	1128
Flores	45	6	123
Granja	234	14	1630
Ipu	425	18	1595
Icó	172	7	940
Imperatriz	477	89	907
Jardim	301	31	641
Lavras	158	4	616
Morada Nova	89	15	191
Maria Pereira	127	32	289
Milagres	125	14	2098
Maranguape	277	36	3895
Mecejana	169	13	703
Pentecoste	66	12	79
Pacatuba	741	71	388
Quixeramobim	163	2	510
Quixadá	41	2	242
Riacho de S'angue	70	7	102
Sobral	821	51	3136
Saboeiro	41	2	116
Serra de São Pedro	43	2	1281
Soure	257	10	995
São Bernardo	197	26	1376
Santa Quitéria	92	6	114
São Francisco	194	15	480
São Benedicto	1181	27	1202
Sant'anna	528	18	481
Tauhá	92	3	199
Telha	223	7	266
Trahiry	400	35	315
Tamboril	71	2	249
Várzea-Alegre	119	1	102
Villa Viçosa	633	33	97
Total:	15108	1216	50792

Fonte: **O cearense**, Fortaleza, 05 de novembro de 1879. p. 02.

Tabela 3.7 - Batizados, casamentos e óbitos por freguesia (1879)

Freguesias	Batizados	Casamentos	Óbitos
Aracaty	699	410	715
Arneirós	14	2	14
Assaré	95	24	1058
Aquiraz	212	29	178
Amarração	98	13	98

Areias	113	19	24
Aracaty-Assu	25	3	7
Acarape	675	358	526
Baturité	834	189	2404
Barbalha	286	107	1455
Brejo dos Santos	76	22	147
Brejo Seco	44	7	27
Cascavel	262	50	298
Cachoeira	120	6	92
Canindé	85	10	36
Crato	369	202	152
Flores	24	8	46
Granja	302	46	3223
Ipu	135	12	594
Imperatriz	500	72	313
Icó	117	13	202
Jardim	222	47	720
Limoeiro	209	76	70
Lavras	118	29	269
Maria Pereira	69	28	77
Maranguape	483	97	1193
Morada Nova	56	8	33
Mecejana	95	53	169
Pentecoste	73	14	27
Pereiro	143	14	75
Pacatuba	803	123	323
Palma	149	28	72
Quixeramobim	68	12	109
Riacho d'Sangue	51	13	24
Sobral	527	88	1059
Souré	252	54	550
Saboeiro	40	7	45
Serra de São Pedro	14	7	100
São José (Fortaleza)	1380	761	615
São Matheus	88	17	320
São Bernardo	126	60	102
São Bento d'Amontada	100	12	65
Sant'anna	310	47	191
São Francisco	163	25	93
Santa Quitéria	42	14	24
Tauhá	26	8	40
Telha	136	17	122
União	112	24	53
Várzea-Alegre	110	11	77
Villa Viçosa	585	56	115

Total:	11635	3351	18264
---------------	--------------	-------------	--------------

Fonte: **O cearense**, Fortaleza, 11 de abril de 1880. p. 03.

É possível notar que o maior número de mortos fora registrado nas freguesias de Aracati no ano de 1878 e em 1879 este cenário é alterado e o número de óbitos é equilibrado chegando a 3223 em Granja. Nas localidades onde a maioria dos migrantes partiam o registro de mortes é maior em Icó no ano de 1878, atingindo 940 óbitos. No ano de 1879, essas mortes diminuem nessas regiões. Um dos fatores que pode ter contribuído para a diminuição seja a própria migração para o litoral.

O local para onde essas caravanas iam sendo direcionadas também é um objeto de interesse, uma vez que as políticas públicas se voltavam para esses lugares. Quando observamos os dados estatísticos dos abarracados de 1877, podemos ver que a concentração desses retirantes se dá em dois locais principais: Pacatuba e Alto da Pimenta. Localizadas próximas à capital, essas duas regiões receberam grande parte desses migrantes:

As numerosas caravanas d'esses exilados da fome encaminharam-se ora para a serra de Ibiapaba, Meruoca, Baturité, Aratanha, Palmeira, Maranguape e valles do Cariry, em cuja frescura e amenidade do clima procuravam abrigo aos tormentos da estação, ora para as margens do littoral, onde alguns recursos naturaes acenavam-lhes a confiança, ora para aas povoações mais próximas à capital, como sejam: Pacatuba, Mecejana e Alto da Pimenta, e finalmente para dentro d'esta cidade, arrimo último e apoio supremo da população que vinham buscar.²⁰⁹

Essas pessoas que migram no sentido dos locais abordados no fragmento acima já saíam de suas terras, no entanto, com a construção dos abarracamentos elas muitas vezes são direcionadas a determinados locais. Interessante observar que há uma tentativa de direcionamento desses migrantes, muito embora se negue na maioria das vezes:

Até hoje nenhuma coação de qualquer natureza que seja foi empregada em proveito da emigração: procurei sempre respeitar e fazer respeitar as deliberações de todos quanto a escolha dos lugares para sua nova residência, e n'este sentido proporcionei aos que se deliberaram a deixar a sua terra natal, as facilidades que estiveram ao meu alcance.²¹⁰

²⁰⁹ Relatório com que o Exc. Sr. Dezbargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Exc. Sr. Conselheiro João José Ferreira D'aguiar em o dia 23 de novembro de 1877. Fortaleza: Typ. Do Pedro II, 1877. p. 20.

²¹⁰ Falla com que o ex.mo sr. dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879. p. 40.

Se pensarmos no próprio processo de distribuição de alimentos, onde o socorro não alcançava as populações do interior do estado, percebemos que a população era muitas vezes incentivada a sair da província. O grande número dos que se deslocavam tornava a migração uma questão delicada na política oficial de controle sobre as secas. Por um lado, alegava-se que não havia efetivamente condições objetivas para manter tantos milhares de miseráveis durante muitos meses com a assistência do governo e, assim, a emigração se tornava praticamente inevitável. Por outro lado, a saída em massa de tantos sertanejos gerava o problema da falta de braços para que, no tempo das chuvas, a economia local pudesse contar com trabalhadores para retomar seu ritmo de crescimento. Por este motivo logo após o fim da seca houve o incentivo de retorno por parte do governo:

É facto recente que ainda está na memória de todos a emigração em larga escala dos cearenses que, no período da secca, foram pedir a hospitalidade de outras províncias os meios de subsistência que lhes recusava o torrão natal, tão abatido por aquele terrível flagello.

Compenetrada da causa que motivara esse abandono do lar, a assembléa provincial dotou o orçamento vigente com o crédito de vinte contos de réis para ser despendido com passagens d'aquelles que sendo pobres quizessem regressar a província.²¹¹

Cabe ressaltar aqui que embora houvesse a tentativa de direcionamento, inclusive posteriormente sobre o retorno desses retirantes, a migração em si e o permanecer em sua própria terra tornou-se um importante meio encontrado pela população de se mostrar como agente histórico. O ato de migrar temporariamente para a capital demonstrava o quão transitória aquela situação deveria ser para o retirante.

As marcas do deslocamento, da seca, das mortes e de todo desespero vivido permaneceu vivo na memória deste migrante. Esse sentimento é tão presente que parecia ser atemporal: as lembranças e casos vividos pelos antepassados logo se manifestam na experiência ambiental deste sertanejo. A seca de 1877 e toda tentativa de angariar recursos ajudou a gerar o desespero no sertão. Ao fazer essa diáspora durante a seca de 1877, este sertanejo luta por sua sobrevivência. Migrar significava também criar meios de driblar políticas de direcionamento da

²¹¹ Falla com que o exm. sr. coronel Antonio Theodorico da Costa, 1.º vice-presidente, abriu no dia 28 de novembro de 1882 a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará; e relatório com que o mesmo exm. sr. dr. passou a administração da província ao exm. sr. dr. Domingos Antonio Raiol, no dia 12 de dezembro de 1882. Fortaleza, Typ. do Cearense, 1882. p. 20.

população para destinos indesejados. O permanecer na província revela o projeto de transitoriedade que estava presente no imaginário daquele sertanejo, onde em sua maioria visava o retorno após o fim da estiagem. Durante sua viagem ao Ceará, Herbert Smith relata um pouco deste processo migratório:

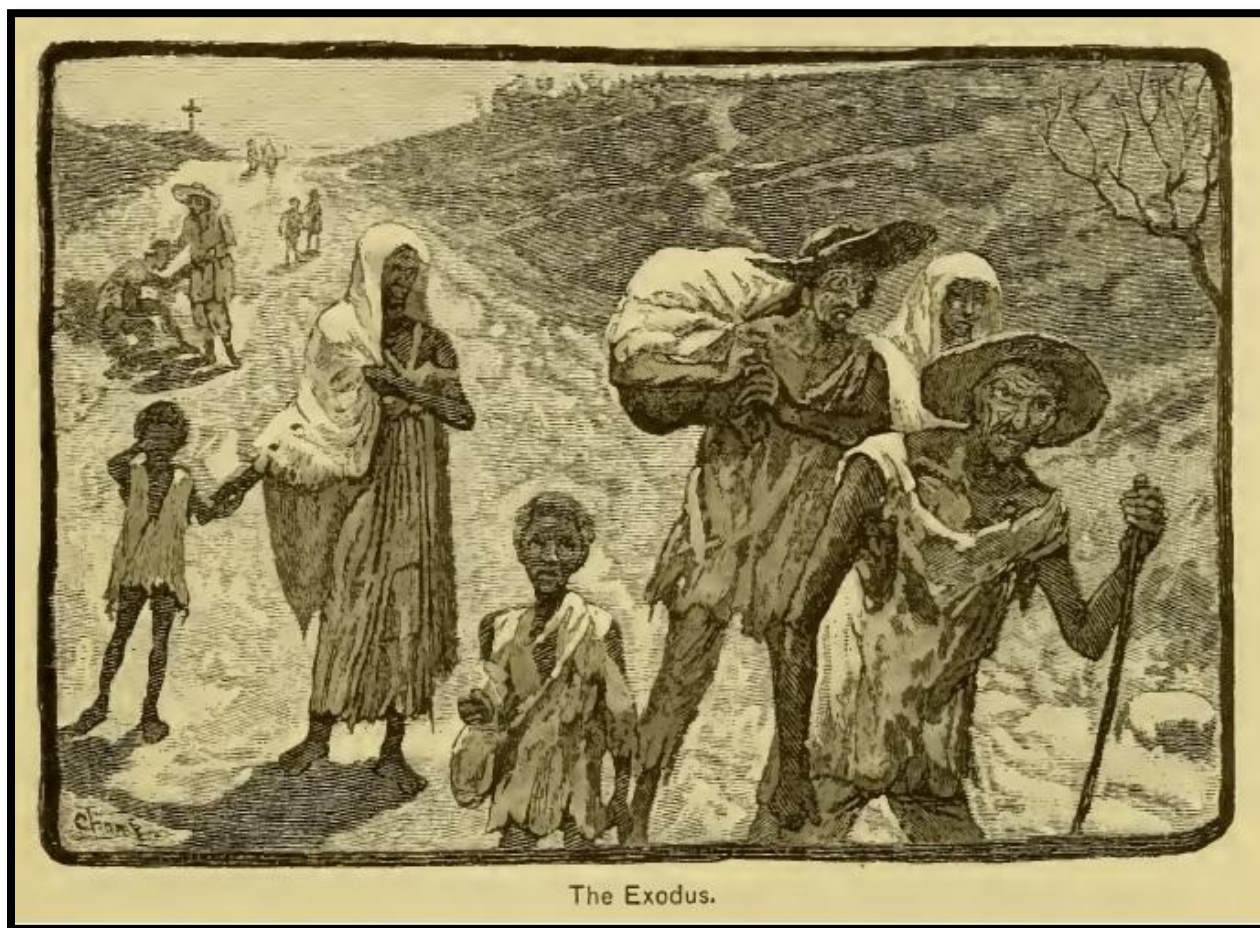
The open country was generally abandoned; nearly the whole population was gathered about the villages, and the plains were left, black and desolate. A large proportion of the cattle had perished ; the plantations were withered except on a few fertile hill-sides, as at Baturite, where running water still came down from the springs. Between the interior towns and the coast there was a band of almost impassable wilderness, where the ground was utterly dry, where not so much as a blade of green grass appeared, where the river-beds were strips of heated sand and clay, yielding no water, even by the usual method of digging holes to the subsoil. At Ico and Telha, the death-rate, from starvation alone, was more than a score each day.

(...)No food left in the villages; no hope for the starving peasants. Then, as by one impulse, a wild panic caught them. Four hundred thousand, they deserted the sertao and rushed down to the coast. Oh ! it was terrible, that mad flight. Over all the roads there came streams of fugitives, men and women and little children, naked, lean, famine-weak, dragging wearily across the plains, staining the rocky mountain-paths with their bleeding feet, begging praying at every house for a morsel of food. They were famished when they started. Two, three, four days at times, they held their way; then the children lagged behind in weakness, calling vainly to their panic-wild fathers ; then men and women sank and died on the stones. I have talked with men who came from the interior with the great exodus; they tell stories of suffering to wring one's heart; they tell of skeleton corpses unburied by the road-side, for a hundred thousand dead * were left by the way. If you ride to-day through the sertao you will see, in many places, a wooden cross by the road-side, marking the spot where some poor wretch expired. So let them rest. Poor peasants they were, ignorant and coarse and filthy ; but they are canonized now, with the glory of great suffering. By the first of April, the interior of the province was almost deserted; but now the scene of suffering was transferred to the coast.²¹²

Smith ressalta em suas observações a maneira como a seca atingiu em cheio diversas regiões do interior da província. O viajante chama atenção inclusive para duas das regiões – Icó e Telha – abordadas anteriormente no capítulo, das quais centenas de pessoas migraram em direção à capital. O fluxo de famílias marchando em busca do alimento era um cenário desolador, ainda mais quando se considera a quantidade de retirantes que sequer conseguiam alcançar seus destinos. Smith é bem enfático ao tratar da transferência do sofrimento do interior para o litoral, inclusive ao representar o êxodo:

²¹² SMITH, Herbert. **Op. Cit.** pp. 414-415.

Imagem 3.3 – O êxodo



Fonte: SMITH, Hebert. **The Amazon and the coast**. New York: Charles Scribner's son, 1879. p. 415.

Interpretar as rotas migratórias como experiências significativas é um passo importante para se compreender as circunstâncias de inserção de sertanejos e outros migrantes que vivenciaram a seca de 1877. Ao lidar com incontáveis circunstâncias adversas, quando se viam na obrigação de traçar estratégias para garantir a sobrevivência, os migrantes das secas construíam laços de solidariedade antes mesmo de empregarem-se nas obras de socorros públicos. Por onde passavam, esses migrantes de diferentes procedências e variadas trajetórias encontravam-se em certos pontos de aglomeração como vilas e cidades, portos e navios, canteiros de obras, que se constituíam em verdadeiras zonas de contato. A migração é percebida como uma tentativa de driblar diversas políticas públicas de direcionamento dessas populações. Em uma pluralidade de projetos migratórios, o sujeito que vinha de Telha, Icó, São Francisco, Curu, Pereiro, dentre outras localidades buscavam muitas vezes fugir não apenas da seca, mas do

controle das autoridades. Desse contato de indivíduos heterogêneos, semelhantes alianças apontavam para uma das principais estratégias de sobrevivência adotada: a migração para a capital com a possibilidade de um retorno próximo e a luta por condições de sobrevivência.

Considerações Finais:

“As árvores tinham o aspecto dos indivíduos de climas frios no rigor do inverno. Nem uma folha viva, nem um gomo, uma bráctea! O panasco desfeito em pó, era levantado pelo vento e em nuvens espessas atufava-se na mata. As hastes sarmentosas das parasitas, quebradas as gavinhas, estendidas, desenrolavam as espirais na terra quente, como serpentes, que fossem lançadas no rescaldo de um forno. Nem um inseto se aquecia ao sol nascente. A vida animal desaparecera; só os ínfimos seres habitavam sadios e vigorosos aqueles lugares desolados.”

Rodolfo Teófilo

18 de março de 1877. Véspera do dia de São José. O céu se revelava limpo e carregado de estrelas. A esperança do cearense permanecia viva muito embora o luar já anunciasse a chegada do sol. Na aurora seguinte, o aparecimento do sol, o “globo de fogo”, evidenciava a sentença de morte para tantos sertanejos ²¹³. A expectativa de um sinal vindo dos céus revela como a esperança da chegada da chuva no sertão estava relacionada à fé que era depositada em São José. Como disse Levi Strauss, “cada cultura constitui em traços distintivos alguns aspectos do seu meio ambiente natural” ²¹⁴. Dessa forma, o caso do dia de São José no Ceará é marcado por uma característica nascida na experiência ambiental, onde os sertanejos baseados na fé, aguardavam ansiosos uma resposta dos céus para decidir o que seria de suas vidas:

O dia 19 de março, o dia fatal, trouxe-lhes o desengano cruel. O equinócio de março acabou de desiludi-los! A limpidez do espaço não toldou uma nuvem de chuva! Quanta esperança malograda! Quanta desilusão! Mais um ano de provações e dores, a comer o pão da esmola que degrada e alvita! ²¹⁵

A paisagem modificada pela seca desfaz os sonhos de um local de tranquilidade e beleza, para surgir a miséria, o caos, a multidão. Essa forma dicotômica, que de um lado vê o sertão sem seca como repleto de estabilidade e felicidade e de outro vê um sertão assolado pela seca como o

²¹³ TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

²¹⁴ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História. Raça e Ciência I**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1970. p. 63.

²¹⁵ TEÓFILO, Rodolfo. **Op. Cit.** p. 262.

espaço da miséria, esconde mais do que deixa transparecer a realidade do sertão cearense. O que seria então este lugar de beleza e caos?

Historicamente, as secas prolongadas típicas do semi árido do Nordeste brasileiro acompanharam a trajetória das gerações de homens e mulheres que habitaram este espaço e que desenvolveram características múltiplas para assegurar a sua sobrevivência em meio a essas especificidades climáticas. O objetivo desta pesquisa foi perceber as características ambientais e os deslocamentos no interior da Província cearense durante uma seca que marcou toda a região nordeste no século XIX.

A fim de entender a situação em que estes retirantes se encontravam, diversas questões foram pensadas: qual era a situação socioeconômica deste sertanejo fora de uma seca? Quem era este indivíduo que migrava? Em que momento foram construídos os abarracamentos da seca de 1877? Em que locais foram construídos? Para onde as famílias se direcionavam e quais eram seus locais de origem? Por que a capital foi escolhida como destino destes migrantes e como era a vida deste sertanejo quando a situação ideal é rompida.

Dentre algumas estratégias adotadas para driblar a fome durante a retirada, alguns recursos naturais como a goma da carnaubeira ou a fécula da mucunã foram utilizados. A carnaubeira era conhecida no sertão do Ceará como “boi vegetal”. Esta fama foi concedida a árvore pelo fato dela ser aproveitada desde as suas raízes até o pó das folhas. A mucunã, por sua vez, era conhecida como maior assassina da Província. É uma leguminosa de alto valor nutritivo, que considerando sua extraordinária resistência aos períodos de seca em diversos momentos foi indicado o plantio no sertão como um valioso recurso de combate à fome nos períodos de calamidade ²¹⁶. No entanto, é um alimento altamente tóxico, quando preparado de qualquer forma e sem retirar dele o veneno, pode deixar sequelas como a cegueira.

A importância da mucunã na seca de 1877 é narrada em alguns fragmentos da obra de Rodolfo Teófilo. O autor chega a ensinar o preparo da raiz para retirar o veneno que ela possui. Para o seu preparo, é necessário retirar o que envolve as sementes, para depois de cozidas, a sua massa ser passada em nove águas, somente então pode ser espremida e levada ao fogo para torrar. Somente após realizado este processo, a mucunã pode ser consumida.

Ao nos depararmos com tantas formas encontradas para garantir sua sobrevivência, foi preciso considerar de que maneira a sociedade reagiu a este histórico de seca. Para demonstrar,

²¹⁶ CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 206.

ao longo deste transcurso, como as secas deixaram de ser consideradas como um fenômeno natural e passaram a ser associadas a todos os tipos e possibilidades de problemas socioeconômicos do Nordeste brasileiro, foi objetivo do trabalho aqui proposto entender as causas da fome muito mais ligadas ao arcabouço social do que aos fenômenos naturais. Se nem todo Nordeste é seco, a seca também não é tudo e não atinge a região de maneira uniforme, mesmo nas áreas mais sofridas como o sertão. Caso o Ceará tivesse estratégias para lidar com a questão das secas, encontraria meios para resistir aos episódios do fenômeno sem que sua vida econômica fosse ameaçada. Dessa forma, a luta contra a fome no Nordeste e, principalmente no Ceará, poderia ser considerada como uma luta contra as políticas públicas da região, onde foi criado um discurso da seca e as autoridades locais se aproveitam para angariar recursos e desviar verbas.

Ao pensar especificamente na questão migratória, é interessante recorrer a Eric Hobsbawm quando o autor nos fala em *A Era do capital* que o século XIX foi caracterizado por uma “gigantesca máquina para desenraizar os homens do campo” ²¹⁷. Redes ferroviárias e a navegação à vapor foram as grandes responsáveis por permitir com que um número considerável de pessoas das classes populares pudesse empreender viagens de curtas ou longas extensões com relativa facilidade e por preços mais ou menos acessíveis. Ao perceber que a maioria dessas classes populares no século XIX era de origem rural, considera-se que grande parte destes migrantes se deslocava para áreas mais urbanas.

A migração de uma maneira geral seguia essa regra do deslocamento do interior para a capital, mas e o caso cearense? Entendendo aqui o deslocamento de 1877 igualmente como um processo de desenraizar, é preciso considerar que migrar não significa abandonar as antigas referências culturais. Em todo momento, busquei reconstituir as rotas migratórias destes indivíduos do interior, considerando o ponto de partida ou chegada dos mesmos. Em termos gerais, continuar fixo no sertão, para o sertanejo livre e pobre, significava muitas vezes se submeter às exigências de trabalhar em terra emprestada, sob o sistema de parceria. O que se percebe muitas vezes durante a seca é a interdição de seu tradicional meio de produção, que é a terra, e, conseqüentemente, o crescimento da relação de dependência entre os sertanejos que sobreviviam do sistema de parceria. Nesse sentido, a migração se constituiu muitas vezes como

²¹⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. p. 271.

uma maneira de escapar da opressão momentânea ou como uma forma de ruptura do equilíbrio tradicional de tensões do interior.

Partir ou não partir, embarcar ou permanecer na província, ir para o sul ou para o norte do país, retornar ou não, eram escolhas que dependiam também de pressões externas. É preciso considerar a conjuntura política da seca. Incentivar a saída deste migrante para fora da província seria perder mão-de-obra. Considerando as disputas oligárquicas do Norte x Sul, nota-se que em muitos casos era preferível que o trabalhador morresse em sua terra do que perdê-lo para o Sul. As elites políticas cearenses precisavam agir para se manterem nas disputas locais, como nos embates nacionais entre as elites do Norte e do Sul. Nesse jogo de disputas a seca emerge como um meio de angariar recursos e modernizar para a competição com o Sul.

Interpretar as rotas migratórias é um passo importante para se compreender a multiplicidade de estratégias que se encontravam nos caminhos e na capital. Essa diversidade de projetos se encontravam ali, nos caminhos do sertão e na chegada aos abarracamentos. O fluxo migratório foi percebido aqui como uma maneira encontrada pelos próprios agentes para garantir sua sobrevivência a partir das alternativas encontradas. E talvez a ideia que melhor descreva a situação catastrófica da seca resida no fato de que o deslocamento sempre foi visto como algo temporário. A provisoriedade da situação, justificada através da força de trabalho, alimentava a perspectiva do fim. Tanto para o migrante quanto para a sociedade que o acolheu, eram mantidos por todas essas ilusões e conseqüentemente, havia uma conformação da tensão social. Dessa forma, a previsão de preenchimento do espaço de ausência desses migrantes no interior da província era muito mais convincente mantendo aqueles indivíduos dentro do Ceará.

Referências Bibliográficas:

I – Fontes:

Fontes primárias impressas:

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALVES, Joaquim. **História das secas Séc. XIX e XX**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

BRASIL, Thomas Pompeo de Sousa. **Memória sobre o clima e secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

_____. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997a.

_____. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará (1859)**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997b.

CAPANEMA, Guilherme S. de. **Apontamentos sobre secas do Ceará**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

_____. **A seca do Norte**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

CAVALCANTI, José Pompeu de A.. **Chorographia da Província do Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

FREIRE ALEMÃO, Francisco. **Diário de viagem: Fortaleza – Crato, 1859**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

GABAGLIA, Giácomo Raja. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

_____. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Casa José Alencar Programa Editorial, 2000.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Vol.1. Tradução: Luis Câmara Cascudo. 12ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC 2003.

MELO, Veríssimo de (Org.). **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo**. Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

POMPEU, Antônio. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

SMITH, Herbert Huntington. **Brazil: the Amazon and the Coast**. Nova York: C. Scribner's, 1879.

SOBRINHO, Tomaz Pompeu. **História das Secas (Século XX)**. 2a ed. Coleção Mossoroense, vol. CCXXVI, 1982.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil**. São Paulo : Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense**. v. 1, 2 e 3. _____ . **Climatologia, epidemias e endemias no Ceará**. Revista da Academia Cearense, 1909.

TEÓFILO, Rodolfo. **História da Seca no Ceará, 1877-1880**. Fortaleza: Tipografia do Libertador, 1883.

_____. **A fome: cenas da seca do Ceará**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

THEBERGE. Pedro. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Edição fac-sim (1895). – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

Jornais:

Secca. **O cearense**, Ceará, 10 de junho de 1877, p. 2.

Horrores da fome. **O cearense**, Ceará, 22 de novembro de 1877, p.3.

Horrores da fome. **O cearense**, Ceará, 20 de dezembro de 1877, p. 3.

A situação do Ceará. **O cearense**, Ceará, 2 de dezembro de 1877, p. 2.

Emigração. **O cearense**, Ceará, 23 de dezembro de 1877, p. 3.

Horrores da seca. **O retirante**, Fortaleza, 24 de outubro de 1877, p. 2.

Horrores da seca. **O retirante**, Fortaleza, 01 de janeiro de 1878, p. 03.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1877, p. 1.

Trabalho e não esmola. **O cearense**, Ceará, 7 de junho de 1877, p. 1.

Varíola. **O retirante**, Fortaleza, 28 de maio de 1879, p. 02.

O cearense, Fortaleza, 11 de abril de 1880. p. 03.

O cearense, Fortaleza, 05 de novembro de 1879. p. 02.

Estado Sanitário. **O retirante**, Fortaleza, 22 de agosto de 1879, p. 02.

Fontes de caráter oficial:

Falla com que o Excelentíssimo Sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva assembléia no dia 2 de julho de 1877. Fortaleza: Typographia do Pedro II, 1877.

Falla com que o ex.mo sr. dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879.

Relatório com que o Excm. Sr. João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Excm. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca 3º vice presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1878.

Relatório do inspector de saúde pública dr. João da Rocha Moreira de 29 de maio de 1877. Anexos n. 7 a Falla com que o exmo. sr. Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, presidente da província do Ceará abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléia no dia 02.07.1877.

Relatório com que o exmo. sr. conselheiro João José Ferreira Aguiar passou a administração da província do Ceará ao exmo. sr. dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em 05 de novembro de 2014.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Artigo 179, n° 4.

BRASIL, Ministério da Justiça (Paulino José Soares de Sousa). **Relatório da repartição dos Negocios da Justiça do ano de 1840 apresentado a Assembleia Legislativa na sessão ordinaria de 1841**. (publicado em 1841).

Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP) - Código de Posturas Municipal – 1° de fevereiro de 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. esembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa presidente da província do Ceará abriu a 2ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléia do dia 02 de julho de 1877. Typographia Pedro II, 1877.

Falla com que o exmo sr. dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceara abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial no dia 1º de novembro de 1878.

II – Bibliografia teórico-metodológica:

AB´SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil – Potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 9.

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

ALMEIDA, José Américo. **A bagaceira**. São Paulo: Editora José Olympio, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARHEM, Kaj. **EcosofiaMakuna**. In: La Selva Humanizada. Ecologia Alternativa enel Trópico Húmedo Colombiano. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropologia, 1990. pp. 105-122.

AVELLAR JÚNIOR. **A política de combate a seca no Nordeste: uma ideologia para o Planejamento regional**. 1994. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difel, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BROOKS, Nick apud CLARO, Carolina Batista. **Refugiados ambientais: mudanças climáticas, migrações internacionais e governança global**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável, UNB, 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2006.

CANDIDO, Antonio. **As formas de solidariedade**. In: Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

_____. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6 ed. Vol 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. In: ZICARDI, Alicia (Comp.). Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, vol. 4, n° 8, pp. 177-97.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**. Lima: Programa Democracia y Transformación Global / Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Migração e desterritorialização**. In: PÓVOA NETO, H. & FERREIRA, A.P. (org). *Cruzando fronteiras disciplinares, Um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

FLORESCANO, Enrique. **Breve Historia de la sequía en Mexico**. Mexico: Editora Conaculta, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 92.

FRIDMAN, Fania. **Cartografia fluminense no Brasil Imperial**. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. *Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e poder*. Paraty, RJ, 2010.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **Meninos de Engenho. Tradições e dramas familiares feitos símbolo da brasilidade**. *Revista Antropolítica, Revista do Departamento de Antropologia da UFF, Niterói, n.30, pp.21-47, 2011.*

HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico**. São Paulo: Ática, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro-Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. 1984. In: *Enciclopédia Einaudi: memória – história*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____. **O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. **As Doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **O clima: a história da chuva e do bom tempo**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes Ltda., 1991.

LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **A questão da agricultura de subsistência**. In: _____, *História da Agricultura Brasileira: combate e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História Agrária e Região**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1995.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, [1960] 1999.

MELO, Beatriz. **Migração, memória e territorialidade.** *O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista.* Proposta para discussão no IV Encontro Nacional das migrações, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural.** *Politéia: historia e sociologia.* Vitória da Conquista, v. 3, n.1, 2003.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **A dimensão atlântica da empresa comercial do charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783).** In: *Anais do I Encontro Nordestino de História Colonial: Territorialidades, Poder e Identidades na América Portuguesa – séculos XVI a XVIII.* Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006;

_____. **A Construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais.** In: *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861).* Compilação das Leis Provinciais do Ceara – compreendendo os annos e 1835 a 1861 pelo Dr. Jose Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. Ed. fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **História & literatura: uma velha-nova história.** In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 28 enero 2006, consultado el 12 julio 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Uma categoria rural esquecida.** *Revista Brasiliense* (São Paulo), n.45, 1963.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SALIM, Celso Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica.** In: *VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS.* Campinas: Abep. 3, p.119-144, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração. Ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria (ou um planetário de erros).** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo.** Ed. Unesp: São Paulo, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio.** *Mana*, 1996.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Trad. José Augusto Drummond. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n8, p.177-197, 1991.

VELHO, Otávio. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro**. América Latina (Rio de Janeiro), v.12, n.1, 1969.

ZILLY, Berthold. **Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha**. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 1999, n. 12.

III – Obras gerais sobre o tema:

AB'SABER, Aziz Nacib. **Floram Nordeste seco**. Revista Estudos Avançados. Ano 4, Volume 9. São Paulo, 1990.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino (1877 – 1922)**. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1988.

_____. **O Engenho Anti Moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. Tese de doutorado em História, Campinas, 1994.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995.

ARAÚJO, Ana Maria. **O êxodo dos trabalhadores rurais para cidades à luz de Lefebvre**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Josué de Castro. **Homens e Caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Viver e morrer: Uma análise sobre a configuração sócio familiar na freguesia de Limoeiro – CE (1870 – 1880)**. Dissertação de mestrado, UFC, 2009.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessórias para uso das famílias**. Paris: A. Roger & F.Chernoviz, 1890.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza**. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. 11(1): 57-74, jan.-abr. 2004. p. 60.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1954.

DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. In: ZICARDI, Alicia (Comp.). *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

FERNANDES, Tania Maria. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Editora Global, 2004.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará**. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As Milícias D'El Rei: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. IPCC Third Assessment Report: Climate Change 2001. Glossary of Terms used in the IPCC Third Assessment Report. Geneva: IPCC, 2001.

LUSTOSA, Jacqueline Pires. **A pecuária, o algodão e a desertificação nos sertões do médio Jaguaribe – CE**. Fortaleza: Mercator, v. 11, n. 25, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império: 1871-1889**. São Paulo: Topbooks, 1999.

MENEZES, Aparecida; GONÇALVES, Alfredo. **Migração no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Paulinas, 1986.

MENEZES, George Rocha. **Lutas Políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870**. Dissertação de mestrado, UFC, 2006.

MORAIS, Viviane Lima de. **As Razões e Destinos da Migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2003.

NETO, Edgar Braga. **Emigração cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes**. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 2012.

NETO, Isac Ferreira do Vale. **Batalhas da memória: a escrita militante de Rodolfo Teófilo**. Dissertação de mestrado em História, UFC, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. **A memória do espaço e o espaço da memória: a seca na construção imaginária do Nordeste**. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 1992.

_____. **A multidão e a História – saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000.

_____. **A seca na história do Ceará**. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PALACIOS, Guillermo. **La agricultura campesina em el Nordeste Oriental del Brasil y las sequías de finales del siglo XVIII**. In: ACOSTA, Virginia García. Historia y desastres em America Latina. Vol1. México: La RedCiesas, 1996.

RAMOS, Xislei Araújo. **Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)**. Dissertação de mestrado em História, UFC, 2003.

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. **Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (1860-1883)**. Dissertação de mestrado em História, UFC, 2003.

SANTOS, Maurício Caetano dos. **Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil**. 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. São Paulo, 2010.

SECRETO, María Verónica. **Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX**. In: Trajetos V.4- Dossiê: trabalho, trabalhadores. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2003.

SILVA, Jeovah Lucas. **As bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)**. Dissertação de mestrado em História, UFC, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, abril 1997: 119-156. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8.htm>. Acesso em 05 de março de 2014.

SOUZA, José Weyne de Freitas. **Política e seca no Ceará: Um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2009.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. **Diagnóstico ambiental do Ceará** – Diagnóstico Socioeconômico – Volume 2. Fortaleza, 1998.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**. São Paulo: Editora Ática, 2001

